

**Portugal-Brasil: uma análise das relações políticas e económicas
(1991-2013)**

Ânia Filipa Rosa de Ataíde

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
Especialização em Estudos Políticos de Área**

Março, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Estudo Políticos de Área, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Carmen Fonseca

Aos meus pais,

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Carmen Fonseca pela disponibilidade total com que aceitou orientar esta dissertação. Agradeço-lhe a paciência para todas as minhas dúvidas, mas sobretudo todos os conselhos e considerações que permitiram enriquecer este trabalho.

Agradeço aos meus pais, por acreditarem tanto em mim, nunca me deixando baixar os braços. Sem a rede de apoio e carinho que sempre me amparou, nada disto seria possível.

Agradeço à minha avó Lúcia, exemplo de nobreza de espírito, pela fé inabalável na concretização meus sonhos.

Agradeço à minha irmã Joana, que me mostrou a importância da perseverança, pelo incentivo constante, vibrando comigo em cada conquista.

Agradeço aos meus tios, Maria e Manuel, e à Sandra, pelo apoio incondicional ao longo do meu percurso.

Agradeço também aos meus amigos. À Mafalda Revés, pela generosidade, doses imensuráveis de apoio e energia que foram tão importantes, e que partilhando comigo tantas horas de leituras, tornou este trabalho muito mais leve. À Mélika Marques, por estar sempre presente apesar da distância geográfica, dividindo comigo as alegrias de cada etapa ultrapassada. À Ana Castanho, por me lembrar tantas vezes que o caminho se faz caminhando, me encorajar e me impedir de esmorecer. Ao Duarte Soveral e à Daniela Silva por terem sempre uma palavra de força e incentivo. À Ana Leal, que partilhou comigo tantos momentos de descoberta no Brasil, pelo exemplo de resiliência. À Andreia Pereira, à Ana Almeida e à Sónia Silva, por acreditarem que os objetivos seriam cumpridos e me espreitarem sempre que necessário. A todos eles, obrigada.

PORTUGAL-BRASIL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS (1991-2013)

Ânia Filipa Rosa de Ataíde

RESUMO

O Realismo Neoclássico veio ultrapassar a convicção tradicional de uma política externa condicionada apenas por fatores internacionais. Defende, pois, que a política externa de um Estado resulta de uma relação bidirecional entre a esfera internacional e a esfera doméstica. Enquadrados nesta escola teórica, a presente dissertação debruça-se sobre as relações políticas e económicas entre Portugal e o Brasil, no período de 1991 a 2013. Procurou verificar-se, então, qual o peso do contexto externo e interno na evolução da relação luso-brasileira, desde a institucionalização da I Cimeira luso-Brasileira até à realização da XI Cimeira, em 2013.

O trabalho de investigação procurou saber se, no nível internacional, a pertença de Portugal à União Europeia e do Brasil ao Mercosul fomentou a aproximação política e económica entre os dois países, e no contexto interno, o grau de aproximação entre Portugal e o Brasil deriva das alterações governamentais em cada um dos países.

A investigação permitiu concluir que as relações luso-brasileiras estão predominantemente dependentes do contexto interno. Apesar disso, a relação entre os mecanismos de integração regional dos quais fazem parte, constitui um arco institucional com um elevado valor retórico na relação diplomática. Adicionalmente, a análise dos quatro indicadores de análise: Cimeiras Luso-Brasileiras; visitas oficiais; documentos de entendimento; e indicadores económicos, permitiu definir quatro fases das relações: 1991-1995; 1995-2002; 2003-2005; 2006-2013.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Portuguesa; Política Externa Brasileira; Relações Luso-Brasileiras; Cimeiras Luso-Brasileiras

ABSTRACT

The Neoclassic Realism overcomes the traditional wisdom that foreign policy is just conditioned by international factors. It then advocates that the foreign policy of a state is result of the bidirectional relation between the international sphere and the domestic sphere. Framed in this school, this dissertation focuses about the political and economic relations between Portugal and Brazil during the period of 1991 to 2013. It then tried to verify which is the weight of the external and internal context in the

evolution of the luso-brazilian relations, since the institutionalization of the I Luso-Brazilian Summit, until the XI Summit in 2013.

This research sought to know if in the international level, Portugal belonging to the European Union and Brazil belonging to Mercosul was a cause to the political and economic rapprochement between the two countries, and in the internal level, if the degree of rapprochement between Portugal and Brazil derived from the governmental changes in both countries.

The research allowed to conclude that Luso-brazilian relations are predominantly dependent of the internal context. However, the relation between the regional integration mechanisms of which each country belongs, constitutes an institutional arch with a high rhetorical level in the diplomatic relation. In addition, the analysis of the four analysis indicators - Luso-Brazilian Summits; official visits; understanding documents and economic indicators - made possible to define four relation phases: 1991-1995; 1995-2002; 2003-2005; 2006-2013.

KEYWORDS: Portuguese Foreign Policy; Brazilian Foreign Policy, Luso-Brazilian Relations; Luso-Brazilian Summits

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. O conceito de Política Externa	5
1.2. A política externa à luz das escolas das Relações Internacionais	8
CAPÍTULO 2. O CONTEXTO INTERNACIONAL	11
2.1. 1991 - 1999: do fim da Guerra Fria à emergência das dinâmicas regionais	12
2.2. 2000-2007: Entre a ascensão dos BRICS e a crise mundial	17
2.3. 2008- 2013: a crise económica mundial	23
CAPÍTULO 3. O CONTEXTO INTERNO	27
3.1. Portugal	27
3.1.1. A política externa portuguesa	27
3.1.2. Os programas de governo, 1991-2013	29
3.1.3. A economia portuguesa	36
3.2. Brasil	39
3.2.1. A política externa brasileira	39
3.2.2. Os Presidentes e a sua linha de ação	42
3.2.3. O crescimento económico	48
CAPÍTULO 4. RELAÇÕES BILATERAIS	54
4.1. Cimeiras	54
4.2. Visitas Oficiais	62
4.3. Documentos de Entendimento	72
4.3.1. Do Acordo Geral de Cooperação ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta	72
4.3.2. O “Acordo Lula”: um processo de legalização extraordinário	77
4.3.3. Instrumentos em domínios específicos	82
4.4. Indicadores Económicos	85

4.4.1. Trocas Comerciais	85
4.4.2. Investimento Direto Estrangeiro	92
CONCLUSÕES	97
BIBLIOGRAFIA	102
LISTA DE FIGURAS	119
LISTA DE QUADROS	119

INTRODUÇÃO

No âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área, o presente trabalho de investigação debruça-se sobre as relações políticas e económicas entre Portugal e o Brasil, no período compreendido entre 1991 e 2013. Tendo como objetivo primordial compreender a evolução da trajetória do relacionamento entre os dois países, a delimitação temporal do objeto de estudo justifica-se pela noção que a institucionalização da I Cimeira Luso-Brasileira (1991) inaugurou uma nova fase da relação entre os dois países, culminado a análise na realização da última Cimeira (2013).

A relação luso-brasileira está intrinsecamente ligada aos laços históricos que unem os dois países, sendo este o vetor primordial que sustentou a retórica política entre os atores. No entanto, a assinatura do Acordo Quadro de Cooperação entre Portugal e o Brasil, que institucionalizou as Cimeiras Luso-Brasileiras veio permitir encontrar um espaço de diálogo com uma periodicidade pré-estabelecida. Considera-se, assim, este momento como o reflexo de um esforço na aproximação entre os dois países, após a estagnação das relações. Presentemente, numa altura em que Portugal se encontra ativamente integrado na União Europeia e o Brasil assumiu a liderança regional, adquire importância acrescida compreender o relacionamento luso-brasileiro, no quadro das suas políticas externas. De que forma esta relação histórica, que comunga valores e uma língua comum, se encontra permeável às alterações no sistema internacional? E de que forma as opções governamentais são determinantes no aprofundamento desta relação?

Concebendo a política externa como uma relação bidirecional entre a esfera interna e externa, parece-nos pertinente a consideração de Celso Lafer ao referir que “nas relações internacionais, a separação entre o “interno” e o “externo” constitui um dado clássico, embora contemporaneamente diluído pelas características da globalização, a especificidade das relações luso-brasileiras sempre significou uma constante e recorrente interpenetração dessas duas esferas.”¹

Com este trabalho pretende-se, pois, saber qual o peso do contexto externo e interno nas relações políticas e económicas entre Portugal e o Brasil, no período de 1991

¹ LAFER, Celso – “Política Externa Brasileira: Origens e linhas de Continuidade no século XX – Implicações para as Prioridades Externas no século XX”, In *Negócios Estrangeiros*, Nº 2, 2001, p. 16

a 2013. A variável dependente é a relação bilateral entre Portugal e o Brasil, e as variáveis independentes são o contexto internacional e o contexto interno, procurando-se inferir duas hipóteses:

Hipótese 1: A pertença de Portugal à União Europeia e do Brasil ao Mercosul fomentou a aproximação política e económica entre os dois países.

Hipótese 2: O grau de aproximação entre Portugal e o Brasil deriva das alterações governamentais em cada um dos países.

O desenvolvimento da dissertação baseou-se, desta forma, em duas fases. Numa primeira fase procedeu-se à pesquisa exploratória do tema, através de leituras de fontes secundárias sobre o conceito teórico da Política Externa e as relações luso-brasileiras. Esta pesquisa permitiu verificar que a literatura específica sobre o tema se concentra sobretudo numa dimensão específica da análise: a política externa portuguesa; a política externa brasileira; a dimensão histórica das relações luso-brasileiras; ou a sua dimensão económica. A generalidade da bibliografia que efetua uma análise global das relações entre Portugal e o Brasil resulta essencialmente de conferências e debates.

Numa segunda fase, procurou estabelecer-se uma relação entre as várias dimensões, no período mais recente. O primeiro capítulo privilegiou a utilização de fontes secundárias no enquadramento teórico que sustentou o modelo de análise, procurando acompanhar o debate académico sobre o conceito de Política Externa. No segundo capítulo, a generalidade da bibliografia continuou a consistir em fontes secundárias, principalmente livros e artigos académicos. O terceiro capítulo procurou efetuar um estado de arte da política externa de Portugal e do Brasil, recorrendo a fontes secundárias especializadas. O restante capítulo prosseguiu com o cruzamento de artigos académicos e relatórios baseados em dados estatísticos, com fontes primárias, sobretudo programas de governo e discursos políticos. Face à forma diferenciada como os governos portugueses e brasileiros apresentam a informação relativamente aos seus programas e políticas, a análise do contexto interno de Portugal e do Brasil apresenta algumas diferenças na sua sistematização. No último capítulo privilegiou-se a utilização de fontes primárias, nomeadamente discursos políticos e documentos oficiais, embora recorrendo-se igualmente a fontes secundárias, que consistiram em livros e artigos académicos.

Deste modo, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. O capítulo 1 destina-se a compreender o conceito de política externa. Para tal é feita uma análise das principais escolas das Relações Internacionais. Como referem Dougherty e Pfaltzgraff,, a teoria “consiste numa explicação geral de um conjunto de fenómenos seleccionado, explicação essa estruturada de maneira satisfatória para quem esteja familiarizado com as características da realidade em estudo”². Significa isto que a análise teórica nos permitirá assumir uma série de pressupostos, derivados do Realismo Neoclássico, que enquadrarão a relação entre os dois Estados. Ultrapassando a convicção tradicional de que a política externa é dirigida por fatores internacionais, parte-se do pressuposto que existe uma relação mutuamente constitutiva entre o contexto externo e interno, do qual resultam as relações políticas e económicas entre Portugal e o Brasil. No entanto, porque o peso de cada uma destas dimensões não é consensual, procurar-se-á compreender qual o impacto de cada um.

O Capítulo 2 analisa o contexto internacional e tem como objetivo investigar a primeira hipótese de trabalho. Dada a panóplia de acontecimentos que marcaram o período em análise, a análise do contexto internacional será dividida em três períodos. O primeiro entre 1991 e 1999 e que corresponde ao fim da Guerra Fria e, consequentemente às alterações no mapa europeu. A análise deste período tentará inferir as consequências que a Comunidade Económica Europeia experienciou, assim como a criação do MERCOSUL. Em paralelo, ter-se-á em conta o significado do Consenso de Washington para os países da América Latina, bem como o marco institucional que representou a criação da CPLP. O segundo período corresponde aos anos entre 2000 e 2007, início do novo milénio, e período que ficou marcado pelos atentados de 11 de Setembro, trazendo para a agenda internacional a ameaça terrorista. No entanto, foi uma agenda também marcada, de forma inequívoca, pela emergência dos BRICS. Este conjunto de países com pouco em comum à exceção do crescimento económico, acarretou o imperativo de repensar a distribuição de poder no palco mundial. Similarmente durante este período a relação União Europeia-Mercosul assumiu desenvolvimentos que tiveram influência na relação mais alargada entre União Europeia e América Latina. Por fim, o terceiro período, entre 2008 e 2013, representa o período marcado pela crise económica e financeira mundial. O ano de 2008 corresponde à queda

² DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L – *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003, p. 29

do Lehman Brothers nos EUA e ao início da crise económica, mas também à eleição de Barack Obama como Presidente americano. O período de análise culminará com a crise da zona euro.

O Capítulo 3 tem por objetivo analisar os contextos internos de Portugal e do Brasil. Com este capítulo será verificado o estado de arte da política externa portuguesa e brasileira; as opções governamentais tomadas pelos atores dos dois países no período em questão, assim como as características socioeconómicas. Pretende-se assim relacionar posteriormente quais os principais aspetos internos que condicionaram a trajetória do relacionamento luso-brasileiro.

No Capítulo 4 verificar-se-á a evolução da relação política e económica entre Portugal e o Brasil, através de quatro indicadores. Numa primeira fase, analisar-se-ão as Cimeiras Luso-Brasileiras, desde a sua institucionalização, em 1991, até à realização da última Cimeira, em 2013, atentando à sua periodicidade, assim como aos temas das agendas. Em seguida, far-se-á a análise das visitas oficiais, dissecando a sua frequência, bem como os discursos políticos, procurando estabelecer uma relação entre o peso da matriz de valores e língua comuns e o plano económico. Neste capítulo será dado particular destaque ainda aos principais documentos de entendimento assinados entre os dois países, tentando perceber de que modo se converteram em concretizações práticas. Por fim, a última secção verificará os indicadores económicos da relação, de modo a inferir se existiu uma evolução positiva de resultados efetivos do ponto de vista económico.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O conceito de Política Externa

A análise da Política Externa apresenta-se como um campo de estudo complexo, com acentuadas divergências quanto às variáveis a considerar, reflexo direto da corrente de pensamento teórico onde nos inserimos.

James Rosenau apresenta, na nossa ótica, a conceptualização mais adequada à compreensão do nosso objeto de estudo. Defende o autor que política externa “implica uma relação bidirecional entre as dimensões interna e externa, ultrapassando a convicção tradicional de que a política externa é dirigida por fatores internacionais.”³ Significa isto que, estudar as relações políticas e económicas luso-brasileiras implica enquadrá-las numa relação dinâmica entre o contexto interno e externo do Estado português e brasileiro. O peso de cada uma destas dimensões não é, no entanto, unânime no debate teórico. Ainda assim, excede o argumento tradicional que a política externa é condicionada apenas por fatores externos.

A definição de Política Externa tem acompanhado a evolução das dinâmicas que se processam quer no próprio Estado, quer no sistema internacional. Em *The Changing Politics of Foreign Policy*⁴, Christophe Hill traça o panorama desta evolução, relacionando-a com o impacto que as relações transnacionais tiveram no delinear da mesma. Hill define, então, Política Externa como “a soma das relações externas oficiais realizadas por um ator independente (geralmente um Estado) nas relações internacionais”⁵. Neste quadro, o autor detalha e esclarece a utilização de cada uma das expressões acima, defendendo que: “relações externas oficiais” permite incluir os resultados gerados pelos mecanismos governativos do Estado num ambiente de elevadas transações internacionais; “ator independente” a inclusão de organismos como a União Europeia; “soma” enquanto adição das relações oficiais permite distinguir esta esfera da esfera de ações particulares; e por fim, “externas” resulta da sua conceção do mundo constituído por comunidades distintas e não como uma entidade única⁶.

³ FREIRE, Maria Raquel - *Manual de Política Externa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 13

⁴ HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003

⁵ *Ibidem*, p. 3

⁶ *Ibidem*

Mark Webber e Michael Smith atribuem igualmente maior peso ao contexto internacional na definição de política externa. Os teóricos definem, então, política externa como “os objetivos pretendidos, o conjunto de valores, decisões e ações realizadas pelos Estados e pelos governos nacionais que ajam em seu nome, no contexto das relações externas das sociedades nacionais”⁷.

Paralelamente, Laura Neack dá primazia sobretudo ao produto da Política Externa. Encara, assim, a política externa como o resultado das alianças de atores e grupos nacionais e atores internacionais, num ambiente doméstico e externo complexo⁸. Neack introduz a dimensão dos resultados da política externa, naquela que consideramos uma complementaridade à definição de Webber e Smith. É igualmente esta a tônica de Hermann ao considerar que o conceito em causa é “o artefacto observável de decisões a nível político. Não é a decisão, mas um produto da decisão”⁹, resultante do comportamento do Estado.

Diante do exposto, debruçemo-nos sobre a relação entre a definição de Política Externa e as propostas de análise da mesma. Mark Webber e Michael Smith defendem um confronto inevitável entre as políticas domésticas e as políticas internacionais, refletindo entre as políticas públicas a um nível interno e a forma como cada uma é projetada¹⁰. Advogam, pois, a necessidade de comparar a política externa com outras políticas públicas, enquanto resultado de uma resposta a um contexto global e regional, afetado pelas capacidades nacionais, pelo processo de decisões políticas e pela resposta do ambiente à implementação da mesma¹¹.

A importância da interação entre a dimensão externa e interna é o fator comum à proposta de análise de Hill. Ao defender que a Política Externa resulta da intermediação do fluxo entre ambas, na sua ótica, deverá atender-se a um escrutínio entre a agência e a estrutura. No que concerne à agência, atribui ênfase a uma análise da forma como as ações são geradas e conduzidas, assim como por quem¹². Já no segundo nível de análise, sustenta uma reflexão sobre o contexto internacional, onde a política se enquadra

⁷ WEBBER, Mark; SMITH, Michael – *Foreign Policy in a transformed world*. Essex: Pearson, 2002, p. 2

⁸ *Ibidem*, p. 6

⁹ HERMANN, Charles *apud* NEACK, Laura, *The New Foreign Policy. Power Seeking in a Globalized Era*. Lanham, MD: Rowman&Littlefield Publishers, 2008, p. 9

¹⁰ WEBBER, Mark; SMITH, Michael – *Foreign Policy in a transformed world*. Essex: Pearson, 2002, p. 4

¹¹ *Ibidem*, p. 21

¹² HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003, p. 20

enquanto estrutura, entendendo-a como “o conjunto de fatores que compõe os vários ambientes onde os agentes operam”¹³, isto é, um quadro de processos e padrões. Supõe invariavelmente, no entanto, que a interação entre ambos os domínios é sempre mutuamente constitutivo.

É neste sentido, que Laura Neack considera imprescindível uma análise “multinível e multifacetada de modo a confrontar as complexas fontes e natureza da Política Externa”¹⁴. Neack defende uma observação que alcance mais que simplesmente a enumeração dos objetivos que cada Estado declara e a forma como os tenciona alcançar. Tende, pois, a incluir uma análise que compreenda a forma como estes objetivos surgem¹⁵. Apresenta-se, pois, como uma questão crucial. É esta dimensão que Neack sugere, que nos permite avançar para uma análise que não ficam refém de meras enumerações, e procurar estabelecer relações causais. Marijke Breuning partilha a mesma conceção, defendendo que

“a análise da política externa não é satisfatória enquanto mero descritor de decisões, comportamentos e resultados, mas é definida pela tentativa de compreensão por que tais decisões foram tomadas, quais as opções que foram consideradas (e porque não outras), quem ou o que explica comportamentos e consequências (...) Isto obriga-nos a pensar em termos de causas e efeitos.”¹⁶

Uma análise das relações luso-brasileiras inclui, assim, perante esta lógica, uma análise que procure compreender de que forma o contexto internacional e a esfera doméstica de ambos os Estados, contribuíram e se refletiram no surgimento dos objetivos anunciados, numa relação de *inputs* e *outputs*, que se auto-influenciam.

A importância do processo de decisão na análise da política externa ganha aqui terreno encontrando-se igualmente refletida no argumento de Snyder, Bruck e Sapin. Neste sentido, o sistema de decisões adquire um papel primordial, já que “os decisores devem ser identificados em termos de unidades de decisão. As normas, atividades e relações entre os decisores constituem o sistema organizacional ou de tomada de

¹³ *Ibidem*, p. 26

¹⁴ NEACK, Laura, *The New Foreign Policy. Power Seeking in a Globalized Era*. Lanham, MD: Rowman&Littlefield Publishers, 2008, p. 6

¹⁵ *Ibidem*, p. 9

¹⁶ BREUNING, Marijke – *Foreign Policy Analysis: a comparative introduction*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007, p. 18

decisões”¹⁷. Salientam, pois, três características fundamentais na análise da ação dos atores, sendo estas: a esfera de competências; a comunicação e informação; e a motivação¹⁸.

Douglas Stuart, por seu lado, nota que a análise do processo de decisão da política externa deve ser acompanhado *à priori* por quatro áreas das ciências sociais: a ciência política (poder); a sociologia (burocracia e autoridade); a administração pública (planeamento, implementação e órgãos de governação); e a psicologia (motivações, tipos de personalidade, dinâmicas de grupo e percepções).¹⁹

Importa, agora, compreender como as diferentes Escolas de Relações Internacionais definem e olham para o conceito de Política Externa, de modo a seleccionar a abordagem que melhor se adequa à análise que se pretende fazer.

1.2. A política externa à luz das escolas das Relações Internacionais

Grande parte do pensamento teórico das Relações Internacionais, após a II Guerra Mundial foi dominado pela teoria Realista, da qual os seis princípios desenvolvidos por Hans Morgenthau são a grande âncora. Em *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, Morgenthau defende que a política é conduzida por leis objetivas, cujas raízes assentam na natureza humana; que o conceito de interesse nacional é definido em termos de poder, o que permite evitar duas falácias: a preocupação com os motivos e com as preferências ideológicas; o interesse nacional é a materialização da procura pela sobrevivência num sistema anárquico; a inaplicabilidade entre os princípios morais do indivíduo e a ação do Estado; a não coadunação das aspirações morais de uma nação específica com leis que governam o universo; e a autonomia da esfera política²⁰. Em suma, o interesse nacional e o poder assumem papéis determinantes no desenvolvimento deste quadro, já que a sobrevivência do Estado num sistema internacional anárquico tendencialmente conflitual é o pressuposto que norteia a

¹⁷ SNYDER, Richard; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton - *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave MacMillan, 2002, p. 90

¹⁸ *Ibidem*, p. 141

¹⁹ STUART, Douglas T. - “*Foreign – Policy Decision-Making*”. In REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan - *The Oxford Handbook of International Relations*; Nova Iorque: Oxford University Press, 2008, pp. 576

²⁰ MORGENTHAU, Hans - *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*. 7ª Edição. Nova Iorque: Mc Graw Hill, 2005

análise desta perspetiva. Deste modo, Morgenthau parte do pressuposto que os Estados são atores unitários e racionais na formulação da sua política externa, defendendo que o critério para a condução de qualquer decisão de política externa seguirá sempre uma lógica racional.

É inspirado na tradição realista que nasce o Neorealismo ou Realismo Estruturalista, associado a Kenneth Waltz. O teórico americano introduziu novos aspetos na análise, em relação à corrente Realista, na denominada abordagem de balança de poderes. Defende que os estados procuram – enquanto atores unitários – “no mínimo a sobrevivência física e, no máximo, controlar outros estados, se possível”²¹. Neste sentido, a concretização destes objetivos resultaria sempre do fortalecimento da sua posição, quer a nível interno, traduzindo-se pelo aumento das suas capacidades, que a nível externo potenciando as suas alianças²². Contudo, nesta perspetiva é a estrutura do sistema internacional – enquanto padrão (anárquico) de organização do Estado – que determina as suas interações. Waltz defende, assim, que “só uma modificação estrutural pode alterar a natureza anárquica do sistema internacional”²³.

É precisamente neste enquadramento que surge o Realismo Neoclássico. Insurge-se como uma abordagem que bebe alguns dos fundamentos das teorias anteriormente referidas, mas procura ultrapassar a clivagem entre a esfera interna e externa. Como Lobell, Rispman e Taliaferro salientam, o realismo neoclássico procura explicar as alterações na política externa do Estado ao longo do tempo, partilhando com o Realismo a importância do papel do Estado²⁴, ainda que a sua conceção do Estado figure como “top-down”, isto é conduzida por forças sistémicas²⁵. Distingue-se, por seu lado, do Neorealismo, por este não considerar o impacto da esfera doméstica na condução da política externa, e subentender que “todos os Estados são socializados para agir de forma semelhante, indiferente ao seu tipo de regime político ou políticas internas”²⁶. É, pois, uma teoria que procura um compromisso entre a esfera doméstica e

²¹ DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L – *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003, p. 58

²² *Ibidem*

²³ *Ibidem*, p. 105

²⁴ LOBELL, Steve; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. – *Neoclassical Realism, the state and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 19

²⁵ *Ibidem*, p. 25

²⁶ *Ibidem*, p 175

a esfera internacional. É este contributo que entendemos como fundamental para a abordagem do nosso objeto de estudo.

Os pressupostos do realismo neoclássico permitem-nos, pois, uma abordagem dinâmica entre o contexto internacional, entre 1991 e 2013, que irá desde o fim da Guerra Fria e alteração do mapa geopolítico europeu, passando pela emergência das dinâmicas regionais – com a afirmação da União Europeia enquanto ator internacional; e a criação do Mercosul, ou do nascimento da CPLP, até à crise económica e financeira de 2008 que se alastrou ao mundo. Por outro lado, tem em conta o contexto interno do Estado português e brasileiro, considerando as suas dinâmicas políticas e económicas.

Ainda assim, enquanto elemento complementar, consideramos ser importante o contributo do Construtivismo. A teoria explorada por Alexander Wendt baseia-se na premissa que a realidade é socialmente construída, dado que segundo este autor “um fundamento basilar da teoria do construtivismo social é que as pessoas agem em relação a objetos, incluindo outros atores, na base dos significados que os objetos têm para elas”²⁷. Desta forma, pensar sobre construtivismo é enquadrar agentes e estruturas como elementos que se constituem mutuamente²⁸. A estrutura intersubjetivamente construída de identidades e interesses no sistema é, pois, um dos elementos essenciais que Wendt acrescenta à análise de Waltz²⁹ e que nos parece também fundamental para uma análise sustentada do nosso objeto de estudo. Ou seja, embora seja uma teoria que se direcione para uma análise sistémica, consideramos uma contribuição pertinente enquanto elemento de análise do modo como a retórica socialmente construída numa relação de países irmãos, entre Portugal e o Brasil, tem estado sempre presente na evolução desta relação.

Face a esta exposição, a nossa investigação basear-se-á na perspectiva do Realismo Neoclássico, procurando compreender o peso de cada uma das dimensões, externa e interna, no relacionamento luso-brasileiro.

²⁷ WENDT, Alexander – “Anarchy is what states make of it. The social construction of power politics”. In *International Organization*, Vol. 46. No 2, 1992, p. 397 [Consultado em janeiro de 2015] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2706858>

²⁸ WENDT, Alexander – “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”. In *International Organization*, Vol 41, No 3, 1987, p. 360 [Consultado em janeiro de 2015] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2706749>

²⁹ WENDT, Alexander – “Anarchy is what states make of it. The social construction of power politics”. In *International Organization*, Vol. 46. No 2, 1992, p. 401. [Consultado em janeiro de 2015] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2706858>

CAPÍTULO 2. O CONTEXTO INTERNACIONAL

O contexto internacional, segundo a conceção desenvolvida por Christopher Hill³⁰, afigura-se como o padrão de interações no espaço externo no qual se enquadra as relações luso-brasileiras. Conforme verificado no capítulo anterior e como Peter Marshall sustenta, as relações entre Estados resultam também da natureza da sociedade internacional, do comportamento das Nações e da forma como organizam as suas interações³¹. Deste modo, é primordial compreender as principais dinâmicas ocorridas entre 1991 e 2013 no sistema internacional, nomeadamente entre os projetos de integração nos quais Portugal e o Brasil se enquadram. Pretende-se inferir, assim, a hipótese que afirma que *A pertença de Portugal à União Europeia e do Brasil ao Mercosul fomentou a aproximação política e económica entre os dois países.*

A análise do contexto internacional estará, então, dividida em três períodos. O primeiro entre 1991 e 1999 e que corresponde ao fim da Guerra Fria e, consequentemente às alterações no mapa europeu. A análise deste período tentará inferir as consequências que a Comunidade Económica Europeia experienciou, assim como a criação do MERCOSUL. Em paralelo, ter-se-á em conta o significado do Consenso de Washington para os países da América Latina, bem como o marco institucional que representou a criação da CPLP. O segundo período corresponde aos anos entre 2000 e 2007, início do novo milénio, e período que ficou marcado pelos atentados de 11 de Setembro, trazendo para a agenda internacional a ameaça terrorista. No entanto, foi uma agenda também marcada, de forma inequívoca, pela emergência dos BRICS. Este conjunto de países com pouco em comum à exceção do crescimento económico, acarretou o imperativo de repensar a distribuição de poder no palco mundial. Similarmente durante este período a relação União Europeia-Mercosul assumiu desenvolvimentos que tiveram influência na relação mais alargada entre União Europeia e América Latina. Por fim, o terceiro período, entre 2008 e 2013, representa o período marcado pela crise económica e financeira mundial. O ano de 2008 corresponde à queda do Lehman Brothers nos EUA e ao início da crise económica, mas também à eleição de Barack Obama como Presidente americano. O período de análise culminará com a crise da zona euro.

³⁰ HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003

³¹ MARSHALL, Peter – *Positive Diplomacy*. Nova Iorque: Palgrave, 1997, p. 1

2.1. 1991 - 1999: do fim da Guerra Fria à emergência das dinâmicas regionais

O paradigma nas Relações Internacionais foi marcado desde o final da II Guerra Mundial até ao início da década de 90, por um sistema orientado sob uma égide bipolar, assente na medição de forças entre os Estados Unidos e a União Soviética. Como interpreta o cientista político Joseph Nye, o fim desta época foi “equivalente à Segunda Guerra Mundial nos seus efeitos sobre a estrutura do sistema internacional”³², com a particularidade de ter ocorrido sem guerra efetiva. Compreender o contexto internacional no início da década de 90, no qual se enquadra a nossa análise, apenas é possível apreendendo que efeitos estas alterações tiveram na estrutura internacional.

A queda do Muro de Berlim, sintetizado por Tony Judt como o momento em que Günter Schabowski leu o comunicado onde “explicou que as novas provisões, com efeito imediato, autorizavam as viagens ao estrangeiro sem aviso prévio e permitiam a circulação através das fronteiras até à Alemanha Oriental”³³, significou o fim desta distinção Leste/Oeste. Em 1990, a união económica, social e monetária entre a RDA (República Democrática Alemã) e a RFA (República Federal da Alemanha) foi, então, assinada e o Tratado de Unificação entrou em vigor. Em 1991, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) assistiu à renúncia de Gorbachev e à sua dissolução enquanto para emergir a Rússia um novo enquanto ator internacional. O mapa geopolítico alterou-se, desaparecendo quatro Estados e surgindo 14 novos: Estónia, Letónia, Lituânia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Rússia, Eslováquia, República Checa, Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia-Montenegro e Macedónia. O período consequente foi acompanhado por tensões, já que os longos conflitos que surgiram nos Balcãs afiguram-se como um dos principais focos de instabilidade no mapa internacional. Por outro lado, os EUA (Estados Unidos da América) assumiam-se como potência hegemónica.

É nesta alteração substancial do palco internacional, que se assiste à emergência das dinâmicas de regionalização, onde os projetos de integração regional assumem um papel gravitacional para o Brasil e Portugal. Do lado brasileiro, o Mercosul surge na cena regional sul-americana como promessa de potenciar as relações intra-regionais.

³² NYE, Joseph S. Jr. – *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 163

³³ JUDT, Tony - *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 693

Em 1991, é assinado o Tratado de Assunção³⁴, que está na base do bloco, sendo seguido pela assinatura do Tratado de Ouro Preto, em 1994, que não apenas define a sua estrutura institucional como o dota de personalidade jurídica internacional³⁵. É, pois, um período marcado por um entusiasmo na construção deste projeto de integração³⁶. Do lado português, este é igualmente um período de alterações político-institucionais para a Comunidade Económica Europeia, com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992. A Comunidade Europeia torna-se então União Europeia, passa a assentar a sua estrutura em três pilares e são lançadas as bases para a criação da moeda única europeia.

O primeiro Acordo de Cooperação entre os dois projetos regionais, data de 1992, versando contudo, e sobretudo, num apoio institucional da União Europeia ao recém-projeto latino-americano. O Mercosul representou na prática o parceiro institucional seu semelhante que a União Europeia almejava, de modo a estabelecer um diálogo coletivo com a região³⁷. Por outro lado, representou também para o Brasil um alargamento do seu raio de poder. É neste sentido que, em 1994, foi assinado entre o Brasil e o Banco Europeu de Investimento um acordo com vista ao fomento do financiamento de projetos de investimento e que “viria a concorrer para transformar o Brasil no principal destino dos investimentos diretos da União Europeia na América Latina e que contribuiria para a progressiva horizontalização das relações bilaterais”.³⁸ Com o objetivo de um reforço da cooperação entre a União Europeia e o Mercosul é, posteriormente, assinado, em 1995, o Acordo-Quadro de Cooperação Interregional – embora apenas tenha entrado em vigor em 1999. Este procurava a abrangência da cooperação económica e comercial, assim como uma liberalização gradual e recíproca das trocas comerciais “tendo em conta a sensibilidade de certos produtos e em conformidade com a Organização

³⁴ O Tratado de Assunção é assinado a 26 de Março de 1991 entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, tendo como objetivo último constituir um mercado comum na região. Consultar: “Tratado de Assunção” in *Instrumentos Fundacionais do MERCOSUL*, Secretaria do MERCOSUL. Setor de Normativa, Documentação e Divulgação. Montevideo

³⁵ “Tratado de Ouro Preto” in *Instrumentos Fundacionais do MERCOSUL*, Secretaria do MERCOSUL. Setor de Normativa, Documentação e Divulgação. Montevideo

³⁶ Por limitações de tempo e espaço não será objeto de análise o nível de integração que este projeto assume. Seria primordial abordar primeiramente o conceito de integração e os diferentes pressupostos que cada teoria assume, nomeadamente o Federalismo, o Funcionalismo, o Intergovernamentalismo ou o Institucionalismo. No entanto, para um maior aprofundamento sobre este tema consultar nomeadamente WIENER, Antje; DIEZ, Thomas – *European Integration Theory*. Nova Iorque: Oxford Press, 2009;

³⁷ PATRÍCIO, Carla – “As relações entre a União Europeia e a América Latina: O Mercosul neste enquadramento”. In MARTINS, Estevão de Rezende; SARAIVA, Miriam Gomes (Org.) – *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 69

³⁸ CARVALHO, Thiago – “Portugal e as Relações Brasil-União Europeia (1986-2007)”. In *Relações Internacionais*, Nº 29, Lisboa: IPRI-UNL, 2011, p. 94

Mundial do Comércio (OMC)”³⁹. Parece-nos, essencial, destacar o Artigo 5º, que estabeleceu as áreas específicas onde se procuraria uma cooperação, o qual se revelaria num dos pontos mais sensíveis neste processo, devido às divergências entre as partes:

“a) acesso ao mercado, liberalização comercial (obstáculos tarifários e não tarifários) e regras comerciais, tais como práticas restritivas de concorrência, regras de origem, salvaguardas, regimes aduaneiros especiais, entre outras; b) relações comerciais das partes com países terceiros; c) compatibilidade da liberalização comercial com as normas do GATT/OMC; d) Identificação de produtos sensíveis e de produtos prioritários para as partes; e) cooperação e intercâmbio de informações em matéria de serviços, no âmbito das competências respetivas.”⁴⁰

É, ainda, manifestado de forma clara o interesse numa futura cooperação aduaneira entre as duas instituições, com o intuito de aproximar as economias. Salienta-se, no entanto, a salvaguarda no documento para a ausência de qualquer limitação à restrição das relações entre os países constituintes, defendendo o desenvolvimento de relações a nível bilateral, ao estabelecer que “o presente acordo e qualquer medida tomada nos seus próprios termos não impedem que os Estados-membros da Comunidade Europeia e os Estados-partes do Mercosul desenvolvam ações bilaterais e eventualmente celebrem novos acordos, no âmbito das suas competências”⁴¹. Este ponto explícita de forma clara a defesa de um cenário de relações diversificadas, embora enquadradas neste novo arco institucional. Como verificaremos, a institucionalização desta relação passará a ser um vetor sistemático da generalidade dos discursos diplomáticos entre os representantes portugueses e brasileiros.

No espaço latino-americano, este período é igualmente marcado pela aplicação das medidas do denominado “Consenso de Washington”⁴². O FMI assumiu-se como um

³⁹ *Interregional Framework Cooperation Agreement between the European Community and its Member States, of the one part, and the Southern Common Market and its Party States, of the other part - Joint Declaration on political dialogue between the European Union and Mercosur*. [Consultado em dezembro de 2014] Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:21996A0319\(02\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:21996A0319(02))

⁴⁰ Artigo 5º in *Interregional Framework Cooperation Agreement between the European Community and its Member States, of the one part, and the Southern Common Market and its Party States, of the other part - Joint Declaration on political dialogue between the European Union and Mercosur*. [Consultado em dezembro de 2014] Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:21996A0319\(02\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:21996A0319(02))

⁴¹ Artigo 31º, *Idem*

⁴² A expressão “Consenso de Washington” foi popularizada pelo economista John Williamson. Refere-se às medidas de ajustamento macroeconómico propostas pelos Estados Unidos a aplicar aos países latino-

ator particularmente ativo na região com o empréstimo de dinheiro a vários países, com o objetivo de ultrapassarem as suas crises económicas e financeiras. Estas reformas que visaram a liberalização da economia regional contribuíram assim para aproximar os países latino-americanos do processo de globalização e trocas comerciais internacionais⁴³. A Ronda do Uruguai, em 1994, afigura-se também como um dos acontecimentos marcantes nesta década, estando na origem da criação da Organização Mundial do Comércio.

É logo após este período que uma outra área regional registou acontecimentos importantes. Na Ásia, fizeram-se sentir os efeitos da crise tailandesa, em 1997 – e que se estendeu à região – tendo impacto também na América Latina, nomeadamente no Brasil⁴⁴. O início dos anos 90 tinha representado para a Ásia, um aparente apaziguar das rivalidades territoriais e militares, com vista ao crescimento económico⁴⁵. A crença do Japão como um dos principais beneficiários da nova havia generalizando-se, mas a vitória do milagre de crescimento japonês revelou-se curto e traduziu-se não somente num declínio do crescimento mas numa rotatividade governativa de seis primeiros-ministros, em apenas sete anos⁴⁶. Consideramos como Maurice Vaisse que é este contexto, a “relativa apatia americana e o colapso soviético”⁴⁷ que permitiu que Índia, Paquistão, Irão, Turquia, China e os países da ASEAN ganhem protagonismo enquanto potências regionais. A China revelou-se particularmente ativa no Mar da China e no Sudeste Asiático e em 1997, apresentando um novo conceito de segurança, baseado na ideia de uma “segurança cooperativa”⁴⁸, aposta no multilateralismo e participação ativa nos organismos internacionais, que terá sinais visíveis particularmente na década

americanos com vista à liberalização da economia regional. Eram constituídas por: disciplina fiscal com vista à redução do défice; reformas tributárias; liberalização das taxas de juros; alterações na taxa de câmbio; liberalização do comércio e do investimento direto estrangeiro; privatização de empresas estatais; e alívio das barreiras de exportação/importação. In WILLIAMSON, John – “Did the Washington Consensus Fail?”. Washington DC: Institute for International Economics, 2002.[Consultado em dezembro 2015] Disponível em <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=488>

⁴³ WILLIAMSON, Edwin – *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 585

⁴⁴ *Ibidem*, 592

⁴⁵ VAISSE, Maurice – *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 262

⁴⁶ BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph (et al.) – “The ‘developmental states’: Japan, South Korea and Taiwan, 1945- 2007”. In BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph (et al.) – *International History of the twentieth century and Beyond*. Second Edition. Oxon: Routledge. 2008, p. 349

⁴⁷ VAISSE, Maurice – *Op. Cit.*

⁴⁸ GASPAR, Carlos – “Os Estados Unidos e a Transformação da Ásia”, In *Relações Internacionais*, nº 19, Lisboa: IPRI-UNL, 2008, pp. 119-134

seguinte. Esta questão revelar-se-á particularmente importante para as alterações que estabelece com a América Latina.

Neste período, África é palco de tensões e conflitos: Ruanda, em 1994; Burundi, em 1995; Libéria, em 1996; Níger, em 1996; República Centro Africana, em 1996/97; Congo-Brazaville, em 1997; Serra Leoa, em 1997/; Costa do Marfim, em 1999/00⁴⁹. É neste contexto que entre 1996 e 1998, Portugal assume a permanência como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, embora congratulando o papel de Portugal, ressaltou esta questão, afirmando que durante os dois anos “nos confrontámos com várias crises internacionais, em África e nos Balcãs, em que presidimos à comissão de sanções contra o Iraque e ao Comité de indemnizações ao Kuwait.”⁵⁰.

Em meados da década de 90, Portugal e o Brasil reuniram-se numa nova comunidade, em conjunto com os países de língua oficial portuguesa. Em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é formalmente constituída, assumindo-se como um projeto baseado na partilha da língua portuguesa, constituído por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé. A ideia de uma ação concertada no plano mundial, a funcionar como uma projeção comum encontra-se ao longo do seu texto originário, força esta baseada numa cooperação sustentada num vínculo histórico-linguístico que na sua aceção confere “identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles”⁵¹. Cooperação é sempre a palavra-chave no âmbito desta comunidade, naquilo que se encara como colocando “a tónica na vertente cultural da língua oficial comum, como instrumento de capitalização de experiência, de potenciação de identidades”⁵². Contudo, a efetivação dos objetivos anunciados tem ficado aquém do esperado, tal como realçam alguns autores.

“ o que constatamos e que, apesar de não ser posta em causa a existência da CPLP, parece existir um consenso quanto às suas dificuldades que se

⁴⁹ VAISSE, Maurice – *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 264

⁵⁰ GAMA, Jaime – “Modernização do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, In *Seminário Diplomático: A Diplomacia Portuguesa face ao século XXI*. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1999, p. 9

⁵¹ Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. [Consultado em junho de 2015] Disponível em <http://www.cplp.org/id-3869.aspx>

⁵² MARCHUETA, Maria Regina – *A CPLP e seu enquadramento*. Lisboa: IDI- Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 2003, p. 16

remetem para a falta de empenho dos Estados-membros com níveis de desenvolvimento mais elevados, ou seja, Brasil e Portugal; para a continuação de interesses particulares distintos entre os Estados-membros; para a sobreposição dos interesses particulares aos interesses gerais da Comunidade ou ainda para a falta de recursos financeiros da organização.”⁵³

Significa isto que na prática a CPLP acaba por se concretizar apenas enquanto bandeira de língua e valores comuns. Ainda assim, quer para Portugal, quer para o Brasil surge como uma plataforma de projeção internacional. O Brasil ambiciona reunir o apoio dos Estados constituintes em questões multilaterais como um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e Portugal denota também uma nova forma de enquadrar as relações com as suas ex-colónias.

Estruturalmente, a década de 90 foi, assim, uma década marcada pelo fim da Guerra Fria e pela afirmação dos poderes regionais que permitiu trazer novos atores para a cena internacional, a que Portugal e o Brasil se encontraram permeáveis. Significou isto também, a institucionalização de um relacionamento multilateral que veio enquadrar a relação bilateral luso-brasileira: a relação entre a União Europeia e o Mercosul. Por outro lado, o surgimento da CPLP, que constitui mais um organismo multilateral onde ambos os países se encontram, veio reforçar o laço de comunhão histórica de valores e ideais do tradicional discurso político-diplomático que acompanhava as relações.

2.2. 2000-2007: Entre a ascensão dos BRICS e a crise mundial

O novo milénio trouxe desafios crescentes para os Estados e organizações no sistema internacional. Como refere Joseph Nye, “a sensibilidade da globalização a acontecimentos em parte distantes do globo tem aumentado à medida que os custos nas comunicações e nos transportes têm baixado e diminuído os efeitos da distância. A importância dos mercados tem igualmente aumentado, como resultado das novas tecnologias de informação e de transporte, assim como de uma alteração das atitudes

⁵³ FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008., p. 68

acerca do papel dos governos e dos estados.”⁵⁴ Estamos, assim, perante a reorganização efetiva de uma nova ordem, com a emergência de novos temas a adquirirem um papel central.

Foi perante este cenário que, em 2000, se reuniram extraordinariamente os chefes de Estado dos países constituintes da União Europeia, a fim de debater o seu futuro económico e social. Resultou desta reunião, a Agenda de Lisboa, lançada durante a presidência portuguesa, que atribuiu como objetivo para a década seguinte “tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”⁵⁵. No entanto, os resultados da Estratégia de Lisboa ficaram aquém do esperado, levando à sua reforma em 2005.

A América Latina era marcada pela crise económica, que se fazia sentir desde o final da década anterior e que ficou conhecida como “a meia década perdida”⁵⁶ (1998-2002). Em 2001, a Argentina viveu um período particularmente tenso. O Presidente Fernando de la Rúa (eleito em 1999), no decorrer de protestos e reivindicações, acabou por renunciar ao seu mandato, sucedendo-lhe cinco presidentes diferentes em menos de duas semanas. Foi o espelho de uma intensa crise política, a que se seguiu a económica. No início de 2002, a Argentina apresentava uma dívida externa de mais de 140 bilhões, seguida de uma desvalorização da moeda, em que o PIB do país recuou para os níveis de 1993. Os efeitos desta crise fizeram-se sentir no Brasil, assim como nos restantes países da região⁵⁷. Ainda assim, a maioria dos países latino-americanos, com o aumento das trocas comerciais mundiais, conseguiu recuperar em meados da década e verificou-se um crescimento das exportações – sendo a China um dos principais destinos – nomeadamente de petróleo e bens agrícolas⁵⁸.

O ano de 2001 ficou também associado à emergência do acrónimo BRICS⁵⁹. A ideia desenvolvida por Jim O’Neill, da Goldman Sachs, introduziu no discurso corrente

⁵⁴ NYE, Joseph S. Jr. – *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 222

⁵⁵ CONSELHO EUROPEU DE LISBOA – “Conclusões da Presidência, 23 e 24 de Março de 2000” [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em www.euroid.pt

⁵⁶ WILLIAMSON, Edwin – *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 592

⁵⁷ KRIEGER, Joel – “Argentina”, In KRIEGER, Joel – *The Oxford Companion to Comparative Politics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013, p. 61

⁵⁸ GASPAR, Carlos – “A China e a transformação da Ásia”, In *Relações Internacionais*, nº 38, Lisboa: IPRI-UNL, 2013, pp. 9-22

⁵⁹ O termo BRIC passou a designar o conjunto de países Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2010, a África do Sul passou também a integrar o grupo, passando a denominar-se BRICS, na sigla inglesa.

a ideia de Brasil, Rússia, Índia e China como um conjunto de economias emergentes, que partilham características - defendendo que em termos de tamanho agregado, os BRIC representaram cerca de 23,3% do Produto Interno Bruto a nível global, no final de 2000 – e cresceriam mais que o conjunto de países do G7. Traçou, então, quatro cenários de evolução, com pressupostos de cálculos diferentes, para demonstrar que o peso relativo deste conjunto de países seria elevado, principalmente a China. Esta sigla está, assim, profundamente enraizada na ideia de expansão da coordenação da política económica global com uma maior interação deste conjunto de países⁶⁰. Em 2003, a Goldman Sachs lançou um paper intitulado “Dreaming With BRICS: The Path to 2050” onde defendia que nos próximos 50 anos Brasil, Rússia, Índia e China seriam a maior força económica mundial, utilizando cálculos baseados num modelo de acumulação de capital e crescimento de produtividade, projetando que do G6 atual apenas os EUA e o Japão poderia estar entre as seis maiores economias em 2050.⁶¹

Deste quadro de emergência de novos poderes, além do Brasil destaca-se a afirmação da China, como um dos principais atores globais. O gigante asiático já não se assumia apenas como uma potência regional – embora como refere Carlos Gaspar, as dinâmicas intra-regionais tenham tido um papel determinante na sua ascensão⁶² – mas uma potência com um papel determinante no jogo internacional, com investimentos na América do Sul e África. Se em 2000 as reservas cambiais chinesas eram de 165 000 milhões de dólares, dez anos depois, tinham crescido para mais de 2,4 triliões de dólares, tornando-se o maior importador mundial de carvão, minério de ferro, cobre, manganês, entre outras matérias-primas⁶³. A China veio a assumir-se como um parceiro fundamenta das trocas comerciais, quer para o MERCOSUL, quer para o Brasil.

O primeiro ano do novo século foi, no entanto, ainda marcado pelos ataques de 11 de Setembro, ao World Trade Center, nos Estados Unidos. O terrorismo passou a ser

⁶⁰ O'NEILL, Jim – “Building Better Global Economic BRICs”, In *Global Economics Paper* No: 66, 2001. [Consultado em setembro 2014] Disponível em <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>

⁶¹ WILSON, Dominic; PUSUSHOHAMAN, Roopa – “Dreaming with BRICs: The Path to 2050”, In *Global Economics Paper* No: 99, 2003. [Consultado em setembro 2014] Disponível em <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>

⁶² “A China normalizou as suas relações diplomáticas com todos os Estados regionais, incluindo a Indonésia, o Vietname e a Coreia do Sul, e tornou-se, rapidamente, um parceiro económico indispensável e o destino principal dos investimentos asiáticos. A China voltou a ser a principal potência asiática e o reconhecimento internacional desse estatuto é uma etapa obrigatória na sua ascensão.” In GASPAR, Carlos – “Os Estados Unidos e a Transformação da Ásia”, In *Relações Internacionais*, nº 19, Lisboa: IPRI-UNL, 2008, pp. 119-134

⁶³ YAHUDA, Michael – *The International Politics of Asia-Pacific*. Third Edition. Oxon: Routledge, 2011, p. 271

encarado pelos países ocidentais como uma ameaça real e próxima e inundou os discursos como uma ameaça global. A política norte-americana foi fortemente afetada e as alterações na sua política externa são o reflexo mais imediato que se fez sentir no sistema internacional. A estratégia americana acabou por se traduzir também num distanciamento aos países latino-americanos, dirigindo o seu foco para o Médio Oriente, diferindo as prioridades de ambos. Aliás, como Vitor Viana defende a invasão do Iraque, condenada pelos países sul-americanos, “consubstanciou uma radical alteração da estratégia dos Estados Unidos que abandonaram a “tendência” multilateralista que a ação militar no Afeganistão impulsionara. A declaração de “Guerra ao Terrorismo”, a proclamação do “Eixo do Mal”, a publicação da nova orientação estratégica, em 2002, e os contornos do processo de decisão que conduziu à Guerra do Iraque, anteciparam a consagração da nova estratégia americana (...)”⁶⁴. Ainda assim, não se pode resumir este distanciamento somente com base nesta alteração estratégica americana, ressaltando-se a paralisação das negociações de uma Área de Livre Comércio das Américas, em detrimento do estabelecimento de acordos bilaterais⁶⁵.

Também como ameaça global, o terrorismo ganhou relevo na discussão pública europeia. Em 2003, no seu documento sobre segurança estratégica, a União Europeia enfatizava a permeabilidade dos países às recentes ameaças. Argumentava que o fim da Guerra Fria havia delegado para os Estados Unidos o papel dominante enquanto ator militar, contudo os últimos acontecimentos demonstravam que nenhum país sozinho será capaz de resolver todos os desafios que surgiam⁶⁶, salientando sempre como os aspetos internos e externos de segurança se encontram indissociavelmente ligados.

No âmbito regional, em 2001 ressalta-se, ainda, e no quadro das interações inter-regionais, o Memorando de Entendimento assinado entre a União Europeia e o Mercosul, que estabeleceu as prioridades de cooperação por sectores para o período compreendido entre 2000 e 2006. Foi, então, estabelecida uma contribuição comunitária de 48 milhões de euros a distribuir entre três sectores: 1) para o fortalecimento das

⁶⁴ VIANA, Vitor – “Consequências estratégicas do 11 de Setembro de 2001”, In *Relações Internacionais*, nº 31, Lisboa: IPRI-UNL, 2011, pp. 25-31

⁶⁵ FONSECA, Carlos da - “O Governo George W. Bush e o Relacionamento EUA-América Latina”, In *Relações Internacionais*, nº 19, Lisboa: IPRI-UNL, 2008, pp. 147-157

⁶⁶ CONSELHO EUROPEU – *A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*. Bruxelas, 2003.[Consultado em dezembro 2014] Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsupload/78367.pdf>

instituições do Mercosul; 2) para a dinamização do mercado interno do Mercosul; 3) para o apoio à sociedade civil do Mercosul⁶⁷.

No documento de estratégia regional entre os dois blocos regionais, ficou bem patente a preocupação em avanços significativos nas áreas de comércio. Destacou-se, pois, da parte do MERCOSUL a ressalva que na última reunião, o Conselho de Mercado Comum havia enfatizado a necessidade de avançar com: a reformulação do sistema de litígios; a identificação e eliminação de barreiras intra-regionais de comércio; e a criação de um acordo Inter-regional de Associação com a União Europeia, desejando consolidar uma coordenação macroeconómica.⁶⁸ Já a União Europeia sublinhou como os instrumentos de cooperação poderão contribuir para os processos de negociação, através da implementação de projetos de interesses recíprocos. Ainda que seja um período tenso no que concerne à força dos mecanismos de integração do projeto latino-americano, em termos globais não se poderá deixar de realçar que em 2002, o MERCOSUL representou 2,3% das importações da União Europeia e 2,5% das exportações dos seus bens⁶⁹. No entanto, para as empresas portuguesas não representou nenhum marco significativo⁷⁰. Na prática, continuava a subsistir o impasse nas negociações, derivado de discórdias no capítulo comercial entre os dois blocos. As negociações acabaram no entanto por serem suspensas em 2004. Como verificaremos, esta questão estará presente no enquadramento dos encontros bilaterais entre Portugal e o Brasil, dotando a relação luso-brasileira de uma dimensão especial que poderia contribuir para uma aproximação entre os projetos regionais.

Do diálogo entre a União Europeia e os países da América Latina destaca-se, também, a posição da Comissão das Comunidades Europeias, em 2005, quando na sua comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, intitulada *Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina*, referia que

“A UE, reforçada pela sua experiência, poderia contribuir para a consolidação da estabilidade e da segurança, bem como para o desenvolvimento sustentável da América Latina. Encontramo-nos nas

⁶⁷ EUROPEAN COMMISSION – *Mercosur-European Community: Regional Strategy Paper 2002-2006* [Consultado em dezembro 2014]. Disponível em http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/02_06_en.pdf, p., p. 21

⁶⁸ *Ibidem*, p. 7

⁶⁹ *Ibidem*, p. 15

⁷⁰ COSTA, Carla Guapo – *A Cultura como factor dinamizador da economia: os investimentos portugueses no Brasil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, p. 334

vésperas de um novo período de programação da ajuda comunitária, que deverá permitir atribuir fundos importantes à região (Perspetivas Financeiras 2007-2013), e da próxima Cimeira UE-América Latina/Caraíbas (ALC), que terá lugar em Viena, em Maio de 2006. Em breve chegaremos ao fim de um ciclo com os futuros acordos de associação com as sub-regiões (Mercosul, Comunidade Andina (CAN) e América Central (AC)) e com o acordo de parceria económica com as Caraíbas.”⁷¹

Era o reflexo do interesse da Europa pela América Latina a manifestar-se, verificando-se uma preocupação em afastar qualquer ideia de distanciamento, apresentando a ideia de uma “parceria estratégica bi-regional”. Além da preocupação no fomento de acordos de associação e de comércio, reflete-se na proposta a identificação da necessidade de “combinar forças de dois protagonistas mundiais”⁷², enquanto potencial arco do jogo internacional. No entanto, é através da parceria estratégica com o Brasil, em 2007, que a União Europeia transita sob o impasse com o Mercosul. Ainda que a parceria com o Brasil não seja um caso isolado, dado que por esta altura a União celebrou uma série de parcerias com países emergentes, é de notar que significou uma progressiva horizontalização das relações⁷³, contribuindo para a afirmação internacional brasileira.

O período em análise foi predominantemente marcado pelos atentados de 11 de setembro e pela emergência dos BRICS. O primeiro porque simbolizou não apenas alterações para a política externa norte-americana, mas para o próprio sistema internacional. O segundo, uma vez que veio questionar a ordem internacional, permitindo trazer para a arena internacional uma série de novos poderes. Ainda que a hegemonia dos EUA continue a ser preponderante, Brasil, Rússia, Índia e China impuseram novas dinâmicas, constituindo-se atores internacionais relevantes e influentes. As relações luso-brasileiras são assim enquadradas neste período por um outro dinamismo, dado que encontramos um Brasil engajado na sua posição de potência emergente.

⁷¹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina*, Bruxelas, 8/12/2005, COM (2005) 636. [Consultado em dezembro de 2014] Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000035082/documento/0001/>, p. 3

⁷² *Ibidem*, p. 5

⁷³ CARVALHO, Thiago – “Portugal e as Relações Brasil-União Europeia (1986-2007)”, In *Relações Internacionais*, nº 29, Lisboa: IPRI-UNL; pp. 96

2.3. 2008- 2013: a crise económica mundial

O final da primeira década do novo século foi marcada pela crise financeira, que ainda persiste. Em 2008 a queda do Lehman Brothers, nos EUA, desencadeou, uma crise económica e financeira com repercussões mundiais. Alguns autores consideram a queda do Lehman Brothers como um momento de viragem no sistema internacional, com a reorientação da geopolítica para a Ásia, região que

“passou a contar decisivamente na balança económica internacional. A convocação da primeira cimeira de chefes de Estado e de governo do G20, decidida pelo Presidente George W. Bush, em Novembro de 2008, foi um sinal inequívoco da nova posição dos Estados Unidos, que se impôs naturalmente à União Europeia, cujos responsáveis preferiam ter convocado o G7.”⁷⁴

A crise mundial que se estendeu dos EUA às outras regiões do globo, afetou de forma mais profunda a Europa que a América Latina. Ainda assim teve reflexos diretos, quer na balança comercial, quer nos investimentos diretos.⁷⁵

O ano de 2008 é marcado também pelas eleições presidenciais nos EUA, que consagram Barack Obama como o novo Presidente americano, momento intrinsecamente ligado a uma onda de esperança em alterações profundas na sua política externa. Ainda assim, não teve reflexos diretos na relação com o Brasil.

Em 2009, a União Europeia foi marcada pela criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e o Serviço Europeu para a Ação Externa, no seguimento da ratificação do Tratado de Lisboa. O Tratado de Lisboa estabeleceu, no entanto, que “o Conselho Europeu e o Conselho da Europa adotam unicamente decisões relativas: aos interesses e aos objetivos estratégicos da União; às ações a levar a cabo pela União; às posições a tomar da União; às modalidades de aplicação das ações e das posições da União”, ainda que na prática nenhum ato legislativo possa ser adotado⁷⁶. No seu documento de *Estratégia de*

⁷⁴ GASPAR, Carlos – “A China e a transformação da Ásia”, In *Relações Internacionais*, nº 38, Lisboa: IPRI-UNL, 2013, pp. 9-22

⁷⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – *Comunicação da Comissão ao Parlamento e ao Conselho: A União Europeia e a América Latina: uma parceria entre protagonistas globais*. Bruxelas, 30/9/2009, COM (2009) 495. [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000042592/documento/0001/>

⁷⁶ *Política Externa e de Segurança Comum*. [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:ai0025&from=PT>

Segurança Europeia defendia a importância do multilateralismo, enfocando a importância de combater a ameaça terrorista⁷⁷. No ano seguinte é lançada a Estratégia 2020, na senda da Estratégia de Lisboa, cujos objetivos anteriores, são traduzidos em objetivos nacionais dos Estados-Membros.

A relação com o Mercosul ficou marcada pela retoma das negociações sobre o acordo comercial, em 2010, após seis anos de suspensão. Este momento afigurou-se como um marco importante nas dinâmicas regionais. No entanto, as negociações continuaram a arrastar-se, sem que até ao presente se tenha conseguido implementar qualquer acordo. A questão dos produtos agrícolas e as tarifas de comércio de bens continuam a não permitir o avanço das negociações. Isto não significou todavia uma problemática para as relações luso-brasileiras, que encararam esta questão como complementar à sua relação bilateral, mas não configurando uma variável dependente.

No âmbito global foi um ano de profundas alterações no Médio Oriente. Protestos com início na Tunísia, levaram à deposição do Presidente Ben Ali, estando na origem da denominada “Primavera Árabe”, que se estendeu aos restantes países da região, nomeadamente Egito, Iêmen e Líbia.

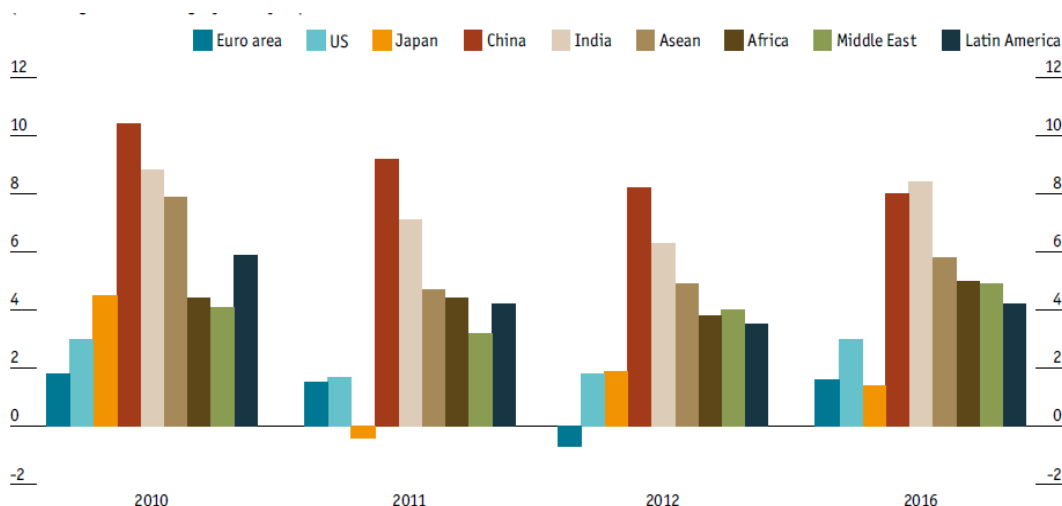
Entre 2010 e 2012, num ambiente moldado por interações económicas transnacionais, a crise económica agudizou-se na Europa, nomeadamente em países como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, com vista à ajuda financeira dos Estados. Surge então o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), criado em Janeiro de 2010, com sede no Luxemburgo, intervindo na Irlanda, Espanha e Portugal. No contexto da crise económica, em Dezembro de 2010, o Fundo Monetário Internacional, procedeu a uma reforma das suas quotas. Previa, assim, a transferência de 6% da distribuição de quotas a favor de países emergentes, o que aumentava o poder dos BRICS, e nomeadamente do Brasil, ainda que a aplicação desta medida não tenha conseguido efeitos imediatos⁷⁸. O impacto da crise mundial teve por outro lado menor impacto na América Latina. Alguns autores atribuem-no à conjugação de três fatores: primeiramente, a capacidade de exportar produtos como minério de ferro, soja e madeira para mercados como a China; o segundo, à redução dos níveis de dívida da

⁷⁷ COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *European Security Strategy – A Secure Europe in a Better World*. Bruxelas: European Communities, 2009

⁷⁸ «Reforma de cotas do FMI é “necessidade absoluta”, diz Lagarde.» Disponível em [Consultado em julho de 2015] <http://www.valor.com.br/financas/3728994/reforma-de-cotas-do-fmi-e-necessidade-absoluta-diz-lagarde>

região e a estabilização da inflação, aliados à abertura do comércio que experienciou; e por último, ao seu próprio mercado interno, constituído por 6000 milhões de pessoas⁷⁹. A expansão da relação desta área com os países asiáticos constituiu assim um importante pilar nesta questão, uma vez que ficou menos permeável às oscilações americanas e europeias. Um quinto do comércio da região é feito com a Ásia, nomeadamente a China, que no início do novo milénio representava cerca de 1% do investimento direto estrangeiro na região, enquanto em 2011 representava já 10%, com a expansão dos domínios dos produtos⁸⁰. Ainda assim, a partir de 2011 verifica-se uma diminuição do crescimento da América Latina, quando comparado com outras regiões emergentes (Figura 1).

Figura 1 – Crescimento do PIB (%) por áreas geográficas (2010-2016)



Fonte: HUMPHREYS, David – “Latin America as na FDI hotspot: Opportunities and risks”. In *Prepare for opportunity – Economist Intelligence Unit*, 2012. [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.eiu.com>

Do ponto de vista das relações luso-brasileiras, destaca-se do contexto internacional no período compreendido entre 2008 e 2013, sobretudo a crise económica e financeira internacional. Ainda que a América Latina tenha apresentado menos permeabilidade e esta tenha tido principalmente efeitos na Europa e Estados Unidos,

⁷⁹ HUMPHREYS, David – “Latin America as na FDI hotspot: Opportunities and risks”. In *Prepare for opportunity – Economist Intelligence Unit*, 2012. [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.eiu.com>

⁸⁰ *Ibidem*

também a partir de 2011 esta região começou a sentir uma diminuição do seu crescimento.

CAPÍTULO 3. O CONTEXTO INTERNO

3.1. Portugal

3.1.1. A política externa portuguesa

No período democrático a Política Externa portuguesa é caracterizada pela continuidade. Como apresentaremos de seguida, esta ideia é consensual na literatura específica do tema.

Na perspetiva de Adriano Moreira, a própria Constituição da República define os princípios-guias da Política Externa. Na sua ótica, “difícilmente pode deixar de considerar-se esta área como uma das componentes fundamentais do conceito estratégico nacional de um país.”⁸¹ Datando 1974 como a alteração deste conceito, que considera tendencialmente transversal, defende que a diplomacia portuguesa foi “historicamente uma linha de defesa principal dos interesses nacionais”⁸². Assim, sustenta que a Política Externa portuguesa se pauta por três fronteiras principais: a Aliança Atlântica, que figura como a fronteira de segurança; a União Europeia, que representa a fronteira económica; e os países de língua oficial portuguesa, que correspondem à fronteira cultural.⁸³

Também na visão de Nuno Severiano Teixeira, o quadro da política externa portuguesa se pauta pelos três eixos referidos. Acentua que “para a política externa portuguesa, ser atlântico pode significar valor acrescentado na Europa tal como ser europeu pode ter valor acrescentado no Atlântico e em particular no Atlântico Sul onde se desenvolvem as relações pós-coloniais.”⁸⁴ Na sua perspetiva, em termos geopolíticos as diretrizes mantêm-se. Contudo, se defende que a Europa e a União Europeia são a prioridade estratégica para Portugal, considera as relações transatlânticas e com os países da CPLP uma forma de ampliar poder. Sustenta, no entanto, que se verificou um declínio da diplomacia portuguesa bilateral em virtude duma crescente importância do vetor multilateral. Ou seja, os eixos da linha de ação subsistem, a forma como Portugal

⁸¹ MOREIRA, Adriano – “O Papel da Política Externa Portuguesa no Mundo Contemporâneo”. In *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático, 2005, p. 13

⁸² *Ibidem*, p. 14

⁸³ *Ibidem*

⁸⁴ TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000”. In PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005, p. 116

desenvolve estas relações é que difere. Significa isto que a ação de Portugal é enquadrada pela sua pertença a organismos multilaterais, nestas áreas de interesse em específico: União Europeia na Europa; a NATO, nas relações transatlânticas; e a CPLP, com as antigas colónias.⁸⁵

Manuel Fernandes Pereira, comunga das ideias anteriores, sustentando as dimensões União Europeia, NATO e CPLP. Sublinha, pois, as “fortes ligações transatlânticas, em particular com os EUA e com o Brasil”⁸⁶. O seu contributo primordial reside, no entanto, no impacto que a PESC têm tido no delinear da política externa do Estado português. Defende que a evolução da primeira tem sido no sentido duma crescente importância para as relações com os países sul-americanos e africanos, o que tem encontro nos próprios interesses portugueses: “se examinarmos, por exemplo, o caso das negociações em curso pela União com os países do MERCOSUL, encontramos várias iniciativas portuguesas”⁸⁷. Maria Raquel Freire destaca antes o facto da União Europeia ser predominantemente entendida por Portugal “como um fator que permite a projecção de políticas e objectivos nacionais para além das capacidades naturais do nosso país.”⁸⁸ Já, João Marques de Almeida advoga neste sentido a necessidade de Portugal articular de forma clara os seus interesses nacionais com os europeus, na equação “quatro lados do «retângulo atlântico»”⁸⁹: Europa, América do Norte, América Latina – destacando o Brasil – e África. Acentua, similarmente, como Portugal tem beneficiado do empenho europeu na aproximação à América Latina.

A importância da articulação dos interesses estratégicos de Portugal é também defendida por Moreira de Sá. Sustenta a localização geográfica, os recursos que esta lhe proporciona, a distribuição de poder no plano internacional e a identidade cultural, como os fatores que produzem a “consolidação das grandes constantes da política externa portuguesa”⁹⁰. E ainda que partilhe da visão dos três principais vetores, referidos anteriormente, defende que o desenvolvimento dum triângulo estratégico entre Portugal, o Brasil e Angola resultaria na “chave para Portugal poder voltar a ser

⁸⁵ *Ibidem*

⁸⁶ PEREIRA, Manuel Fernandes – “Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia”. In *Negócios Estrangeiros*, Nº 9.1, 2006, p. 134

⁸⁷ *Ibidem*, p. 138

⁸⁸ FREIRE, Maria Raquel; BRITO, Rafaela Rodrigues de – “Ensaio Bibliográfico: Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000”. In *Relações Internacionais*, Nº 28, Lisboa: IPRI-UNL, 2010, p. 157

⁸⁹ ALMEIDA, João Marques – “Portugal na União Europeia”. In *Relações Internacionais*, Nº 28, Lisboa: IPRI-UNL, 2010, pp. 81-90

⁹⁰ SÁ, Tiago Moreira – *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, p. 15

estrategicamente relevante nos espaços em que se insere, fazendo-se motor da unificação do Atlântico ao saber tirar partido das suas relações privilegiadas com duas das suas potências emergentes”⁹¹.

A Política Externa portuguesa revela-se assim estável na sua linha de ação. Partilhando a visão dos autores acima referidos, verificam-se três prioridades estratégicas: o projeto de integração europeu, as relações transatlânticas e a ligação aos países de expressão portuguesa. Como verificaremos em seguida, este quadro tem sido transversal aos vários governos constitucionais, variando somente a aproximação a cada um dos eixos. A relação com o Brasil enquadra-se na ligação aos países de expressão portuguesa, constituindo uma variável constante das diretrizes estratégicas da Política Externa portuguesa do período democrático.

3.1.2. Os programas de governo, 1991-2013

Entre 1991 e 2013, Portugal teve nove Governos Constitucionais, conforme sintetizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Governos Constitucionais de Portugal (1991-2013)

Anos	Governo Constitucional	Primeiro-Ministro	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Presidente da República
1987-1991	XI Governo	Cavaco Silva	João de Deus Pinheiro	Mário Soares
1991-1995	XII Governo	Cavaco Silva	João de Deus Pinheiro/ Durão Barroso	Mário Soares
1995-1999	XIII Governo	António Guterres	Jaime Gama	Jorge Sampaio (a partir de 1996)
1999-2002	XIV Governo	António Guterres	Jaime Gama	Jorge Sampaio
2002-2004	XV Governo	Durão Barroso	António Martins da Cruz /Teresa Gouveia	Jorge Sampaio

⁹¹ *Ibidem*, p. 88

2004-2005	XVI Governo	Santana Lopes	António Monteiro	Jorge Sampaio
2005-2009	XVII Governo	José Sócrates	Freitas do Amaral Luís Amado	Cavaco Silva (a partir de 2006)
2009-2011	XVIII Governo	José Sócrates	Luís Amado	Cavaco Silva
2011-2015	XIX Governo	Passos Coelho	Paulo Portas/Rui Machete	Cavaco Silva

Elaboração própria

Sob a presidência de Mário Soares, entre 1987 e 1995 existiram dois governos liderados por Aníbal Cavaco Silva, o XI Governo Constitucional - entre 1987 e 1991 - e o XII Governo Constitucional – entre 1991 e 1995. A pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros esteve a cargo de João de Deus Pinheiro até 1992, e posteriormente de José Manuel Durão Barroso.

A governação de Cavaco Silva foi predominantemente influenciada pelas reformas estruturais, reflexo da entrada de Portugal na CEE, em 1986. O programa do XI Governo Constitucional determinava que a política externa do Estado português se modelaria “em todas as circunstâncias pela defesa permanente e intransigente dos interesses nacionais e pela crescente afirmação de Portugal na cena internacional”⁹². A materialização destas prioridades assumiriam a forma dos três pilares que caracterizam a política externa portuguesa no período democrático: aposta numa integração ativa de Portugal na CEE – “fazendo da adesão às Comunidades Europeias um decisivo fator da modernização e desenvolvimento do país”⁹³; participação na Aliança Atlântica – “com pleno empenhamento nas tarefas da OTAN”⁹⁴; e o reforço dos laços com os países de Língua Oficial Portuguesa – “tendo em atenção as especiais responsabilidade históricas de Portugal relativamente à África e, particularmente, à África Austral”⁹⁵. Foram anos em que a entrada de Portugal na CEE dominou em larga medida as dinâmicas da arena política portuguesa. No entanto, sublinha-se a determinação de uma “reaproximação global de Portugal à América Latina, com especial ênfase na relação privilegiada com o

⁹² *Programa do XI Governo Constitucional*

⁹³ *Ibidem*

⁹⁴ *Ibidem*

⁹⁵ *Ibidem*

Brasil”⁹⁶, no quadro do estabelecimento das prioridades estratégicas do plano governamental.

No segundo mandato de Cavaco Silva, as questões de integração europeia continuaram a dominar as relações externas portuguesas. Portugal assumiu no 1º semestre de 1992 a Presidência da CEE, o que se revelaria, segundo o Programa do XII Governo, a “prioridade absoluta na política externa portuguesa durante o período da sua realização”⁹⁷. Ainda assim verificou-se uma linha de orientação mais assertiva no que concerne à diversificação das relações externas portuguesas, procurando ultrapassar a tendência para “uma excessiva continentalização da Europa, pela manutenção de uma ligação atlântica reforçada por um acrescido diálogo político-económico e pela cooperação triangulada com terceiros países”⁹⁸. Foi analogamente neste mandato que o governo vislumbrou como essencial a ideia de uma diplomacia económica ativa, em virtude da necessária internacionalização das empresas portuguesas. Neste sentido, sublinha-se o fato de constituir parte do programa do XII Governo, a proposta de ser “dado particular relevo às relações com o Brasil, visando concretizar e desenvolver as orientações contidas no Acordo Geral de Cooperação Política, Económica e Cultural, assinado em Brasília em 1991 e, simultaneamente, valorizar no quadro comunitário a relação dos doze com o Brasil e com o espaço do Mercosul e do Grupo do Rio em que se integra”⁹⁹. O particular relevo desta atenção reside na estagnação que as relações luso-brasileiras atravessavam desde a assinatura do referido Acordo. No entanto, ainda que a CEE tenha constituído a prioridade estratégica da política externa dos governos constitucionais dirigidos por Cavaco Silva, no que concerne ao eixo da relação do Estado português com os países da CPLP, encontramos neste mandato o início da primeira fase das relações luso-brasileiras, entre 1991 e 2013.

Seguindo a lógica de bipolarização do arco governativo que caracteriza o sistema político português, os dois mandatos seguintes do executivo foram liderados pelo Partido Socialista. António Guterres assumiu o cargo de Primeiro-Ministro do XIII Governo (1995-1999) e do XIV Governo (1999-2002). A pasta dos Negócios Estrangeiros coube a Jaime Gama. Foi no Programa do XIII Governo que se verificou uma aposta clara na dinamização das relações com o Brasil.

⁹⁶ *Programa do XI Governo Constitucional*

⁹⁷ *Programa do XII Governo Constitucional*

⁹⁸ *Ibidem*

⁹⁹ *Ibidem*

O executivo de Guterres deixou claro que estas relações constituiriam “uma prioridade para o Governo. Desenvolvê-las em termos práticos e adequados às realidades dos nossos dias – eis o objetivo.”¹⁰⁰ A justificação para esta aposta passou, no entanto, também, pela inserção regional dos dois países. Jaime Gama sublinhava a ideia da Europa como prioridade estratégica, no entanto articulada com outros espaços de integração: “O intercâmbio luso-brasileiro terá um novo sentido se Portugal e o Brasil aportarem – de forma comum e mutuamente refletida – no diálogo e na cooperação entre os respetivos grandes espaços de inserção. A União Europeia e o MERCOSUL”¹⁰¹. Considerava, pois, que a articulação entre estes era necessária e que “os dois países devem bater-se por uma associação inter-regional de comércio e pareceria”¹⁰². Também, a aposta na diplomacia económica se revelou como fundamental na linha de ação externa. É durante este mandato que se lança a Lei de Internacionalização da Economia Portuguesa, em 1996, que visava nomeadamente a criação da Direção Geral de Relações Económicas Internacionais, com o intuito de apoiar as empresas portuguesas no processo de expansão internacional.

A prioridade atribuída ao Brasil continuou no segundo mandato de Guterres. No Programa do XIV Governo, na senda da aproximação que vinha fazendo ao Brasil, sublinhava-se que

“merecem atenção privilegiada do Governo as relações com o Brasil, país a que nos unem laços históricos e afetivos manifestos, mas cuja transposição para a área concreta de um relacionamento económico efetivo só recentemente foi conseguida, através de uma extraordinária mobilização de recursos financeiros, bem demonstrativos da confiança que Portugal deposita num país essencial para um futuro de liberdade e de desenvolvimento no sub-contidente sul-americano”¹⁰³.

Foi também, durante este período - em 1999- aprovado o Decreto-Lei N° 401/99 (14 de Outubro), no âmbito da aposta na internacionalização da economia portuguesa. Este decreto estipulou benefícios fiscais contratuais para os projetos de internacionalização de empresas portuguesas, cujos montantes de investimentos fossem

¹⁰⁰ *Programa do XIII Governo Constitucional*

¹⁰¹ GAMA, Jaime – *A Política Externa Portuguesa 1995-1999*. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2001, p. 19

¹⁰² *Ibidem*

¹⁰³ *Programa do XIV Governo Constitucional*

de valor igual ou superior a 250 000 euros (até 31 de dezembro de 2010). Neste quadro, era ainda possível uma majoração de 5%, caso o projeto se realizasse nos seguintes países: países membros da União Europeia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Brasil¹⁰⁴.

Em 2002, ocorreram novamente eleições legislativas em Portugal. O XV Governo - 2002-2004 - foi liderado por Durão Barroso (PSD) Durante este governo foram Ministros dos Negócios Estrangeiros, António Martins da Cruz e Teresa Gouveia. O executivo de Durão Barroso minimizou as relações com o Brasil. Os seus eixos de ação direcionaram-se, sobretudo, para o reforço dos laços com a União Europeia e com o papel de Portugal nas organizações multilaterais. Ainda que no seu Programa refira a importância de reforçar os laços com os países constituintes da CPLP, nomeadamente o Brasil, apenas se encontra uma referência concreta mas pouco explícita a esta relação: “estreitar-se-á, também, o nosso relacionamento bilateral com o Brasil, não só na área económica, mas também nos planos político e cultural”¹⁰⁵. Verifica-se um abrandamento no ritmo destas relações, estabelecido no governo de Guterres. Porém, em 2004, Durão Barroso abandonou o governo¹⁰⁶, para aceitar o cargo de Presidente da Comissão Europeia, em Bruxelas. Numa decisão que não foi consensual¹⁰⁷, o Presidente Jorge Sampaio indigitou Pedro Santana Lopes (PSD), como novo Primeiro-Ministro. Este governo teve uma duração limitada – entre julho de 2004 e março de 2005 –, marcado pela instabilidade governativa, que levou à dissolução do Parlamento por Jorge Sampaio e à convocação de eleições antecipadas.

Em 2005, tomou posse o XVII Governo Constitucional, liderado pelo socialista José Sócrates, que coabitou com o Presidente Cavaco Silva. O XVII Governo, 2005-2009, teve como Ministros dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral e Luís Amado. O programa do governo socialista centrava-se sobretudo na ideia da necessidade de “mobilizar os portugueses para o desígnio de Portugal se voltar a aproximar, de forma decidida e sustentada, do nível de desenvolvimento dos países

¹⁰⁴ Decreto-Lei nº 401/99 de 14 de Outubro de 1999. [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=935>

¹⁰⁵ *Programa do XV Governo Constitucional*

¹⁰⁶ “Durão Barroso apresenta demissão”. In *TSF*, 5/7/2004 [consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.tsf.pt/arquivo/2004/portugal/interior/durao-barroso-apresenta-demissao-769111.html>

¹⁰⁷ “Durão Barroso anuncia amanhã se abandona Governo”. In *Público*, 28/6/2004 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/durao-barroso-anuncia-amanha-se-abandona-governo-1197823>

mais avançados da União Europeia”¹⁰⁸. O programa continha ainda uma linha de ação centrada no multilateralismo; na participação ativa de Portugal na União Europeia¹⁰⁹; e na internacionalização da economia portuguesa, considerando que “na segunda metade da última década emergiu, também, uma nova dimensão neste movimento, com a concretização de significativos investimentos de Portugal no exterior, designadamente em Espanha e no Brasil, mas igualmente noutros países da União Europeia, no Magrebe, em Angola, Moçambique e Cabo Verde”¹¹⁰. Defendia ainda que a promoção destes interesses deveria prosseguir “com base em decisões exclusivamente empresariais a que o Estado deve garantir suporte político”¹¹¹. A manutenção da paz e o relançamento da política de cooperação apareciam como outros pontos da agenda do governo. Sublinha-se, ainda, o fato de Portugal ter assumido a Presidência da UE em 2007, fazendo das relações com o Brasil uma prioridade. Num debate na Assembleia da República, poucos dias antes de Portugal assumir a presidência, o Primeiro-Ministro José Sócrates traçava como condutoras da ação de Portugal, três iniciativas:

“Há três iniciativas no domínio da política externa europeia em que a Presidência portuguesa quer deixar a sua marca. São elas a cimeira com o Brasil, as conferências euro-mediterrânicas e a cimeira com a África. Por opção portuguesa, a nossa Presidência começará com uma nova cimeira da União: a cimeira entre a Europa e o Brasil. Esta será, seguramente, uma marca muito impressiva que deixaremos na política externa da União e que dará coerência ao relacionamento da Europa com as potências económicas emergentes”.

O Estado português procurou, assim, afirmar-se como o interlocutor de aproximação entre a União Europeia e o Brasil, papel que ao longo do tempo lhe vem sido atribuído na retórica dos discursos diplomáticos.

Na sequência da não aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), no Parlamento, e num momento em que Portugal se via a braços com uma crise económica, José Sócrates, que havia sido eleito para um segundo mandato em 2009, acabou por apresentar a sua demissão a 24 de Março de 2011. É nesta sequência que

¹⁰⁸ *Programa do XVII Governo Constitucional*

¹⁰⁹ *Diária da Assembleia da República*, X Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2006-2007), I Série – Número 99, 27 de Junho de 2007, p. 7 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/02/099/2007-06-27>

¹¹⁰ *Ibidem*

¹¹¹ *Ibidem*

Portugal sofre a intervenção da denominada Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional)¹¹². O plano de resgate financeiro a Portugal – 78 milhões de euros – garantia em contrapartida uma série de medidas de austeridade. É neste contexto que em 2011, o PSD vence as eleições antecipadas, com maioria relativa, efetuando um acordo de coligação pós-eleitoral com o CDS, que lhe permitiu ter maioria absoluta no Parlamento. O executivo foi chefiado por Pedro Passos Coelho, e a pasta dos Negócios Estrangeiros pertenceu a Paulo Portas e Rui Machete.

No que concerne à política externa portuguesa, o XIX Governo enunciava no seu programa que esta era sustentada nas “opções europeias, atlânticas e lusófonas”¹¹³, contudo, defendia a necessidade de “adotar uma nova estratégia nacional: uma fortíssima diplomacia económica”. Deste modo, é defendida a ideia que a política externa portuguesa “deve orientar-se para a recuperação da reputação financeira, do prestígio internacional e para o fomento da atividade económica com o exterior, potenciando as nossas exportações, apoiando a internacionalização das nossas empresas e a captação de mais investimento direto estrangeiro”¹¹⁴. A diplomacia económica constitui-se assim como a prioridade estratégica: “ligando o mais estreitamente possível a política externa com a política interna, especialmente no que diz respeito aos objetivos de internacionalização, promoção das exportações da «Marca Portugal» e captação de investimento estrangeiro”¹¹⁵. As relações com o Brasil advinham-se estagnadas, não existindo qualquer referência ao Estado brasileiro no programa do XIX Governo. O próprio discurso de tomada de posse de Passos Coelho, foi neste sentido, sem referências preferenciais: “seremos como sempre fomos: europeus atlânticos, virados simultaneamente para a Europa, para o mar e para o resto do mundo. É com os olhos postos no mundo inteiro que voltaremos a crescer.”¹¹⁶

A análise permite observar que, na senda do verificado no estado de arte da política externa portuguesa, o eixo das relações luso-brasileiras se encontra sempre presente durante os governos constitucionais, variando o empenho dos atores.

¹¹² “As principais datas da Troika em Portugal”. In *Diário de Notícias* 9/5/2012 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.dn.pt/economia/dinheiro-vivo/interior/as-principais-datas-da-troika-em-portugal-2460705.html>

¹¹³ *Programa do XIX Governo Constitucional*

¹¹⁴ *Ibidem*

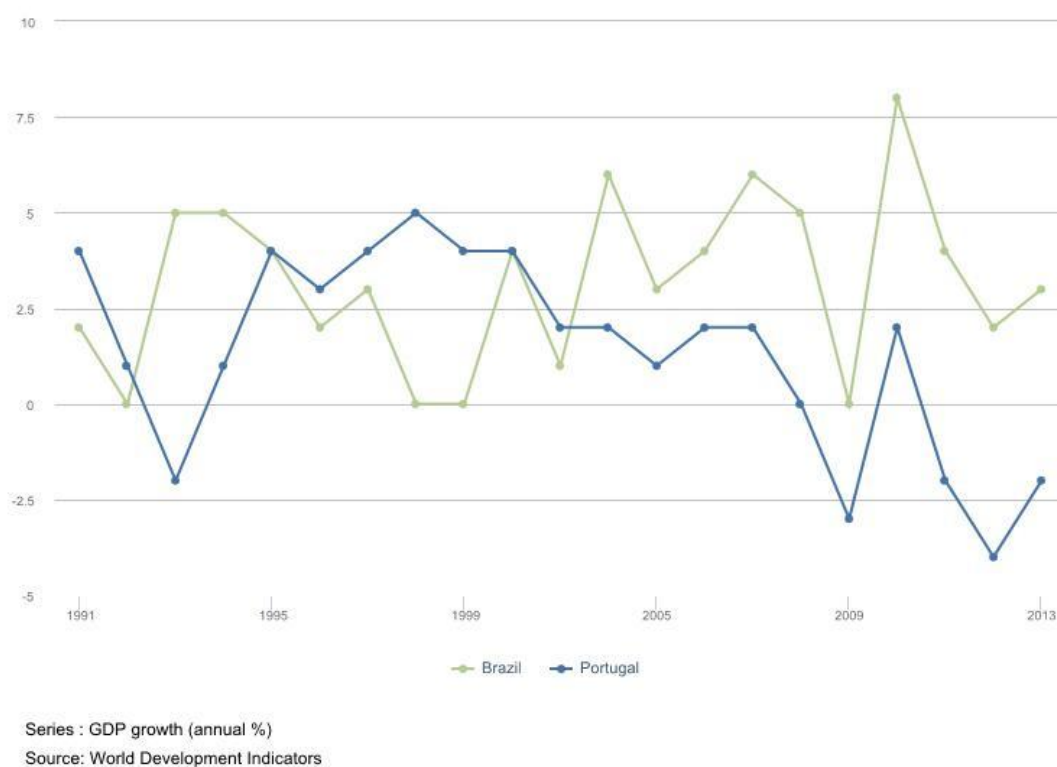
¹¹⁵ *Ibidem*

¹¹⁶ “Discurso de Tomada de Posse do Primeiro-Ministro, 21 de junho de 2011” [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/443405/20110621_pm_int_posse.pdf

3.1.3. A economia portuguesa

Entre 1991 e 2013 o PIB português sofreu algumas oscilações no seu crescimento, conforme mostra a Figura 2. A década de 90 foi substancialmente marcada pelos fundos estruturais vindos da CEE, marcando a economia de forma positiva. Além dos investimentos em infra-estruturas, verificou-se uma expansão das empresas portuguesas.

Figura 2 - Crescimento do PIB de Brasil e Portugal, em % (1991-2013)



Fonte: The World Bank

A instituição do Mercado Único europeu teve um forte impacto para o comércio externo português. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, traduziu-se por uma variação global de 143% nas exportações – ou seja, mais 18,7 mil milhões de euros – e de 154% nas importações – correspondendo a mais 31,2 mil milhões de euros. Assim sendo, entre 1993 e 2009, em termos médios, a variação anual foi de 6%.

A União Europeia corresponde ao principal mercado de Portugal, com foco para Alemanha, França, Espanha e Reino Unido). Entre 1993 e 2009, 79% das exportações portuguesas, destinaram-se a este mercado e o peso anual das importações foi de 77%.¹¹⁷ No mesmo sentido, entre 1995 e 2005 destacou-se um reforço do peso do mercado europeu, reflexo do alargamento da União Europeia a Leste¹¹⁸. Uma nota para o ano de 2008, que registou uma diminuição do crescimento das exportações para os países comunitários, somente suprimido pelo comércio com os países extra-UE. Em 2009, também se verificou uma diminuição acentuada, registando-se uma variação anual de -18%, resultado da diminuição das exportações quer para os países da União Europeia, quer para os países extra-comunitários¹¹⁹.

Em 2010, Angola tornou-se definitivamente um dos principais mercados de destino das exportações portuguesas. No computo geral registou-se um crescimento das exportações, pese embora não se tenham alcançado os valores de 2008¹²⁰. Também em 2011, se verificou um crescimento de 15% face ao ano anterior, sendo que as trocas com a União Europeia foram dominantes¹²¹. Já em 2012, o aumento de exportações de 5,8% face a 2011, deveu-se sobretudo ao comércio extra-União Europeia, atingindo 13.127, 4 milhões de euros¹²².

Inversamente ao verificado na globalidade do comércio internacional e no comércio intra-UE, tornou-se claro uma consolidação do crescimento anual das exportações para países não comunitários. Em 2013, as exportações de bens aumentaram 4,5% em relação ao ano anterior, contudo, tal não correspondeu a uma desaceleração do crescimento se comparado com as taxas de crescimento dos últimos anos¹²³.

Relativamente às importações, registou-se um crescimento acentuado, entre 1994 e 2000, reflexo principalmente da entrada de bens dos países da União Europeia. Já no período entre 2001 e 2003, assinalou-se uma diminuição das importações portuguesas. Tal fato derivou da diminuição acentuada da entrada de bens dos países

¹¹⁷ *Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2010, p. 4

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 15

¹¹⁹ *Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2010, p. 15

¹²⁰ *Estatísticas do Comércio Internacional 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2011

¹²¹ *Estatísticas do Comércio Internacional 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2012

¹²² *Estatísticas do Comércio Internacional 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2013

¹²³ *Estatísticas do Comércio Internacional 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014

não comunitários, não compensada pelo mercado comunitário. Entre 2004 e 2008, voltou a registar-se um crescimento. Os primeiros lugares dos países fornecedores vão para Espanha, Alemanha, França, Itália e Reino Unido ¹²⁴. Ainda assim, nos últimos anos, Brasil, Argélia e China têm crescido na lista dos dez países que mais contribuem para a entrada de bens em Portugal. Em 2010, as importações portuguesas tiveram origem, uma vez mais nos países comunitários. Em 2011, registou-se um aumento de 1% na entrada de bens, em relação ao ano anterior ¹²⁵, o que se voltou a repetir em 2013, depois duma diminuição em 2012.

Em suma, entre 1993 e 2009, a balança comercial apresentou sempre um saldo deficitário. Em 2011, por seu lado, o défice da balança comercial registou o valor mais baixo desde 1997 – 10 910,4 milhões de euros -; voltando a diminuir também em 2013, com um saldo negativo de 9 639,6 milhões ¹²⁶. Na balança comercial, verifica-se, assim, que apesar do domínio dos países intra-União Europeia, o relacionamento com os países extra-comunitários tem aumentado. Ainda assim, os principais clientes e fornecedores de Portugal, continuam a ser, no período em análise, Espanha, Alemanha e França.

No que concerne ao investimento direto estrangeiro (IDE), Joaquim Ramos Silva sustenta que, no período entre 1990 e 2000, “Portugal ganhou mais em termos do peso dos fluxos de investimento direto no exterior no total mundial, do que em termos da sua dimensão económica, medida pelo produto”. ¹²⁷ A partir de 1997, na senda da aprovação da Lei de Apoio à Internacionalização iniciou-se uma vaga de investimentos diretos portugueses, no exterior ¹²⁸. Em termos de destino, os investimentos dirigiram-se predominantemente para os países intra-UE e para o Brasil ¹²⁹.

Desde o final da primeira década do novo milénio, a economia portuguesa é sobretudo marcada pela crise económica e financeira e pela intervenção do Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia. Com o objetivo primordial de reduzir o défice da dívida pública, assim como o défice das administrações públicas, foram implementadas fortes medidas de austeridade, o que condicionou o crescimento da economia portuguesa.

¹²⁴ *Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2010, p. 17

¹²⁵ *Estatísticas do Comércio Internacional 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2012

¹²⁶ *Estatísticas do Comércio Internacional 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014

¹²⁷ LEAL, Catarina Mendes – *O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma Experiência de Diplomacia Económica?*. Porto: CEPESE, 2012, p. 59

¹²⁸ *Ibidem*, p. 57

¹²⁹ *Ibidem*, p. 60

3.2. Brasil

3.2.1. A política externa Brasileira

A política externa brasileira é desde o seu período democrático marcada por uma linha de continuidade.

Tulo Vigevani e Gabriel Cepaluni consideram que a Política Externa brasileira tem sido marcada pela procura de autonomia¹³⁰, no período democrático brasileiro. Os autores definem o conceito de autonomia como a condição que permite aos Estados formularem e implementarem a sua política externa de modo independente dos constrangimentos dos Estados mais poderosos¹³¹. Consideram, então, que esta característica tem levado também a que não exista nenhum corte com o passado mas sim uma adaptação às circunstâncias. Defendem, pois, que o período do Presidente Collor de Mello (1990-1992) – Itamar Franco(1992-1995) foi um período de transição e que o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) estabeleceu uma política coerente. Encaram, assim, que as linhas de ação externa foram lançadas e permaneceram inalteradas até 2013. As alterações registam-se apenas na definição das prioridades. Se Cardoso, numa primeira fase priorizou as relações com os EUA, no segundo mandato acabou por apostar nas relações com os BRICS. Lula da Silva continuou esta aposta e efetuou uma aproximação aos países do Sul, na denominada cooperação Sul-Sul. Os autores consideram, todavia, que esta opção teve uma opção ideológica¹³².

Amado Luiz Cervo e Clodaldo Bueno, por seu turno, consideram que “o Brasil imprimiu desde 1990 orientações confusas, até mesmo contraditórias, à política exterior”¹³³. Consideram, pois, que o multilateralismo encarado como a forma de influenciar as normas do sistema internacional levou a uma diminuição do enfoque nas relações bilaterais, considerando que “a característica básica das relações económicas internacionais do Brasil consiste na busca da real interdependência, isto é, da

¹³⁰ Sobre a evolução do conceito de *autonomia* na América Latina, ver VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – “Defining Autonomy”. In VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009

¹³¹ *Ibidem*

¹³² *Ibidem*, p. 97

¹³³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo – *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 456

reciprocidade na realização de interesses, por meio da negociação em múltiplas esferas e da internacionalização económica”¹³⁴.

Já Octavio Amorim Neto defende que a correlação entre o contexto interno e o externo é uma das características principais da política externa brasileira¹³⁵. Sustenta que durante os governos de Fernando Henrique Cardoso a diplomacia brasileira tornou-se essencialmente presidencial¹³⁶. Considera, pois, que a Política Externa de Lula da Silva trouxe, em particular no seu primeiro mandato, “o recurso à diplomacia para gerar ganhos partidários domésticos, tendo ênfase no Terceiro Mundo e no diálogo Sul-Sul desempenhado a função de compensar, aos olhos do Partido dos Trabalhadores e da esquerda que apoiou Lula, a política económica conservadora implementada pelo Presidente”¹³⁷. Na sua visão, o decurso da política externa brasileira nos últimos anos pautou-se por: aproximação aos EUA nos primeiros anos de Fernando Henrique Cardoso; seguida de um afastamento no segundo mandato de FHC; e um novo distanciamento no segundo mandato de Lula. Considera, então, que tal “são eventos complexos, no que diz respeito a seus determinantes. As duas primeiras mudanças parecem ter origem em fatores domésticos, enquanto a última em fatores sistémicos”¹³⁸.

Raul Bernal-Meza, por seu turno, considera que as alterações no sistema internacional pós-Guerra Fria e a globalização, aliado à implementação das medidas do denominado Consenso de Washington, levaram a uma readaptação das políticas externas adotadas até então. Defende, pois, que até metade da década de 90, a política externa brasileira, seguiu o que Lafer denominou de “polaridades indefinidas”, que “expressavam incógnitas sobre a evolução dos enredos económicos e políticos onde gravitaram os grandes centros de poder mundial, apesar do desaparecimento da ordem bipolar”¹³⁹. Ainda assim, defende que existiu uma alteração na segunda metade dos anos 90, com uma aproximação aos EUA. Sustenta, pois, que até 2000, a política externa brasileira esteve muito ligada à inserção internacional do Brasil através da sua dimensão

¹³⁴ *Ibidem*, p. 498

¹³⁵ NETO, Octavio Amorim – *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

¹³⁶ A Presidencialização da Diplomacia Brasil na concepção de Otavio Amorim Neto, é considerada como a “condução da política externa diretamente e de maneira rotineira pelo Presidente, implicando também uma redução da autonomia decisória do Itamaraty.” In *Ibidem*, p. 125

¹³⁷ *Ibidem*, p. 18

¹³⁸ NETO, Octavio Amorim – *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 155

¹³⁹ LAFER, Celso Cit. por BERNAL-MEZA, Raúl – “A política exterior do Brasil: 1990-2002”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 45, 2002, pp. 36-71

comercial e que a exceção foi a CPLP e os países africanos. Argumenta que a importância do MERCOSUL para o Brasil reside em três ideais fundamentais: permitir alargar a sua dimensão comercial a um nível regional de fora consistente, de modo a funcionar como trampolim para o comércio mundial; funcionar como contraponto ao poder americano na região; estabelecer-se a nível mundial como uma média potência, em resultado da sua liderança regional¹⁴⁰. Na sua ótica, o MERCOSUL representava para o Brasil um instrumento estratégico para o seu posicionamento como ator global, ainda que efetue a ressalva da dicotomia entre os desejos teóricos e a concretização. Assim, no seu entender, a linha de ação da política externa brasileira pauta-se por duas orientações: a inserção regional e o multilateralismo, inserido numa ideia de não alinhamento automático com os EUA. Estas duas orientações têm assim como objetivo “participar ativamente no ordenamento mundial e se tornar ator central do cenário mundial”¹⁴¹.

Também Leticia Pinheiro considera que as alterações vividas no período Collor na política externa, com a aproximação aos EUA, resultaram do “fim da Guerra fria, com a elevação dos Estados Unidos à condição de potência hegemónica global, teve um peso crucial na adoção desse comportamento”¹⁴², considerando que com Fernando Henrique Cardoso se iniciou o que denomina de institucionalismo pragmático. Na sua ótica, “a política externa brasileira se revestiu de uma visão que justificava e estimulava a adesão aos regimes internacionais e às instituições que os incorporam como solução para os problemas de ação coletiva”. Assim, defende que a política externa brasileira apostou no multilateralismo como forma de influenciar as normas vigentes. Defende, pois, que “a fim de exponenciar suas possibilidades de ganho, a participação nas instituições internacionais associada aos outros Estados de seu entorno regional aumentava a probabilidade de obtenção de ganhos absolutos. Por outro lado, no entorno regional a lógica foi a da busca de ganhos relativos”¹⁴³.

A política externa brasileira tem sido marcada pela continuidade no período democrático. Conforme verificado acima, o Brasil tem apostado na sua projeção como *global player*, não descurando contudo a relação com os países da sua área regional. A

¹⁴⁰ *Ibidem*

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 64

¹⁴² PINHEIRO, Leticia de Abreu – *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

¹⁴³ *Ibidem*, p. 63

sua aposta no multilateralismo e na cooperação sul-sul, não significou pois um corte nas relações com a União Europeia.

3.2.2. Os Presidentes e a sua linha de ação

O sistema político brasileiro caracteriza-se por um “Presidencialismo de Coligação”. Significa isto que em resultado da ausência de maioria absoluta, o Presidente “se vê premido a oferecer postos ministeriais a outros partidos em troca de sustentação parlamentar, de maneira relativamente semelhante a um primeiro-ministro num regime parlamentarista multipartidário”¹⁴⁴.

Conforme sintetizado na tabela abaixo, entre 1991 e 2013, o Brasil teve cinco Chefes de Estado.

Tabela 2 – Governos Constitucionais no Brasil (1991-2013)

Anos	Presidente da República	Ministro das Relações Exteriores
1990-1992	Fernando Collor de Mello	Francisco Rezek (1990-1992) Celso Lafer (1992)
1992-1995	Itamar Franco	Fernando Henrique Cardoso (1992-1993) Celso Amorim (1993-1995)
1995-1999	Fernando Henrique Cardoso	Luiz Lampreia
1999-2003	Fernando Henrique Cardoso	Luiz Lampreia (1999-2001) Celso Lafer (2001-2003)
2003-2007	Lula da Silva	Celso Amorim
2007-2011	Lula da Silva	Celso Amorim
2011-2015	Dilma Rousseff	António Patriota (2011-2013)

Elaboração própria

Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional) foi eleito Presidente do Brasil entre 1990 e 1992, tendo como Ministros das Relações Exteriores Francisco Rezek, sucedido num breve período por Celso Lafer. Durante este período, o Brasil começou a experienciar a abertura do comércio ao mercado internacional. A política externa esteve predominantemente ligada à opção de “alinhamento automático” com os EUA e abandono temporário do conceito de autonomia que guiava a escola

¹⁴⁴ NETO, Octavio Amorim – *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 82

diplomática brasileira. Contudo, a política externa deste mandato pode ser dividida em dois períodos: um afastamento da política de aproximação aos países desenvolvidos – particularmente dos EUA – e o segundo, a partir do momento em que Celso Lafer, assumiu a pasta, o que se traduziu numa aproximação aos países da América do Sul¹⁴⁵. “Modernização”, “inserção competitiva na economia internacional” e “lugar no 1º mundo”, como notam Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni, foram bandeiras da campanha eleitoral de Collor de Mello. A alteração de Rezek para Lafer à frente do Ministério das Relações Exteriores teve alterações profundas. Mello, citado por Barreto, atribui esta alteração da posição entre Rezek e Lafer ao “alto grau de enraizamento desse paradigma no âmbito do Ministério das Relações Exteriores; a coesão da corporação diplomática na coordenação de suas preferências e o contexto de incerteza quanto à distribuição das preferências do sistema internacional”¹⁴⁶. O novo Ministro de Fernando Collor defendia um Itamaraty dotado de autoridade, como forma de implementar uma política externa efetiva. O Itamaraty, impregnou-se pois de um espírito sustentado numa “adaptação criativa” e uma “visão de futuro”, surgindo neste âmbito duas ideias principais: um eixo que apostou no Brasil como *global trader* e outro como inserção no Mercosul, como plataforma para uma inserção competitiva no contexto internacional¹⁴⁷. Lafer argumentou mesmo que o Brasil era um país com interesses globais, cujas necessidades de construir parcerias o levaram a pensar em termos de EUA, de CEE e de Japão, uma vez que considerava a América Latina como a sua circunstância¹⁴⁸.

Suspeitas de corrupção levaram ao impeachment do Presidente, colocando o Brasil numa situação de instabilidade política e económica. A 29 de Setembro de 1992, Collor de Mello foi substituído por Itamar Franco. Itamar, sem filiação partidária, embora com fortes simpatias com o seu ex-partido, o centrista PMDB¹⁴⁹, governou entre 1992 e 1995. O seu mandato foi marcado por uma inflação galopante e instabilidade, ainda que tivesse estabelecido acordos com os maiores partidos PMDB, PFL e PSDB. Por esta altura, conforme observador no Capítulo 2, os Estados Unidos

¹⁴⁵ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009

¹⁴⁶ BARRETO, Vicente Costa – “Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos. Princípios, alterações e continuidade”. In *Revista de Informação Legislativa*, Nº 187, 2010 [Consultado em junho de 2015] Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198653/000847487.pdf?sequence=1>

¹⁴⁷ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Op. Cit.*, p. 43

¹⁴⁸ Celso Lafer Cit. por *Ibidem*, p. 44

¹⁴⁹ NETO, Octavio Amorim – *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 84

faziam sentir uma maior influência nos países latino-americanos, acompanhados pelo ímpeto das reformas liberais. No seu primeiro discurso enquanto Presidente, Itamar Franco frisou que

“o mundo, depois da guerra fria, se organiza em grandes blocos regionais, que prenunciam uma sociedade política universal. Estamos participando do MERCOSUL, e sentimos salutar desafio diante da integração continental. (...) sem se afastar dos princípios cardeais de uma política externa que vem sendo a do País desde Rio Branco, o Brasil se esforça, nos organismos e nas conferências internacionais de que faz parte, para que a humanidade prossiga no caminho do desarmamento, participando do controle internacional das atividades nucleares e das tecnologias que possam ameaçar a paz mundial.”¹⁵⁰

Itamar Franco delegou toda a formulação da sua política externa no seu Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso. Já aqui se verificou a aposta de FHC – e que posteriormente guiou a sua presidência - numa política externa com base na “autonomia através da participação”¹⁵¹. É durante este período que o Ministério das Relações Exteriores efetua uma reflexão sobre as suas prioridades externas e reafirma o seu desejo de diversificar as suas relações. Porém, com a transição de FHC para Ministro da Fazenda - e após a nomeação de Luiz Lampreia como Ministro interino por apenas dois meses – Celso Lafer voltou a assumir a pasta das Relações Exteriores do Brasil. Primeiramente, focado numa diplomacia assente nos ideais de desenvolvimento e democracia. Esta opção esteve permanentemente ligada à questão da reforma do Conselho de Segurança, na qual o Brasil almejava um assento. Este eixo levou necessariamente a outro, em muito derivado do primeiro: promover o Brasil no contexto internacional. No mesmo sentido, assistimos a um Brasil empenhado com o ideal de promoção dos direitos humanos¹⁵². Foi nesta altura que o Brasil assinou a Convenção

¹⁵⁰ “Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/itamar-franco/discurso-de-posse-1/pronunciamento>

¹⁵¹ Vigevani e Cepaluni definem “autonomia através da participação” como a participação ativa dos Estados nos regimes internacionais, sem perder a capacidade de formular a sua política externa. Isto traduzir-se-ia no objetivo de influenciar a formulação dos princípios e regras que governam o sistema internacional. In VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009

¹⁵² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo – *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 468

sobre Armas Químicas bem como a Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e propôs a Agenda de Desenvolvimento aglutinada a uma Agenda de Paz¹⁵³.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira), em 1995, acarretou consigo alterações estruturais no Estado brasileiro. Foi acompanhado por uma sólida base de apoio no Congresso, com o PSDB, PFL e o PMDB. Neste período foram Ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia – entre 1995 e 2001 – e Celso Lafer – entre 2001 e 2003. Como Vigevani e Cepaluni defendem a política externa da era Cardoso procurou substituir uma política externa reativa, dominada por uma lógica de “autonomia através da distância”¹⁵⁴ por uma agenda pró-ativa, baseada na lógica da “autonomia através da participação”. O seu Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia advogava que “a política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso busca a autonomia pela integração, ou seja, ao invés de uma autonomia isolacionista, uma autonomia articulada com o meio internacional”¹⁵⁵. Deste modo, o mandato de Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado pela constante procura da institucionalização das normas internacionais. Na realidade, existe uma relação direta entre esta linha de ação e o eixo da linha política brasileiro que procura estabelecer um ambiente internacional que considera favorável ao desenvolvimento económico¹⁵⁶. Luiz Felipe Lampreia defendia que “para um país como o Brasil, detentor de uma participação no comércio mundial de pouco menos de 1%, interessa a consolidação das regras multilaterais e uma ordem internacional que seja ao mesmo tempo mais previsível e o oposto da “lei do mais forte”¹⁵⁷. É perante este quadro que surge o conceito de “mudança na continuidade”¹⁵⁸. A política externa brasileira repescou alguns dos eixos já experienciados, da projeção do Brasil como um *global player*, verificando-se a procura duma diversificação da sua agenda. É também sob o

¹⁵³ PATRÍCIO, Raquel de Caria – *Estudos de Área: Uma visão da América Latina*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012, p. 307

¹⁵⁴ “Autonomia através da distância” é definida por Vigevani e Cepaluni como uma política que contesta as normas e os princípios das instituições internacionais; predominantemente ligada à defesa do status quo e à defesa do protecionismo económico. In VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009, p. 7

¹⁵⁵ LAMPREIA, Luiz Felipe – “A Política Externa do Governo FHC: continuidade e renovação”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 42, 1998, pp. 5-17

¹⁵⁶ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Op. Cit.*, p. 53

¹⁵⁷ LAMPREIA, Luiz Felipe – *Op. Cit.*

¹⁵⁸ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009, p. 55

mandato de Cardoso que assistimos a uma diplomacia presidencial¹⁵⁹ - exponenciado posteriormente por Lula da Silva. Verificamos, pois, um recrudescimento das relações com os EUA durante o primeiro mandato de FHC. Em 1995, o Presidente referiu mesmo que, “os EUA são o nosso parceiro primordial devido à sua posição central na ordem mundial”¹⁶⁰ Cervo e Bueno sublinham que “durante os dois mandatos de Bill Clinton, a partir de 1993, manteve-se clima de entendimento, mesmo porque tinha ele com Cardoso uma relação pessoal afetiva. A diplomacia brasileira não perdia oportunidade de colocar em evidência a histórica parceria bilateral, alicerçada na comunhão de visões políticas da época do barão do Rio Branco e na estratégia de cooperação bilateral com benefícios recíprocos, posta em marcha desde Vargas”¹⁶¹. Também, o Mercosul e a América do Sul assumem uma posição privilegiada nos eixos da política externa brasileira, ainda que a primeira tenha sido atravessada por uma crise institucional em finais dos anos 90. No seu discurso de tomada de posse do segundo mandato, em 1999, Cardoso defendia que

“o interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. É o que estamos fazendo no Mercosul – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. (...) É o que se refelete em nossa visão de integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está, assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.”¹⁶²

Como alguns autores referem “Fernando Henrique Cardoso revigorava o multilateralismo”¹⁶³. Este multilateralismo acentuou a especificidade de cada relacionamento: “com os membros do g-7/8, os temas económico-comerciais e,

¹⁵⁹ BERNAL-MEZA, Raúl – “A política exterior do Brasil: 1990-2002”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 45, 2002, pp. 36-71

¹⁶⁰ Fernando Henrique Cardoso Cit. por VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009, p. 64

¹⁶¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo – *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 478

¹⁶² “Pronunciamento do Presidente da República – Posse no Congresso Nacional, Brasília, DF, 1 de janeiro de 1999” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse/discurso-de-posse-2o-mandato>

¹⁶³ PATRÍCIO, Raquel de Caria – *Estudos de Área: Uma visão da América Latina*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012, p. 309

sobretudo com a Alemanha, a cooperação na área ambiental; com a Europa mediterrânea a participação no programa de privatizações; com Portugal, investimentos, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a confraternização em torno do quinto centenário dos descobrimentos; com a China, a cooperação em alta tecnologia; com a Índia, a cooperação na área de saúde; com a África do Sul, os temas políticos e o comércio bilateral; com Angola, o processo de paz e a cooperação para o desenvolvimento”¹⁶⁴

É nesta sequência e na senda de um Brasil cuja projeção internacional se fazia sentir que é eleito Lula da Silva, em 2003. Governando entre 2003 e 2010, conquistou a Presidência com o Partido dos Trabalhadores (PT), ainda que viesse a fazer acordos com o PMDB e oito pequenos partidos. Teve como Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. A política externa do governo Lula centrou-se nas negociações internacionais e na coordenação com os restantes países emergentes, os denominados BRIC. Ainda assim, não se verificou um confronto nem com os EUA, nem com a União Europeia¹⁶⁵. O período de Lula foi marcado, por exemplo, pela institucionalização da parceria estratégica Brasil-UE, em 2007, durante a Presidência de Portugal. Este instrumento permitiu, de certa forma, reforçar o papel do Brasil como interlocutor privilegiado entre a União Europeia e a América Latina.

Dilma Rousseff (PT) acabou por ser eleita em 2011, tendo como Ministro das Relações Exteriores, até 2013, António Patriota. A política externa de Dilma seguiu as mesmas linhas do anterior Presidente. Contudo, a braços com as questões internas, a Presidente diminuiu o enfoque dado à política externa, pelo seu antecessor. Se a política externa de Lula foi marcada pela ascensão do Brasil enquanto potência emergente, Dilma mantém os ideais mas diminui a ação para a sua concretização¹⁶⁶.

Em síntese, a política externa brasileira centrou-se no período em análise numa “autonomia através da participação”, existindo uma correlação direta entre a projeção internacional do Brasil e o seu desenvolvimento económico.

¹⁶⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - “Política Externa”. In Presidência da República. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - *Brasil: 1994-2002. A era do Real*. Brasília: SECOM, 2002, p. 442

¹⁶⁵ FONSECA, Carmen – *As estratégias de política externa na construção do Brasil emergente: uma análise do período de Lula da Silva, 2003-2010*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2014. Tese para obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais, p. 373

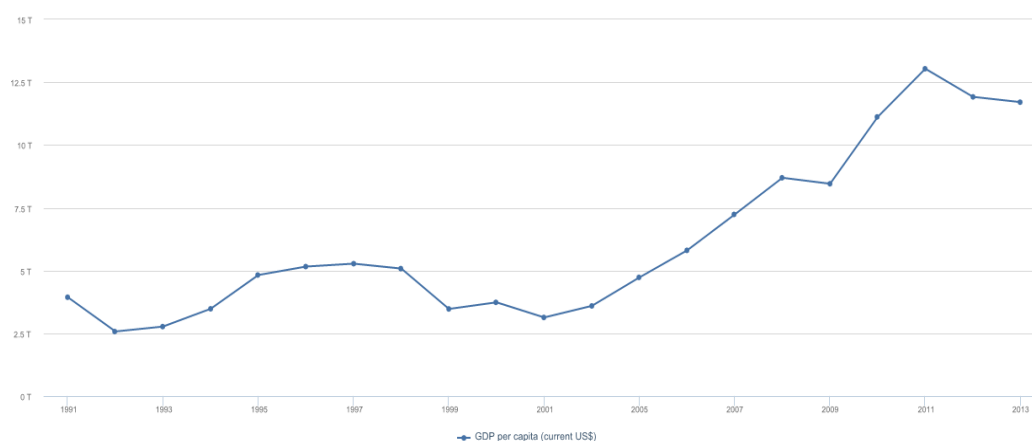
¹⁶⁶ CERVO, Amado Luiz; LESSA, António Carlos – “O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 57, 2014, pp. 133-151

3.2.3. O crescimento económico

O Brasil conhece entre 1991 e 2013 alterações significativas no seu tecido socioeconómico. Na senda das transformações políticas analisadas anteriormente, assistiu-se a um crescimento económico, bem como a um alívio dos níveis de pobreza e ao crescimento da classe média. O aumento do acesso à educação e à saúde, bem como o incremento da competitividade e inovação constituem metas fundamentais da estratégia brasileira.

O Produto Interno Bruto *per capita* brasileiro cresceu, no período em análise, de forma acentuada, conforme se pode verificar na Figura 3. Segundo dados do Banco Mundial, aumentou de 3 942,4 triliões de US\$, em 1991, para 4 827,2 triliões de dólares, em 1994, e 5 083,7 triliões de dólares, em 1998. Nos anos subsequentes e até 2005, os valores mantiveram-se abaixo da linha alcançada em 1998. Contudo, a partir de 2006, o ritmo de crescimento acentuou-se, registando em 2011, 13 042,4 triliões de dólares. Este crescimento surge correlacionado com a procura internacional e a procura interna, numa altura em que a inflação se encontra sob controlo. A partir de 2011, porém, o crescimento abrandou, devido à cotação do real e aos efeitos da crise mundial, com origem em 2008 e cujos efeitos do abrandamento do comércio mundial, ainda se fazem sentir. O governo brasileiro procurou contornar esta situação através da expansão das concessões e de parcerias público-privadas¹⁶⁷.

Figura 3 – PIB *per capita*, Brasil (1991-2013)



Fonte: World Bank Indicators

¹⁶⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION – Trade Policy Review: Brazil, 2013 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s283_e.pdf

Importa no entanto compreender a forma como a economia brasileira deu este salto. O início da década de 90 revelou-se fulcral neste processo. Durante o governo de Collor de Mello, assistiu-se a um programa de liberalização no comércio, com o objetivo de diminuir o profundo enraizamento do protecionismo do Estado. Foi, então, estabelecida a eliminação da maioria das barreiras não tarifárias e das proibições no sistema de licença de importações. Esta liberalização foi ainda acompanhada por uma redução da burocracia nas entradas e saídas de bens e aboliu os controlos estatais de comércio de trigo, café e açúcar¹⁶⁸. Neste período a nível global as transações transnacionais tinham ganho terreno, com a diminuição dos custos associados ao transporte e tornado menos nítida a diferença entre o «interno» e o «externo»¹⁶⁹. O Estado brasileiro começou, assim, a implementar medidas que aliviavam o seu peso enquanto produtor de bens e investimentos. O ano de 1994 foi, pois, um dos anos decisivo para a economia brasileira. Fernando Henrique Cardoso, ainda no mandato de Itamar Franco, lançou o Plano Real, que veio a tornar-se um dos mais importantes e estruturantes programas brasileiros. É em seu resultado que o Brasil assiste à estabilização da economia, com a diminuição de hiperinflação que caracterizava o Estado. Primeiramente, surgiram medidas que visavam a diminuição da despesa pública e as privatizações de empresas estatais¹⁷⁰ nomeadamente no setor das telecomunicações, siderurgia e energia, bem como de alguns bancos estatais. Posteriormente, contemplou a criação da Unidade Real de Valor¹⁷¹, sendo seguido pela implementação da nova moeda: o real¹⁷².

¹⁶⁸ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009, p. 38

¹⁶⁹ LAFER, Celso – “Política Externa Brasileira: Origens e linhas de Continuidade no século XX – Implicações para as Prioridades Externas no século XX”, In *Negócios Estrangeiros*, Nº 2, 2001, p. 20

¹⁷⁰ As privatizações haviam já começado no mandato de Collor de Mello - e na senda da influência do Consenso de Washington que se fazia sentir na região- com o Programa Nacional de Desestatização, cujos objetivos passavam por: transferência para o setor privado de atividades “indevidamente exploradas pelo setor público”; redução da dívida pública; aumentar a competitividade industrial do Estado; concentrar as atividades do Estado naquelas que sejam determinantes para a prossecução do interesse nacional; fomentar o mercado de capitais. No entanto, e ainda que tenha aberto as portas ao modelo liberal, na prática o número de empresas privatizadas ficou aquém do esperado. Programa regulado pela Lei Nº 8 031, de 12 de abril de 1990 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8031.htm

¹⁷¹ A Unidade Real de Valor, veio efetuar a transição entre o Cruzeiro Real e a nova moeda, regulando também a conversão de salários. In *Lei Nº 8 880, de 27 de Maio de 1994* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=117235&norma=139441>

¹⁷² O Real foi implementado a 30 de Junho de 1994, pela *Medida Provisória Nº 542*, que estabeleceu as regras e condições da emissão do mesmo, assim como regulou o sistema monetário. [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/542.htm

O Governo Brasileiro criou ainda alguns programas para potenciar as exportações, como o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), com pagamentos de equalização das taxas de juros; as linhas de crédito do BNDES-Exim ou o Programa de Novos Pólos de Exportação (PNPE), que procurava implementar em todos os Estados brasileiros a ideia da importância do comércio externo¹⁷³. Efetuou ainda uma reforma tributária, promulgando, em 1996, a Lei Complementar nº 87 – também conhecida como Lei Kandir. Esta lei veio eliminar a incidência do principal tributo brasileiro, o ICMS¹⁷⁴, sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados¹⁷⁵.

Em reflexo do exposto anteriormente, poderemos verificar alterações na balança comercial brasileira, conforme Tabela 3. As exportações passaram de 5 199 098 848US\$ em 1991, para 31 516 192 530 US\$ em 2013. O Brasil assumiu assim durante este período um importante lugar enquanto fornecedor mundial. Os principais destinos das suas exportações são a União Europeia, China, Estados Unidos e Mercosul. A União Europeia tem constituído o seu principal cliente, no entanto em 2013 foi ultrapassada pela China, afirmando as relações sino-brasileiras como um vetor económico fundamental. Por sua vez, as exportações para o Mercosul embora tenham diminuído de forma acentuada entre 1998 e 2004, voltaram a registar crescimento a partir desta data. Já os Estados Unidos registam um ritmo constante de crescimento como recetor do mercado brasileiro. Destaca-se, ainda, a crescente importância da ASEAN, bem como do continente africano e Médio Oriente¹⁷⁶. Para fazer face à crescente concorrência nomeadamente dos produtos industriais de baixo-custo, implementou a 2ª fase do Plano Brasil Maior, que passou pela mistura de incentivos

¹⁷³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Real: quatro anos que mudaram o Brasil. Brasília, 1998. [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes-1/real-4-anos-de-mudaram-o-brasil/view?searchterm=plano%20real>

¹⁷⁴ O ICMS refere-se ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

¹⁷⁵ Presidência da República. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - “Política Externa”. In Presidência da República. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - *Brasil: 1994-2002. A era do Real*. Brasília: SECOM, 2002, p. 301

¹⁷⁶ MDIC – *Estatísticas do Comércio Exterior, Séries Históricas, Blocos e Países* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=5294>

fiscais, empréstimos a taxas preferenciais, expansão do financiamento à exportação, e medidas para estimular a industrial nacional através de contratos públicos¹⁷⁷.

No que diz respeito às importações (Tabela 3), refletem a abertura do Brasil ao comércio mundial. Se em 1991, eram de 2 867 371 012 US\$, em 2013 tinha aumentado para 36 850 091 796 US\$. O seu principal fornecedor é a União Europeia, sendo seguido pela China – que entre 2006 e 2008 deu o maior salto quantitativo nesta relação -, Estados Unidos, Mercosul e a intensificação da relação com o Médio Oriente, em particular na última década¹⁷⁸.

Tabela 3 – Exportações e Importações Brasileiras (1991-2013)

Ano	Exportações Brasileiras US\$	Importações Brasileiras US\$	Saldo Comercial US\$
2013	31 516 192 530	36 850 091 796	-5 333 899 266
2012	34 168 136 334	33 773 613 872	394 522 462
2011	31 946 823 231	30 357 141 707	1 589 681 524
2010	23 502 304 342	23 293 819 647	208 484 695
2009	19 368 325 601	18 137 312 550	1 231 013 051
2008	26 076 804 191	24 306 565 089	1 770 239 102
2007	21 113 372 820	15 689 449 011	5 423 923 809
2006	18 061 310 898	12 423 102 136	5 638 208 762
2005	15 229 068 662	10 242 061 530	4 987 007 132
2004	11 542 690 581	7 978 455 374	3 564 235 207
2003	9 820 209 867	7 541 505 334	2 278 704 533
2002	7 638 957 367	7 200 653 644	438 303 723
2001	8 628 413 912	9 025 240 946	-396 827 034
2000	7 578 769 333	7 615 613 037	-36 843 704
1999			-617 716 357

¹⁷⁷ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – *World Investment Report* 2013 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf

¹⁷⁸ *Ibidem*

	6 216 021 789	6 833 738 146	
1998	7 632 787 143	8 584 508 459	-951 721 316
1997	6 830 222 920	6 761 432 337	68 790 583
1996	6 877 643 970	6 874 578 048	3 065 922
1995	5 931 894 872	7 296 355 593	-1 364 460 721
1994	5 525 476 532	3 798 776 205	1 726 700 327
1993	5 702 811 505	3 230 033 090	2 472 778 415
1992	4 957 544 323	3 173 263 100	1 784 281 223
1991	5 199 098 848	2 867 372 012	2 331 726 836

Fonte: MDIC – Estatísticas do Comércio Exterior, Séries Históricas

Por seu lado, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil tem constituído uma das bandeiras fundamentais da sua afirmação enquanto potência emergente. Aplicando “tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições”¹⁷⁹, salienta-se, no entanto, o facto se encontrar vedada a participação de capital estrangeiro nos seguintes sectores: atividades ligadas à energia nuclear; assistência de saúde; serviços de correios telégrafos; indústria aeroespacial; aquisição de terras ruais e em áreas de fronteira; instituições financeiras; exploração de serviços públicos; propriedade de meios de comunicação social; e o setor da mineração¹⁸⁰.

Ainda assim, assistiu-se a um pesado salto quantitativo. Se em 1991, o IDE era de 1 102 milhões de US\$, em 1995 de 4 383 milhões de US\$, no ano seguinte e na senda das privatizações, foi de 10 792 milhões de US\$. No início dos anos 2000, era de 32 995 milhões de US\$¹⁸¹. Entre 2005 e 2007 registou 22 824 milhões de US\$, tendo crescido em 2013 para 63 996 US\$. Por seu turno, o IDE que investiu no exterior ficou muito aquém do investimento recebido, tendo sido entre 2005 e 2007 de 12 595 milhões

¹⁷⁹ *Lei Nº 4131*, de 3 de Setembro de 1962 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131-Compilada.htm

¹⁸⁰ “Capital Estrangeiro” In *APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento*. [Consultado em setembro de 2015] Disponível em <http://www.apexbrasil.com.br/uploads/Ficha%20Legal%20-%20Capital%20Estrangeiro%20-%20PORTUGU%C3%8AS%20%281%29.pdf>

¹⁸¹ MDIC – *Série Histórica do Balanço de Pagamentos – 5ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional, BPM5* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>

de US\$; em 2011 de 1029 milhões de US\$; e em 2013, de 3 495 milhões de US\$¹⁸². As taxas de crescimento do PIB, os níveis de inflação mais baixos e a estabilidade das últimas décadas representaram atrativos para o investimento. Ainda assim, a continuação do crescimento económico dependerá como alguns autores sugerem “mais dos ganhos na produtividade, o que o país tem lutado para conseguir num contexto de pouco apetite político para reformas estruturais”¹⁸³.

¹⁸² *World Investment Report 2015* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://unctad.org/sections/dite_dir/docs/wir2015/wir15_fs_br_en.pdf

¹⁸³ THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT – “*Brazil’s political and economic Outlook under Dilma 2.0*”, 2014 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.eiu.com>

CAPÍTULO 4. RELAÇÕES BILATERAIS

O presente capítulo fará uma análise das relações bilaterais entre Portugal e o Brasil, com base em quatro indicadores: as Cimeiras Luso-Brasileiras; as visitas oficiais; os documentos de entendimento, assinados entre os dois países; e os indicadores económicos.

4.1. Cimeiras

As Cimeiras Luso-Brasileiras assumem-se como um dos instrumentos fundamentais na relação bilateral entre os dois países. Estas Cimeiras têm constituído o pretexto primordial para a generalidade das visitas de Estado realizadas entre os representantes de ambos os países e afiguram-se como o principal espaço de diálogo oficial para avaliar as relações entre Portugal e o Brasil e quais os domínios que poderão ser potenciados. Conforme se pode verificar na tabela abaixo, realizaram-se entre 1991 e 2013, onze Cimeiras entre os dois Estados.

Tabela 4 – Cimeiras Luso-Brasileiras (1991-2013)

Cimeira	Ano	Intervenientes - Portugal	Intervenientes – Brasil
I Cimeira	1991	Cavaco Silva	Fernando Collor de Mello
II Cimeira	1995	Cavaco Silva	Fernando Henrique Cardoso
III Cimeira	1997	António Guterres	Fernando Henrique Cardoso
IV Cimeira	1999	António Guterres	Fernando Henrique Cardoso
V Cimeira	2001	António Guterres	Fernando Henrique Cardoso
VI Cimeira	2002	Durão Barroso	Fernando Henrique Cardoso
VII Cimeira	2004	Durão Barroso	Lula da Silva
VIII Cimeira	2005	José Sócrates	Lula da Silva
IX Cimeira	2008	José Sócrates	Lula da Silva
X Cimeira	2010	José Sócrates	Lula da Silva
XI Cimeira	2013	Passos Coelho	Dilma Rousseff

Elaboração própria

As Cimeiras Luso-Brasileiras foram institucionalizadas em 1991 com o Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República Portuguesa. Este Acordo previa a realização anual de encontros ao mais alto nível entre os dois países, estipulando no seu Artigo 1º, “realizar Cimeiras anuais dos Chefes dos dois governos que poderão ser acompanhados por vários membros dos respetivos executivos, para debater questões de natureza bilateral e problemas internacionais de interesse comum”. A primeira Cimeira foi realizada aquando da assinatura do Acordo, ocasião em que o Primeiro Ministro português se encontrava em visita oficial ao Brasil¹⁸⁴.

A institucionalização das Cimeiras ocorreu num momento em que, como observámos anteriormente, os projetos de integração regional ocupavam um lugar privilegiado na política externa dos dois países: a União Europeia constituía de forma inequívoca um dos três vetores fundamentais da Política Externa Português e o MERCOSUL começava a ganhar espaço na Política Externa Brasileira. Desta forma, Portugal estabelecia-se como o único país da União Europeia, com o qual o Brasil mantinha encontros institucionais de periodicidade anual pré-estabelecida. Pese embora, as Cimeiras Luso-Brasileiras sejam um instrumento de relação bilateral, encontramos ao longo da história das suas realizações referências claras ao papel que a relação bilateral Portugal-Brasil poderá ter no plano União Europeia-Mercosul. Recordemos, pois, que foi também no início da década de 90 que se deram os primeiros passos para a aproximação entre a CEE e o MERCOSUL.

Na I Cimeira, em 1991, estiveram presentes o Primeiro-Ministro português Cavaco Silva e o Presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, e foi realizada sob um contexto interno positivo para Portugal, contudo num contexto de alguma instabilidade económica para o Brasil.

Ainda que durante um longo período, a relação entre Brasil e Portugal tenha assente na retórica, a I Cimeira e o ano de 1991, marcaram o início de uma nova dinamização da relação bilateral.

A II Cimeira, contudo, não cumpriu os requisitos de realização periódica anual e apenas se realizou em julho de 1995, em Lisboa. O contexto interno brasileiro, com a destituição de Collor de Mello e os sucessivos adiamentos da mesma, levaram à sua tardia realização. A II Cimeira acabou por ter lugar no final do mandato do Primeiro-

¹⁸⁴ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet – *Depois das Caravelas: As Relações Entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 263

Ministro português Cavaco Silva¹⁸⁵. Ainda que da declaração conjunta sobressaia apenas o balanço das relações entre as duas nações, nas suas vertentes bilateral e multilateral, começou a verificar-se o enfoque na necessidade do aprofundamento das dinâmicas económicas, que começaria a ganhar espaço efetivo durante o executivo português posterior¹⁸⁶.

No discurso de abertura da Cimeira, o Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso sublinhou que “o fato de o Brasil ser hoje o quinto maior investidor estrangeiro em Portugal, que, por seu turno, é o quinto maior recetor de aplicações brasileiras no exterior, demonstra que nossos agentes económicos estão sabendo avaliar corretamente as perspectivas do relacionamento económico com este país”¹⁸⁷. O discurso mostra-se representativo de uma preocupação que irá dominar os próximos anos do relacionamento: transpor para resultados económicos a ligação histórica entre os dois países.

A III Cimeira teve lugar em Brasília, em 1997, já no mandato do Primeiro-Ministro português António Guterres, e com o Presidente Fernando Henrique Cardoso como Chefe de Estado do Brasil. Da agenda constaram diversos temas: o balanço do 1º ano da CPLP (ocorreu na mesma altura uma reunião ministerial); a questão dos dentistas em Portugal¹⁸⁸; a cooperação económica e as comemorações dos 500 anos de descoberta do Brasil. O chefe do executivo português levou consigo o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama; o Ministro da Administração Interna, Alberto Costa; o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Coelho; o Ministro da Economia, Augusto Mateus; o Ministro da Educação, Marçal Grilo; e o Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho. O número elevado de representantes oficiais de

¹⁸⁵ De salientar que ocorreu à margem duma reunião ministerial entre os países que viriam a constituir a CPLP no ano seguinte.

¹⁸⁶ FONSECA, Carmen, *op. cit.*, p. 46

¹⁸⁷ “Discurso na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira”. In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995, p. 120 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%20/14%20-%20Discurso%20na%20abertura%20da%20II%20Cimeira%20Bilateral%20Luso-Brasileira%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202020-07-1995.pdf/at_download/file

¹⁸⁸ O diferendo sobre o exercício de medicina dentária por parte de nacionais brasileiros em Portugal arrastou-se vários anos e envolveu não apenas as associações profissionais de ambos os países, como os próprios governos. Num artigo sobre “A Nova Política de Assistência aos brasileiros no exterior”, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Sebastião Barros, escrevia sobre a necessidade de “evitar que dificuldades de natureza consular degenerem em constrangimentos e atritos políticos, dando o exemplo do cuidados com que a questão dos dentistas brasileiros necessita ser tratada”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 80, 1º semestre, 1997, pp. 93-98

Portugal foi justificada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros como derivado da “importância fulcral atribuída ao reequilíbrio dos poderes mundiais face aos EUA, e nesse âmbito privilegia as relações com o Brasil”¹⁸⁹.

Em abril de 1999, num momento em que o Brasil se via a braços com uma grave crise económica, realizou-se a IV Cimeira, em Lisboa, contando novamente com a presença de António Guterres, do lado português, e de Fernando Henrique Cardoso, do lado brasileiro. A crise no Brasil fez parte da agenda, assim como o balanço geral das relações bilaterais. Foi ainda parte da discussão a CPLP, a reforma do Conselho das Nações Unidas e novamente o diferendo relativo aos dentistas portugueses. Foi visível o bom momento que as relações atravessavam, contudo foi a Declaração Conjunta sobre Timor-Leste que ganhou espaço. O chefe do executivo português e o Chefe de Estado brasileiro demonstraram apoio ao Secretário-Geral da ONU “quanto à possibilidade de conseguirem, por parte do governo da Indonésia, permissão para a presença permanente das Nações Unidas no território”¹⁹⁰.

A V Cimeira teve lugar em setembro de 2001, em Brasília, depois de adiada duas vezes – a primeira a pedido do Governo brasileiro, a segunda do Governo português na sequência do colapso da ponte que fazia a ligação Entre-os-Rios e Castelo de Paiva. O Primeiro-Ministro, levou consigo uma pequena comitiva, composta pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Justiça, o Ministro da Economia, o Ministro da Cultura e o Secretário de Estados das Comunidades Portuguesas.¹⁹¹ Da Cimeira, António Guterres frisou três pontos: estabelecer uma estratégia de cooperação com base na visão partilhada dum sistema global multilateral; acelerar o processo de negociação entre a União Europeia e o Mercosul; e a entrada em vigor do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (Capítulo 4 – 4.3.)¹⁹². Já o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou a sua crença na Europa como o interlocutor privilegiado do Brasil, de modo a “ter uma ação mais efetiva em nível global, precisamos estar

¹⁸⁹ FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008. Tese para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, p. 63

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 62

¹⁹¹ “Cimeira Luso-Brasileira começa hoje”. In *Público*, 04/09/2001 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <https://www.publico.pt/politica/noticia/cimeira-lusobrasileira-comeca-hoje-38265>

¹⁹² “Declaração à Imprensa Proferida pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, Brasília, Palácio do Planalto, 05/09/2001” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Nº 29, 2º Semestre de 2001, p. 331

relacionados não com um só pólo, mas com os vários pólos”¹⁹³, referindo-se simultaneamente à relação do Brasil com os Estados Unidos. Esta Cimeira ocorreu num período em que o cancelamento da operação de troca de ações entre a Telesp e a PT dominava os meios de comunicação, assim como o crime de Fortaleza, quando foram assassinados turistas portugueses¹⁹⁴. O balanço da Cimeira, ainda assim, foi positivo, podendo sintetizar-se como “ficou claro que o caminho é de ampliar a cooperação entre Brasil e Portugal, entre o Mercosul e União Europeia”¹⁹⁵.

Em 2002, decorreu a VI Cimeira, em Sintra. A informação sobre esta Cimeira revela-se parca, mas destaca-se que acabou por “acalmar os empresários portugueses com negócios no Brasil tendo em conta a vitória do Partido dos Trabalhadores (o Partido de Lula da Silva), nas eleições presidenciais”¹⁹⁶. Dois anos mais tarde teve lugar em Brasília, a VII Cimeira realizou-se a 8 de março de 2004, a primeira do Presidente brasileiro Lula da Silva e do Primeiro-Ministro português Durão Barroso. Lula da Silva observou a singularidade da relação entre os dois países, destacando três temas: os esforços de Portugal para regularizar a situação dos migrantes brasileiros (Ver Capítulo 4 – 4.3.); os resultados obtidos na primeira reunião da Subcomissão dos Assuntos económicos, Financeiros e Comerciais – que havia sido realizada em março do mesmo ano- de modo a aprofundar os níveis de comércio bilateral; e o aprofundamento da CPLP¹⁹⁷. Na Declaração conjunta reafirmaram a importância das Cimeiras, que classificaram como “mais uma oportunidade para reafirmação de um relacionamento bilateral marcado pelo forte sentimento de fraternidade entre os dois povos”¹⁹⁸. As relações económicas constituíram-se, também, como alvo de análise, e ainda que tenham considerado o “crescente dinamismo das relações bilaterais, graças à densidade dos contatos empresariais e à importância dos investimentos realizados por agentes económicos dos dois países, nos dois sentidos.”, verificou-se uma alteração na

¹⁹³ *Ibidem*, p. 335

¹⁹⁴ FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008. Tese para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, p. 64

¹⁹⁵ “Declaração à Imprensa Proferida pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, Brasília, Palácio do Planalto, 05/09/2001” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Nº 29, 2º Semestre de 2001, p. 331

¹⁹⁶ FONSECA, Carmen, *Op. Cit.*, p. 85

¹⁹⁷ “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta à Imprensa sobre a Reunião de Cúpula da 7ª Cimeira Brasil-Portugal”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 94, 1º semestre, 2004, p. 69

¹⁹⁸ “Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Primeiro-Ministro da República Portuguesa por ocasião da VII Cimeira Brasil-Portugal (08/03/2004)”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 94, 1º semestre, 2004, p. 281-286

estratégia portuguesa. O executivo de Durão Barroso procurou incentivar não o investimento português no Brasil, mas o investimento brasileiro em Portugal e o aumento das exportações portuguesas, como ficou claro nas declarações do Ministro da Economia: “o nosso mercado prioritário para o investimento é a exportação”¹⁹⁹. No entanto, focaram-se, ainda, no crescimento das relações no setor do turismo e hotelaria – adotando mesmo medidas para a criação duma Subcomissão no domínio do Turismo; fizeram um balanço sobre o Acordo Lula; debruçaram-se sobre a CPLP e o potencial estratégico da língua portuguesa; e debateram ainda a questão Mercosul-União Europeia.

A VIII Cimeira, teve lugar no Porto, a 13 de outubro de 2005, entre o Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro português José Sócrates, realizando-se várias reuniões setoriais, das quais resultaram vários Acordos. Congratularam-se com o crescimento do investimento direto e fez ainda parte da agenda a possibilidade de desenvolvimento de cooperação no domínio dos biocombustíveis, particularmente etanol; o turismo teve também um lugar de destaque, assim como a tecnologia e a cultura.²⁰⁰ Lula da Silva saldava o balanço como positivo, sublinhando que “nos últimos anos, muitos brasileiros fizeram de Portugal a sua segunda pátria e muitos portugueses compraram terrenos no Brasil, fazendo do nosso país o seu principal destino de férias”²⁰¹. No entanto, é também a concertação de forças a nível multilateral, para engajar a influência da língua portuguesa nas cimeiras ibero-americanas que se destaca, numa altura em que foi criado o Secretariado Permanente Ibero-americano.

A IX Cimeira, decorreu em Salvador, a 28 de outubro de 2008, entre Lula da Silva e José Sócrates. Nesta Cimeira realizou-se um balanço sobre a implementação do “Acordo Lula”, que vigorou entre 2005 e 2008; verificou-se o avanço da cooperação bilateral na área de biocombustíveis – já tema da última Cimeira - com destaque para os Acordos entre a Petrobras e a Galp. Verificou-se novamente no discurso uma importância acrescida relativamente ao domínio dos investimentos. A instalação de empresas brasileiras em Portugal, ao longo dos últimos três anos, foi considerada positiva, sendo sublinhado em especial “o anunciado investimento da Embraer em

¹⁹⁹ FONSECA, Carmen, *Op. Cit.*, p. 86

²⁰⁰ “Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira (13/10/2005)”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 97, 2º semestre, 2005, p. 320

²⁰¹ “Portugal e Brasil querem fazer frente comum entre os ibero-americanos”, *RTP Notícias*, 13/10/2005 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-brasil-querem-fazer-frente-comum-entre-os-ibero-americanos_n18718

Évora, com a instalação prevista de duas unidades industriais”. Da agenda da Cimeira fez ainda parte o tema da crise financeira mundial²⁰². Salienta-se, também, a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Implementação de Mecanismos de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

A X Cimeira, prosseguiu no mesmo caminho que a anterior. Realizou-se, em Lisboa, em maio de 2010 e juntou novamente José Sócrates e Lula da Silva. Destacou-se na agenda a importância que os organismos multilaterais assumiram, nomeadamente a CPLP e o destaque dado à relação União Europeia-Brasil. Decorreram também reuniões setoriais, tendo sido mesmo explorada o possível desenvolvimento de uma Confederação Empresarial Brasil-Portugal, como “embrião de um futuro Diálogo Empresarial entre a Europa e a América do Sul, que permitia incrementar os negócios, promover o emprego e a utilização de novas tecnologias entre os dois países e as duas regiões, encarregando os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de prosseguirem a análise”²⁰³. A energia e o turismo, assim como a ciência e a tecnologia voltaram a ganhar destaque. No entanto, nos meios de comunicação portugueses destacou-se o facto da generalidade da imprensa brasileira ter passado ao lado da Cimeira Luso-Brasileira²⁰⁴.

A última Cimeira ocorreu em 2013, nos mandatos do Primeiro-Ministro português Pedro Passos Coelho e da Presidente brasileira Dilma Rousseff, depois de adiada em agosto de 2012, alegadamente a pedido do governo brasileiro²⁰⁵. Participaram conjuntamente, do lado brasileiro os Ministros das Relações Exteriores, da Educação, da Cultura, a Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e o Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República; pelo lado português, o Ministro dos Negócios Estrangeiros; o Ministro da Educação, e o Secretário de Estado da Cultura. Na declaração conjunta da XI Cimeira salientou-se o avanço na questão das equivalências académicas, com a assinatura do

²⁰² “IX Cimeira Brasil-Portugal – Salvador, 28 de outubro de 2008 – Declaração Conjunta 28/10/2008”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 103, 2º semestre, 2008, p. 259

²⁰³ “Declaração Conjunta da X Cimeira Portugal-Brasil – Lisboa, 19 de Maio de 2010”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 106, 1º semestre de 2010, p. 445

²⁰⁴ “Imprensa brasileira passa ao lado de Cimeira Luso-Brasileira”, *TVI24* [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/tvi24/imprensa-brasileira-passa-ao-lado-de-cimeira-luso-brasileira>

²⁰⁵ “Dilma adia Cimeira Luso-Brasileira”, In *Expresso*, 27/08/2012 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <http://expresso.sapo.pt/actualidade/dilma-adia-cimeira-luso-brasileira=f749271>

Acordo entre a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas para a Equivalência, Reconhecimento e Revalidação de Diplomas de Graduação nas Áreas de Arquitectura e Engenharias. A ciência, tecnologia e inovação revelaram-se também um setor com mais destaque nesta relação, estabelecendo os dois Estados uma aposta no aprofundamento das relações através de memorandos de entendimento na área de investigação da nanotecnologia e biotecnologia e determinando mesmo a criação de “uma subcomissão específica para tratar dos assuntos de ciência, tecnologia e inovação”. Na agenda estiveram identicamente as questões económicas, financeiras e comerciais, dado que, “as trocas comerciais entre os dois países não deixaram, no último ano, de sofrer o impacto do menor dinamismo da economia mundial”. Garantiram todavia continuar a investir esforços para a continuação dos níveis de investimento.²⁰⁶ Destacaram, no entanto, os investimentos realizados entre ambos os países, nomeadamente a inauguração de duas fábricas da EMBRAER, em Évora, o que consideraram “um importante marco no relacionamento bilateral, por se tratar de investimento de alta tecnologia, gerador de empregos e de expressivo efeito multiplicador para a economia”. Em termos de avanços político-diplomáticos ressaltaram garantir a rápida agilização do Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Agricultura, para a promoção e cooperação técnica no domínio dos produtos frutícolas, assinado em 10 de abril de 2013 e do Memorando de Entendimento no domínio do azeite, assinado em 21 de junho de 2012²⁰⁷. Consideraram, ainda, como prioritário a continuação do aprofundamento da relação no setor do vinho, nos termos do Protocolo de Cooperação Técnica e de Entendimento Operacional entre os Ministérios da Agricultura do Brasil e o Instituto da Vinha e do Vinho do Ministério da Agricultura português, assinado em 16 de março de 1999, e que havia vindo a ganhar relevo nos últimos anos.

No período em análise realizaram-se, assim onze Cimeiras Luso-Brasileiras. A institucionalização das mesmas revelou-se um marco fundamental na construção desta

²⁰⁶ “Declaração Conjunta por ocasião da XI Cimeira Brasil-Portugal – Lisboa, 10 de Junho de 2013” [Consultado em Setembro de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3500:declaracao-conjunta-por-ocasio-da-xi-cimeira-brasil-portugal-lisboa-10-de-junho-de-2013&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280

²⁰⁷ *Ibidem*

relação, ainda que não se realizem com a periodicidade anual pré-estabelecida. No entanto, verificamos uma evolução do valor que adquire. Se numa primeira fase, a sua justificação se baseava essencialmente na matriz histórica que liga os dois países, assumiu-se posteriormente como o espaço de diálogo por excelência que permite avançar documentos de entendimento e potenciar domínios de cooperação. Ressalva-se, ainda, os mandatos de António Guterres e Fernando Henrique Cardoso, bem como os de José Sócrates e Lula da Silva, como aqueles onde se realizaram com maior periodicidade Cimeiras, sugerindo que a boa relação entre os governantes tem impacto neste vetor da relação.

4.2. Visitas Oficiais

As visitas oficiais entre os dois Estados têm sido uma constante ao longo do período em análise. Importa aqui acompanhar a evolução das mesmas e dos discursos que as acompanha.

O Chefe de Governo português Aníbal Cavaco Silva visitou o Brasil em 1991 - viagem durante a qual se procedeu à assinatura do Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e o Brasil. Fez-se acompanhar por uma comitiva de vários empresários, com a visando o aprofundamento das relações económicas, apelando ao investimento brasileiro em Portugal, já que considerava fundamental “convencer os empresários brasileiros de que investir em Portugal é realmente um bom negócio”²⁰⁸.

Em 1995, o Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso retribuiu a visita e deslocou-se a Portugal, entre 18 a 23 de julho de 1995. Fez-se acompanhar por um discurso de elogio à herança portuguesa, com um enorme enfoque nos laços históricos, que ligam ambos os países. O momento propício que o Brasil atravessava não deixou de ser referenciado, focando que a sua visita “ocorre no momento em que o Brasil se renova na estabilidade e no crescimento económico”²⁰⁹. Apelou claramente ao investimento português: “com a privatização de um grande número de empresas estatais

²⁰⁸ Citado por FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008

²⁰⁹ “Discurso perante a Assembleia da República Portuguesa”. In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995, p. 112 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%20/13%20-%20Discurso%20perante%20a%20Assembleia%20da%20Republica%20Portuguesa%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202020-07-1995.pdf/at_download/file

e a implementação da Lei de Concessões dos serviços Públicos, abrem-se oportunidades excepcionais de investimentos no Brasil. Os investidores portugueses devem estar atentos a esse processo e serão muito bem-vindos em nosso país”²¹⁰. Recordemos, pois, que se vivia no Brasil, a implementação do Plano Real. Afirmou, ainda, a globalização da economia como “uma realidade imprescindível a todas as nações”, que vai deteriorando “a fronteira entre o interno e o externo, ao tempo em que se reordena a divisão do trabalho em escala mundial”²¹¹. A ideia de Portugal como uma porta de entrada para a União Europeia fez-sentir com alguma intensidade, considerando os investimentos brasileiros em Portugal como “um sinal claro de que nossos empresários acreditam na dinâmica no mercado português e no potencial deste país como ponto de acesso privilegiado à União Europeia”²¹², indo no entanto, mais além. Efetuou um apelo para associações entre empresários dos dois países para como uma força comum beneficiarem do acesso aos mercados europeus e latino-americanos, mas também em África.²¹³

Em 1996, o Primeiro-Ministro português António Guterres visitou o Brasil, escolhendo este destino como a sua primeira visita de Estado. A partilha de laços históricos e culturais continua a constituir parte fundamental para o alicerce da dinamização desta relação. O Presidente brasileiro referiu mesmo que “Portugal é parte direta do Brasil, é tão parte nossa como o ar que se respira. A gente nem percebe que o oxigénio é fundamental, mas é só fechar um pouquinho os canais de oxigénio e ver-se o que acontece. A mesma coisa é com Portugal e o Brasil. Todas as vezes em que há qualquer problema, em que nos afastamos um pouco, nós nos sentimos inquietos.”²¹⁴ Contudo, existe uma ligeira alteração no discurso face ao ano anterior. Classifica o interesse da relação como “não retórico, interesse que já não tem muito a ver com aquela histórica de que algum dia o Brasil, para entrar na Europa, precisaria de Portugal.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 114

²¹¹ *Ibidem*

²¹² *Ibidem*

²¹³ “Discurso por ocasião do jantar oferecido em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa” In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995, p. 136 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2017%20-%20Discurso%20por%20ocasio%20do%20jantar%20oferecido%20em%20homenagem%20ao%20Senhor%20Presidente%20da%20Republica%20Portuguesa%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202021-07-1995.pdf/at_download/file

²¹⁴ “Discurso no jantar em homenagem ao primeiro-ministro de Portugal, António Guterres” In *Palavra do Presidente*, 1º Semestre, 1996, p. 410 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1996/58%20at_download/file

Precisa. Mas não é por isso que nós temos interesse recíproco, é muito mais profundo do que isso.”²¹⁵ Destacou-se, no entanto, a relação de proximidade e empatia entre Fernando Henrique Cardoso e António Guterres. Quer a comitiva portuguesa considerou - sobre a visita de Guterres- que “há um espírito diferente do que existia no tempo de Cavaco Silva (...) Esta é uma viagem de prestígio na qual o Primeiro-Ministro tem uma atitude muito positiva em relação aos empresários, e do lado dos brasileiros tem havido idêntica correspondência”²¹⁶; quer a presença de Sérgio Motta – braço direito de FHC – ter estado presente no Seminário que se realizou mostrou “um autêntico certificado de garantia sobre o empenhamento do Governo brasileiro na nova fase das relações entre os dois países”²¹⁷. A comitiva do Primeiro-Ministro português era composta por cerca de 250 pessoas, e levou na bagagem três objetivos: promover os laços de amizade entre ambos os governantes; investir na ideia de uma parceria a nível empresarial e económica; e promover a imagem dum Portugal moderno – através nomeadamente de diversas iniciativas culturais. Em forma de balanço positivo, realça-se mesmo o destaque dado pela imprensa brasileira “O Guterres ainda ganha a eleição presidencial no Brasil”²¹⁸.

Fernando Henrique Cardoso viajou até Lisboa no ano seguinte, onde participou na Reunião de Chefes de Estados dos Países de Língua Portuguesa, que originou a CPLP; e em Julho de 1997, a visita foi retribuída novamente por António Guterres – no âmbito da III Cimeira Luso-Brasileira e das comemorações do 1º aniversário da CPLP. Também o Presidente português Jorge Sampaio efetuou uma visita de Estado ao Brasil. Sintetizou a relação entre Brasil e Portugal como sustentada na partilha da língua, mas também no crescimento da relação económica, “fruto de um novo ciclo – de um novo interesse e empenhamento – interiorizado pelos próprios agentes económicos, no contexto das estratégias de internacionalização para as suas empresas”²¹⁹ e na CPLP.

Em 1998, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, visitou o Brasil. Nesse ano, Chefe de Estado brasileiro apenas esteve em Lisboa para

²¹⁵ *Ibidem*, p. 411

²¹⁶ Citado por FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008. Tese para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionaisp. 57

²¹⁷ *Ibidem*

²¹⁸ *Ibidem*, p. 58

²¹⁹ “Banquete oferecido pelo Presidente da República Federativa do Brasil”, Palácio de Itamaraty-Brasília [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-400.html>

participar na Conferência Ibero-Americana²²⁰. Contudo, em Março de 2009, regressou a solo português, onde o Presidente português, Jorge Sampaio, em nome do Estado mostra o bom momento que as relações atravessavam e as alterações que vinham a registar-se nos últimos anos: “Nós acreditamos no Brasil: não é já a costumada retórica dos afetos que o diz, mas a fria expressão numérica das realidades económicas”²²¹ O Chefe de Estado de Portugal, retribuiu a visita em Abril de 2000, e esteve presente nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil²²².

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, também visitou Portugal em Julho de 2001, onde considerou que depois de um período focando na Europa, Portugal “recuperou um pouco a sua dimensão atlântica. Ao recuperá-la, o Brasil passou a ser uma peça importante. Além disso, há hoje uma dimensão fundamental de *networking* nas relações internacionais onde a *likemindedness*, as afinidades entre os países e as pessoas desempenham um papel importante.”²²³ No mesmo ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, igualmente deslocou-se ao Brasil, para preparar a V Cimeira Luso-Brasileira.

Fernando Henrique Cardoso regressou a Portugal entre 9 e 16 de novembro de 2002, onde participou na VI Cimeira Luso-Brasileira²²⁴ e onde recebeu as insígnias da Grã Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada – a mais alta condecoração portuguesa. Num discurso na Assembleia da República FHC focou-se sobretudo na partilha de interesses comuns de ambos os Estados procurarem um equilíbrio entre os mercados financeiros e o papel do Estado²²⁵, sem referências as relações económicas entre ambos os países. Contudo, num discurso sobre o Ano Brasil-Portugal, o Presidente brasileiro elogiou diretamente o Ministro da Economia Português, considerando que “o

²²⁰ “Viagens” In *Biblioteca da Presidência da República* [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/viagens>

²²¹ “Cerimónia com o Presidente da República Federativa do Brasil, na Torre de Belém” [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-8.html>

²²² “Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e Senhora Maria José Ritta” In *Palavra do Presidente*, 1º Semestre, 2000 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/1o-semester/45.pdf/at_download/file

²²³ Entrevista do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, “O Brasil Quer um Mundo Mais Multipolar” In *Público*, 07/07/2001

²²⁴ “Viagens” In *Biblioteca da Presidência da República* [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/viagens>

²²⁵ “Discurso na Sessão Solene da Assembleia da República Portuguesa” In *Palavra do Presidente*, 1º Semestre, 2000 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/1o-semester/21.pdf/at_download/file

extraordinário incremento observado nos investimentos portugueses no Brasil decorreu em boa medida da competência e dedicação com que Vossa Excelência tem conduzido esta pasta [da economia]”.²²⁶

A 1 de janeiro de 2003, o Presidente Jorge Sampaio desloca-se de forma oficial a Brasília, para assistir à tomada de posse do Presidente Lula da Silva.

A primeira visita do mandato de Lula da Silva a Portugal, ocorreu a 10 de julho 2003. Na Sessão Solene de Boas vindas ao Presidente do Brasil, o Presidente da Assembleia da República, João Mota Amaral, fez questão de frisar que “o Brasil é para nós um caso à parte, especial, de simpatia e de carinho. Os laços que nos unem são antigos, de história, de cultura, de sangue e de carinho”²²⁷, salientando, no entanto, temer “que as relações luso-brasileiras estejam sempre em risco de se afogarem em excessos de retórica.”²²⁸ No discurso de Lula da Silva fica patente a sua posição multilateralista ao defender que “num mundo cada vez mais globalizado, necessitaremos repensar a nossa visão das relações internacionais em todas as suas vertentes: a económica, a comercial e a de segurança. Precisamos reconhecer que as instituições multilaterais que vimos construindo cuidadosamente ao longo de décadas devem ser os pilares da nossa comunidade internacional democrática.”²²⁹ Portugal, entrou novamente no discurso brasileiro, de forma mais acérrima, como uma porta de acesso para o mercado europeu e com um papel ativo na negociações União Europeia-MERCOSUL (numa altura em que as negociações se encontravam suspensas – Capítulo 2): “cremos que Portugal possa cada vez mais apresentar-se como porta-voz dos nossos anseios e aspirações nas negociações em curso entre o Mercosul e a União Europeia.”²³⁰ Portugal fez igualmente um balanço positivo da visita, e o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, reiterou que esta visita “deu sinais de confiança muito bons em ambos os sentidos”, destacando mais uma vez os investimentos entre os dois países, garantindo

²²⁶ “Ano Brasil-Portugal” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Nº 86, 1º Semestre, 2000, p. 46 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N86_1Sem_2000.pdf

²²⁷ *Diário da Assembleia da República*, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), I Série – Número 142, 11 de Julho de 2003, p. 5946 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/09/01/142/2003-07-10/5943?q=brasil&pOffset=30&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=09>

²²⁸ *Ibidem*

²²⁹ *Ibidem*

²³⁰ *Diário da Assembleia da República*, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), I Série – Número 142, 11 de Julho de 2003, p. 5948 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/09/01/142/2003-07-10/5943?q=brasil&pOffset=30&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=09>

que Portugal iria continuar a apostar no Brasil e que o Estado brasileiro encontraria em Portugal uma “boa plataforma para a Europa”²³¹.

Em 2004, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Portugal Maria Teresa Gouveia visitou o Brasil e no mesmo ano, o Vice-Presidente do Brasil, José Alencar também visitou Portugal com um discurso que privilegiou sobretudo o turismo. Em março de 2004, Durão Barroso visitou o Brasil, no âmbito da VII Cimeira; e em setembro do mesmo ano, o então, Primeiro-Ministro português, Pedro Santana Lopes também visitou o Brasil, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, pela Ministra da Cultura e pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares, a pretexto do Dia da Pátria. No ano seguinte, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Freitas do Amaral, similarmente, se deslocou a Brasília.²³²

Numa altura em que a União Europeia e o Mercosul retomavam as negociações, o presidente Lula da Silva, reiterou que “o Brasil está empenhado, junto com seus sócios do Mercosul, em concluir negociações biregionais com a União Europeia no mais breve prazo possível. Por isso, precisamos chegar a um pacote equilibrado e mutuamente vantajoso. Portugal é importante motor para as negociações entre nossos blocos regionais. Hoje, na Presidência da Comissão Europeia, pode ter um papel para a conclusão exitosa de nosso acordo”²³³. Portugal enquanto elemento facilitador da aproximação à União Europeia, com maior destaque novamente. Apelou, ainda, aos empresários nos dois lados do Atlântico: “Somos, sim, portas de entrada. Portugal pode ser canal privilegiado para o acesso brasileiro ao mercado europeu. O Brasil pode constituir plataformas para as operações portuguesas na América do Sul.”²³⁴ Convocou ainda os empresários, para em iniciativas conjuntas, estabelecerem abordagens a terceiros mercados.

O Primeiro-Ministro português José Sócrates visitou o Brasil, em agosto de 2006, num périplo por Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Embora tenha continuado a

²³¹ “Lula destaca laços «cada vez mais fortes» no final da visita a Portugal” In *Público*, 12/07/2003 [Consultado em maio de 2015] Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/lula-destaca-lacos-cada-vez-mais-fortes-no-final-da-visita-a-portugal-1156908>

²³² *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 95, 2º semestre, 2004

²³³ “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal, em Portugal, em 13 de outubro de 2015” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 97, 2º semestre, 2005, p. 102

²³⁴ “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal, em Portugal, em 13 de outubro de 2015” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 97, 2º semestre, 2005, p. 103

existir a dimensão da retórica afetiva entre ambos os países, os discursos concentravam grande parte das suas ideias na importância que o crescimento das relações económicas entre ambos os países registavam. Lula da Silva sublinhou como “o comércio entre os dois países superou, em 2005, um bilhão e 200 milhões de dólares, ou seja, dobrou em poucos anos.”²³⁵

Em 2007, a visita de Lula da Silva a Portugal, foi realizada no âmbito multilateral – Cimeira União Europeia-Brasil. Todavia, o facto de ter sido assinado durante um período em que Portugal assumiu a presidência do Conselho da União Europeia, revela-se como importante na construção da narrativa da proximidade bilateral entre os dois países. A referência clara do Presidente Lula da Silva, a Portugal, na declaração da Cimeira, é disso mesmo sintomático: “Estamos lançando uma parceria estratégica, estamos elevando nossa relação à altura de suas potencialidades, e estamos projetando uma visão comum para um mundo em transformação. É significativo que este processo se inicie em Lisboa e que ocorra no momento em que Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia, num período em que um amigo português está à frente da Comissão Europeia.”²³⁶

Cavaco Silva, regressa em março de 2008, agora na figura de Chefe de Estado de Portugal, numa deslocação de dois dias. No mesmo ano, o Primeiro-Ministro português, José Sócrates, voltou também a visitar o Brasil, a 28 e 29 de outubro, a propósito da IX Cimeira, realizada em Salvador, assim como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado.²³⁷

Em maio de 2009, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também visitou Portugal, visita retribuída pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português no ano seguinte.

Em janeiro de 2011, o Primeiro-Ministro José Sócrates visitou o Brasil para assistir à cerimónia de tomada de posse da Presidente do Brasil Dilma Rousseff. Numa

²³⁵ “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 99, 2º semestre, 2006, p. 79

²³⁶ “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão Plenária da Cimeira Empresarial Brasil-União Europeia, em 4 de julho de 2007”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 101, 2º semestre, 2007, p. 31

²³⁷ *Visitas Internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e Chefes de Governo: 2003 a 2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores – Secretaria de Planeamento Diplomático, 2011

altura em que Portugal vivia uma crise económica, o primeiro-ministro sublinhou o bom momento que a economia brasileira vivia e a importância dos investimentos brasileiros em Portugal, apelando ao seu incremento, numa altura em que a comunicação social discutia-se a possibilidade do Brasil vir a comprar dívida portuguesa. No mesmo ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado visitou o Brasil em fevereiro, reunindo-se com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Patriota. Na agenda destacaram-se temas como: o fomento da cooperação económico-financeira; o Acordo de Associação União Europeia-Mercosul; a crise financeira mundial; e a necessidade de reforma dos organismos multilaterais mundiais²³⁸.

Em março de 2011, a Presidente Dilma Rousseff fez a sua primeira visita oficial a Portugal. Esta visita ocorreu durante um dos picos da crise económica em Portugal e a Presidente do Brasil chegou mesmo a proferir que “O Brasil poderá ajudar Portugal, como Portugal ajudou o Brasil economicamente.”²³⁹, o que originou na imprensa algum burburinho sobre a possibilidade de ajuda externa brasileira ao Estado português.

Foi igualmente nesse ano que em julho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas, visitou o Brasil, para um reunião de trabalho com António Patriota. Na agenda levava a discussão sobre os temas da XI Cimeira e a possibilidade de realização de anos culturais recíprocos²⁴⁰.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas, voltou a visitar o Brasil, em setembro de 2012, no contexto da abertura do “Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal”, comemorações que se iniciaram a 7 de setembro de 2012 e terminaram a 10 de junho de 2013. Esta iniciativa promoveu diversos projetos de aproximação e divulgação da imagem de ambos os países. O período foi marcado por tensões entre a União Europeia e o Mercosul e ressalta-se desta visita a distinção clara que Paulo Portas efetuou entre as relações dos projetos regionais e as relações bilaterais

²³⁸ Nota 62: *Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado – 18 de fevereiro de 2011.* [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2473:visita-ao-brasil-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-de-portugal-luis-amado-18-de-fevereiro-de-2011&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

²³⁹ “Dilma Rousseff diz que o Brasil pode ajudar Portugal”, In *TSF* 29/03/2011 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.tsf.pt/economia/interior/dilma_rousseff_diz_que_o_brasil_pode_ajudar_portugal_1817819.html

²⁴⁰ Nota: *Visita ao Brasil do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas – Brasília, 26 a 28/07/2011*” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2692&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

entre Portugal e o Brasil, salvaguardando a boa relação entre os dois Estados. Exemplo disso foi o fato dos produtos mais trocados com Portugal se encontrarem salvaguardados dos aumentos aduaneiros que o Estado brasileiro passou a aplicar. O Palácio das Necessidades enviou novamente o seu locutor máximo a Brasília, em maio de 2013, onde se reuniu com o seu homólogo.

A Chefe de Estado brasileira visitou Lisboa, a 10 de junho de 2013, no encerramento do “Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal” e trouxe consigo a certeza da necessidade do “fortalecimento dos fluxos de comércio e investimentos, parcerias na área de infraestrutura e iniciativas em setores de alta tecnologia e intensivos em conhecimento”²⁴¹, numa altura em que a relação luso-brasileira há muito deixou de ser sustentada apenas nos laços culturais.

Em suma, a análise das visitas oficiais permite observar que estas funcionam como motor das relações político-diplomáticas, constituindo uma importância acrescida para a relação bilateral. Podemos distinguir cinco fases no que concerne às visitas de Estado. Primeiramente, entre 1991 e 1995, onde se regista apenas a visita de Cavaco Silva ao Brasil, que levou à institucionalização das Cimeiras luso-brasileiras, e funcionou como o ponto de partida para uma nova fase das relações entre os dois Estados, com um discurso sustentado ainda na retórica. A segunda fase, compreende-se, entre 1995 e 2003, marcada pela proximidade entre Fernando Henrique Cardoso, António Guterres e Jorge Sampaio, que sobressai dos discursos. Estes permitem verificar também um esforço para o aumento das trocas comerciais entre os dois países. A terceira fase refere-se aos anos entre 2003 e 2005, onde existe uma diminuição do foco nas relações bilaterais e uma predominância das referências à relação entre a União Europeia e o Mercosul. A quarta fase compreende o período entre 2006 e 2011. É um período marcado por inúmeras visitas oficiais, ainda que dos discursos políticos não sobressaia nenhum enfoque na dimensão económica da relação. Por fim, a quinta fase compreende o período entre 2011 e 2013, e é marcada pela estagnação das relações entre os dois países, o que se reflete também nas visitas oficiais. Ainda que tenha decorrido neste período o Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal que celebrou a relação histórica entre ambos, não existiu nenhuma visita oficial entre os

²⁴¹ Nota 199: Visita da Presidenta da República a Portugal – Lisboa, 10 de junho de 2013 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3460:visita-da-presidenta-da-republica-a-portugal-lisboa-10-de-junho-de-2013&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

Chefes de Estado neste período. Destaca-se, ainda assim, as visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao Brasil, mas que fora integrada na estratégia portuguesa de promoção das exportações.

Tabela 5 – Visitas Oficiais, entre Portugal e o Brasil, por país de origem (1991-2013)

Ano	País de Origem	Cargo
1991	Portugal	Primeiro-Ministro Cavaco Silva
1995	Brasil	Presidente Fernando Henrique Cardoso
1996	Portugal	Primeiro-Ministro António Guterres
1996	Brasil	Presidente Fernando Henrique Cardoso
1997	Portugal	Primeiro-Ministro António Guterres
1997	Portugal	Presidente Jorge Sampaio
1998	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama
1999	Brasil	Presidente Fernando Henrique Cardoso
2000	Portugal	Presidente Jorge Sampaio
2001	Brasil	Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer
2001	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama
2002	Brasil	Presidente Fernando Henrique Cardoso
2003	Portugal	Presidente Jorge Sampaio
2003	Brasil	Presidente Lula da Silva
2004	Portugal	Ministra dos Negócios Estrangeiros Teresa Gouveia
2004	Brasil	Vice-Presidente José Alencar
2004	Portugal	Primeiro-Ministro Durão Barroso
2004	Portugal	Primeiro-Ministro Santana Lopes
2005	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral
2005	Brasil	Presidente Lula da Silva
2006	Portugal	Primeiro-Ministro José Sócrates
2007	Brasil	Presidente Lula da Silva
2008	Portugal	Presidente Cavaco Silva
2009	Portugal	Primeiro-Ministro José Sócrates
2009	Brasil	Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim
2010	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado
2011	Portugal	Primeiro-Ministro José Sócrates
2011	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado

2011	Brasil	Presidente Dilma Rousseff
2011	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas
2011	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas
2013	Portugal	Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas
2013	Brasil	Presidente Dilma Rousseff

Elaboração própria

4.3. Documentos de Entendimento

4.3.1. Do Acordo Geral de Cooperação ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta

Para as relações Portugal-Brasil, 1933 apresenta-se como o ano da assinatura do primeiro Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e o Brasil, sendo posteriormente assinado um Protocolo Adicional, em 1941.²⁴² Contudo, ambos obtiveram resultados pouco expressivos. O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, celebrado no Rio de Janeiro, em 1953, afigura-se, assim, como o principal documento de diplomacia que guiou as relações entre ambas as nações durante várias décadas.²⁴³ Depois destes vários têm sido os documentos formalizados entre os dois países.

Tal como referido anteriormente, em 1991 o Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, visitou o Brasil a convite do Presidente do Brasil, José Sarney e estabelece-se um importante marco na construção das relações luso-brasileiras. A 7 de Maio de 1991, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João de Deus Pinheiro, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, assinaram, em Brasília, o Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e Portugal, tradução de uma manifesta vontade de avivar as relações entre os dois países. Ainda assim, afigura-

²⁴² “Relações Diplomáticas: Brasil” [Consultado em outubro de 2014] Disponível em <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/141-brasil.html>

²⁴³ O Tratado de Amizade e Consulta de 1953 estabelecia uma série de princípios, entre os quais: a consulta “sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum”; a equiparação de nacionais das partes contratantes, excetuando o regulado nas disposições constitucionais dos dois Estados; os nacionais de ambas as Nações poderiam circular livremente nos dois países, apenas limitados por questões de segurança ou saúde pública. In CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet – *Depois das Caravelas: As Relações Entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 220

se uma vontade sustentada na retórica dos “vínculos históricos e culturais que unem os povos dos dois países irmãos”²⁴⁴, dotados de laços que transportam para esta relação uma dimensão especial.

O Acordo destacava, também, o peso que os processos de integração regional assumiam na relação bilateral entre ambos, ao outorgarem como fundamental “a ativa participação do Brasil e de Portugal nos distintos “fora” regionais; designadamente do Brasil no processo de integração latino-americano, especialmente no âmbito do Tratado de Assunção que criou o Mercosul, e de Portugal nas Comunidades Europeias, contribuiu para a intensificação das relações e para a consolidação da aproximação entre a América Latina e a Europa”²⁴⁵.

Desta forma, o objetivo último residia no fortalecimento das relações entre os dois países. Do ponto de vista da cooperação política define-se a importância de um aumento de visitas recíprocas quer entre os Chefes de Estados, quer entre os Ministros e são institucionalizadas as Cimeiras anuais. A identificação da necessidade de uma maior cooperação económica também se vislumbrava. Verificam-se disposições no sentido de fomentar e intensificar este domínio, pretendendo o “desenvolvimento dos sectores produtivos, designadamente das respetivas estruturas industriais e do progresso tecnológico, e de serviços, através da aceleração de acordos de cooperação e de associação entre empresas brasileiras e portuguesas”²⁴⁶. São assim, identificadas áreas específicas, como a indústria; a agricultura, ficando estipulado o incentivo, por exemplo, à criação de “joint-ventures”; a energia; o turismo; as comunicações; e a pesquisa científica e tecnológica²⁴⁷. É, ainda, neste quadro que é definida a criação de uma Comissão Ministerial de Cooperação Luso-Brasileira, presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Português e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, visando assegurar o cumprimento do Acordo estabelecido e acompanhar a evolução da relação, de modo a identificar a melhor forma de a potenciar.

Naquela ocasião foram, igualmente, assinados acordos sobre matérias específicas: Acordo de Segurança Social, Tratado de Extradicação, Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Fiscal, Acordo de Cooperação para a Redução e Procura, Combate à

²⁴⁴ *Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa*. Brasília: 1991 [Consultado em gosto de 2015]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1559.htm

²⁴⁵ *Ibidem*

²⁴⁶ *Ibidem*

²⁴⁷ *Ibidem*

Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos, Acordo sobre a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular²⁴⁸.

A evolução da relação luso-brasileira no que concerne a Tratados e Acordos bilaterais atinge um importante marco no ano 2000. Aquando das Comemorações dos 500 anos da chegada de Portugal ao Brasil, Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, assinam a 22 de abril de 2000, em Porto Seguro, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta²⁴⁹, que veio revogar o Tratado de 1953. O Tratado que procura condensar uma série de documentação, até então dispersas por Convenções e Acordos, fundamenta-se sob princípios humanistas; sob o fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da participação de Portugal e Brasil na União Europeia e Mercosul, enquanto elementos aproximadores da relação entre a Europa e a América Latina²⁵⁰.

Procurou-se, pois, atualizar as disposições face ao ambiente internacional e ao próprio contexto interno de ambos os Estados²⁵¹, com uma preocupação clara de enquadramento das implicações que os projetos de integração, nos quais Portugal e o Brasil se encontram inseridos. Nesse sentido, o Tratado ressalta que o “impacto que deverá vir a acentuar-se no futuro, à medida que se desenvolverem e aprofundarem esses mesmos movimentos de interação, a menos que a própria regulação da articulação

²⁴⁸ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet – *Depois das Caravelas: As Relações Entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 263

²⁴⁹ Em virtude do local da assinatura, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta é também conhecido como “Tratado de Porto Seguro”.

²⁵⁰ *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil*. Porto Seguro, 2000 [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3927.htm

²⁵¹ Na apresentação da proposta de resolução nº 42/VIII, na Assembleia da República Portuguesa, para aprovação do Tratado, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Embaixador Francisco Seixas da Costa, referiu que partiu de Portugal a iniciativa para o Tratado: “As circunstâncias apresentadas levaram o Governo português, em 16 de Abril de 1996, a apresentar ao Governo brasileiro a proposta de elaboração de um novo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, que fornecesse o quadro geral no qual deveria desenvolver-se as relações entre os dois países.” In *Diário da Assembleia da República*, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 3, 22 de Setembro de 2000, p. 91 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/003/2000-09-22/91?q=brasil&pOffset=30&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

entre os dois espaços venha trazer novos elementos que acabem por se repercutir sobre os Estados-membros que deles façam parte.”²⁵²

O Tratado estipulou um reforço e consolidação da cooperação política, quer sobre questões bilaterais, quer multilaterais. No entanto, a questão fulcral prende-se com o *Estatuto de Igualdade entre portugueses e brasileiros*. Estabelece-se, assim, que quer os portugueses no Brasil, quer os brasileiros em Portugal, poderão pedir o estatuto de igualdade ao fim de três anos de residência no outro país. Na prática, isto permite que nacionais das partes contratantes possam gozar dos mesmos direitos e estarem sujeitos aos mesmo deveres que os nacionais do Estado recetor²⁵³. Embora, esta alínea siga o disposto na Convenção de Brasília²⁵⁴, a real inovação é a diminuição do período exigido de residência, de cinco para três anos.

A cooperação cultural, científica e tecnológica é também contemplada, sendo ainda dedicada uma secção ao reconhecimento de graus e títulos académicos e de títulos de especialização, embora seja ressalvado que “a competência para conceder o reconhecimento de um grau ou título académico pertence às universidades e demais instituições de ensino superior em Portugal e às universidades no Brasil, a quem souber atribuir o grau ou título académico correspondente.”²⁵⁵ Já sobre a cooperação económica, financeira e comercial é estipulado que se procurará fomentar e diversificar as suas relações económicas, financeiras e comerciais, com vista ao aumento de fluxo de trocas. Consideram, pois, necessário para tal um aprofundamento da troca de informações; uma maior colaboração entre empresas portuguesas e brasileiras; a execução de projetos comuns de investimentos, de co-investimento e de transferência de tecnologia, a fim de desenvolver e modernizar as “estruturas empresariais”; promover formação conjunta; potenciar a cooperação direcionada para projetos comuns de

²⁵² *Diário da Assembleia da República*, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 3, 22 de Setembro de 2000, p. 91 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/003/2000-09-22/91?q=brasil&pOffset=30&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

²⁵³ *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil*. Porto Seguro, 2000 [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3927.htm

²⁵⁴ A Convenção de Brasília sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, foi assinada a 7 de Setembro de 1971, pelo Chanceler Gibson Barbosa e o Ministro Rui Patrício. Estipulava a plena igualdade de direitos e deveres entre os nacionais de ambos os Estados, que “só será reconhecido aos que tiverem cinco anos de residência permanente e dependente de requerimento à autoridade competente”. In CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet – *Depois das Caravelas: As Relações Entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 248

²⁵⁵ *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil*. Porto Seguro, 2000 [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3927.htm

investimento, quer em Portugal, quer no Brasil, quer em países terceiros, nomeadamente através da constituição de joint-ventures, com enfoque para as áreas de integração económica em que os dois países se enquadram; alinhar as suas posições em organismos multilaterais nas áreas económicas e financeiras.²⁵⁶ O Tratado define, ainda, a criação duma Comissão Permanente responsável pelo acompanhamento da execução do mesmo, composta por altos funcionários designados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério das Relações Exteriores, cuja presidência funcionará em regime de rotatividade, com reuniões anuais obrigatórias.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, classificou a assinatura do Tratado como “a sua primeira virtualidade é permitir racionalizar a autêntica floresta de tratados, convenções, acordos e protocolos existentes até aqui (...) porque a dinâmica existente, enquadrada pelo novo Tratado, e aliada ao potencial das relações entre a UE e o MERCOSUL e à progressiva afirmação e desenvolvimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa conduzirá em minha opinião, inevitavelmente a um patamar de relacionamento ainda mais denso e profícuo para ambas as partes.”²⁵⁷, enquadrando a relação num momento ímpar. Por seu turno, também, Luiz Felipe Lampreia sublinhou que o Tratado “constitui um novo marco no quadro das relações entre os dois países refletindo a crescente intensidade que apresenta esse relacionamento e oferecendo o instrumental jurídico, necessário à ordenação da interação superlativa entre as duas nações”.²⁵⁸ Nesta linha, também o sucessor de Lampreia, Celso Lafer defendeu que “esta nova versão indica a persistência no tempo do valor positivo atribuído por Portugal e pelo Brasil à intimidade das relações entre seus povos.”²⁵⁹

Portugal e o Brasil assinaram ainda uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o Rendimento, em Brasília, a 16 de Maio de 2000.²⁶⁰

²⁵⁶ *Ibidem*

²⁵⁷ GAMA, Jaime – *A Política Externa Portuguesa 1995-1999*. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1999, p. 352

²⁵⁸ *Decreto Legislativo Nº 165, DE 2001*. [Consultado em setembro de 2015] Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2001/decretolegislativo-165-30-maio-2001-329260-exposicaodemotivos-142840-pl.html>

²⁵⁹ LAFER, Celso – “Política Externa Brasileira: Origens e linhas de Continuidade no século XX – Implicações para as Prioridades Externas no século XX”, In *Negócios Estrangeiros*, Nº 2, 2001, p. 16

²⁶⁰ *Diário da Assembleia da República*, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 54, 1 de Março de 2001, p. 2222 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em

4.3.2. O “Acordo Lula”: um processo de legalização extraordinário

Portugal e o Brasil mantêm uma relação próxima no que concerne aos fluxos migratórios. Historicamente, até à década de 60, o fluxo migratório entre ambos foi tendencialmente no sentido de migração portuguesa para o Brasil. A emigração portuguesa tinha como principal destino, até este período, os países americanos e o Brasil. Embora o Brasil, a partir dos anos 30 tenha adotado um regime de quotas para a entrada de trabalhadores, com o estabelecimento de restrições à emigração, Portugal, gozou de uma discriminação positiva e não foi abrangido²⁶¹. Até 1949, o Brasil representava, assim, o destino de 80% dos emigrantes portugueses, descendo para 50% na escolha dos mesmos, na década de 50²⁶². Esta realidade sofre uma alteração a partir dos anos 60, com uma clara dominância dos países europeus nos destinos da emigração portuguesa. É a partir da década de 90, data em que Portugal regista um nível elevado de imigrantes oriundos do Brasil, que se consolida a ideia de Portugal como país recetor de imigrantes, em detrimento da imagem de país de emigrantes, como se verifica no discurso de Severiano Teixeira, enquanto Ministro da Administração Interna, no debate sobre “Uma Nova Lei para uma Nova Política”: “Portugal deixou de ser um país tradicional de emigração para se assumir como país de imigração e acolhimento de cidadãos estrangeiros, à procura de melhores condições de vida.”²⁶³

A entrada de Portugal na CEE e posteriormente o Tratado Schengen levou a uma alteração das leis no que respeita às questões de imigração. No entanto, dado a existência de uma legislação específica que consagra a igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros, Portugal conseguiu evitar esta restrição. É também neste período que as questões de imigração ganharam espaço enquanto área de relevo, quer do ponto de vista social, quer jurídico-institucional, quer académico²⁶⁴. Ainda que Portugal tivesse mantido a discriminação positiva em relação ao Brasil, face às exigências da legislação comunitária, as medidas mais restritivas levavam a um aumento da “tensão diplomática com o Brasil e os países africanos de expressão portuguesa”.

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/054/2001-03-01/2222?q=brasil&pOffset=20&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

²⁶¹ BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge – *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002, p. 359

²⁶² *Ibidem*, p. 57

²⁶³ Colóquio Parlamentar *A Imigração em Debate*, Assembleia da República, 27 de Março de 2001, Cit. por SANTOS, Vanda – *O Discurso Oficial do Estado sobre Emigração: Dos Anos 60 a 80 E Emigração dos anos 90 À Actualidade*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2004, p. 107

²⁶⁴ BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge, *Op. Cit.*, p. 174

Entre 1992 e 1993, a legislação portuguesa procurou responder a esta situação, com os seguintes diplomas: o Decreto-Lei nº 212 de 12 de outubro de 1992, “aprovando uma legalização extraordinárias dos emigrantes clandestinos; o Decreto-Lei nº 59 e 60, de 3 de março de 1993, introduzindo novas medidas face à entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros não comunitários; a Resolução nº 38 do Conselho de Ministros, de 15 de maio de 1993, aprovando o Decreto 59/93 e que aborda o tema da integração profissional e social dos imigrantes e de minoria étnica”²⁶⁵.

Verificou-se, então, uma preocupação crescente do Estado português relativamente a esta temática. O XII Governo português, em 1991, apresentou nos seus objetivos a tentativa de conciliar as questões nacionais e comunitárias, procurando “a valorização da identidade portuguesa (através da promoção da língua e cultura Portuguesas, a qual merece a atenção deste Governo, concedendo-lhe um espaço maior e uma alínea dedicada a este tema); a consolidação das comunidades europeias; o «combate às tendências para uma excessiva continentalização da Europa, pela manutenção de uma ligação atlântica reforçada por um acrescido diálogo político-económico e pela cooperação triangulada com terceiros países», e o «aprofundar do excelente relacionamento entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (...)» assim como a ligação com o Brasil.”²⁶⁶ É no, entanto, no Governo seguinte que se dá um aprofundamento desta matéria com três eixos principais: “integrar os emigrantes residentes; limitar ao máximo os fluxos migratórios à exceção dos países de expressão portuguesa e regular a imigração proveniente dos mesmos”²⁶⁷. Contudo, encontramos no XIV Governo, em 1999, uma postura mais aberta nesta matéria, ultrapassando-se “o primeiro modelo da imigração zero da Europa Fortaleza e [adotando] o modelo de política de porta aberta”²⁶⁸.

É perante este quadro que a imigração brasileira regista um aumento significativo, nos anos entre 1998 e 1999, com uma alteração dos perfis que constituem este fluxo. Esta segunda vaga – com níveis de instrução mais reduzidos e direcionada para segmentos com mão-de-obra menos qualificada – distinguiu-se da “primeira vaga”,

²⁶⁵ SANTOS, Vanda, *Op. Cit.*, p. 110

²⁶⁶ Cit. por SANTOS, Vanda – *O Discurso Oficial do Estado sobre Emigração: Dos Anos 60 a 80 E Emigração dos anos 90 À Actualidade*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2004, p. 113

²⁶⁷ SANTOS, Vanda, *Op. Cit.*, p. 116

²⁶⁸ SANTOS, Vanda, *Op. Cit.* p. 118

que havia tido lugar no início da década de 90.²⁶⁹ Segundo Jorge Malheiros, foi este impulso no crescimento do número de emigrantes e o aumento do número de trabalhadores em situação irregular que “justificou a alteração mais visível introduzida no Decreto-Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros de Portugal (DL n. 10/2001), que correspondeu à criação da figura das Autorizações de Permanência (AP’s)”²⁷⁰. Estas foram aplicadas entre janeiro e novembro de 2001. Este Decreto veio assim permitir a regularização dos estrangeiros de países exteriores à União Europeia, desde que apresentassem um contrato de trabalho válido, na Inspeção-Geral do Trabalho. Entre 2001 e 2003, cerca de 184 000 estrangeiros obtiveram AP’s, dos quais 37 734 eram de nacionalidade brasileira.

Embora os nacionais brasileiros tenham beneficiado deste Decreto, foi apenas o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Contratação Recíproca de Nacionais, assinado a 11 de julho de 2003 - vulgarmente denominado “Acordo Lula” – que veio trazer uma importante evolução neste domínio.

Ainda que tivesse partido do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a iniciativa de tornar esta questão prioritária, não podemos deixar de ressaltar, como refere Beatriz Padilha, que “um acordo é sempre o produto dum processo de concertação”²⁷¹. E aqui será também importante salientar o papel da Casa do Brasil de Lisboa - associação de imigrantes reconhecida oficialmente – ao manter diligências com alguns Ministérios, como o da Justiça, dando conhecimento da situação dos imigrantes brasileiros em Portugal. Registou-se, ainda, a visita duma Comissão Bicameral a Portugal, que reuniu com as instâncias portuguesas e com a comunidade brasileira.²⁷²

Foi neste contexto que se assinou, então, o “Acordo Lula”, na visita do Presidente Lula da Silva a Portugal, prevendo a legalização de nacionais do outro Estado, detentores de um contrato de trabalho válido²⁷³.

²⁶⁹ MALHEIROS, Jorge Macaísta – *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007, p. 17 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 52

²⁷¹ PADILLA, Beatriz – “Acordos Bilaterais e Legalização: O Impacte na Integração dos Imigrantes Brasileiros em Portugal”, In MALHEIROS, Jorge Macaísta – *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007, p. 219 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf

²⁷² *Ibidem*

²⁷³ Destaca-se, também, a assinatura em 2003, do *Acordo sobre Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes* e o *Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas*.

Salienta-se, desde logo, que a grande inovação introduzida por este Acordo, passou pelo fato de ser um Acordo Internacional – bilateral, no caso -, pela primeira vez o impulsionador de um processo de legalização de um grupo específico, realizado de forma extraordinária. Até então, todos os processos comungavam de um carácter universal.

O Acordo começou por fundamentar-se na consciência da necessidade de facilitar a circulação de nacionais para prestação de serviços, estipulando como responsáveis pela sua execução, o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, em Portugal, e o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Justiça, no Brasil. Previu ainda a criação de uma Comissão Mista.²⁷⁴ Sublinha-se, no entanto, que este processo apenas permitia a regularização aos nacionais que haviam entrado no território do outro Estado, até ao dia 11 de julho de 2013 – data da assinatura do Acordo. Encontrando-se, assim, vedada a regularização de migrantes que tenham entrado como turistas e haviam permanecido posteriormente de forma irregular, após aquela data.

A 25 de agosto de 2003, um decreto-lei regulamentou o Acordo, estipulando o prazo entre esse dia e o dia 8 de setembro, para que os interessados efetuassem um pré-registo, de modo a serem contactados posteriormente para iniciarem, então, o processo.²⁷⁵ Registaram-se cerca de 30 mil brasileiros. Em outubro, o processo de legalização iniciou-se efetivamente, com alguma complexidade nos trâmites. Foi necessária uma dinâmica entre organismos portugueses – entre os quais o SEF, a IGT ou INDICT, o Ministério da Justiça e os Centros de Saúde e outros – e brasileiros - o Consulado do Brasil em Portugal, e outros organismos relativos à emissão do registo criminal e atualização de passaportes. Isto acabou por gerar algumas limitações no fluir da execução do Acordo. A falta de celeridade do processo levou, então, a que esta questão continuasse a estar eminentemente presente na agenda das relações entre o Brasil e Portugal. Verificou-se, assim, nos discursos das visitas ao Brasil, quer do Primeiro-Ministro português Santana Lopes, quer na visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, em 2005. Nesta data, existiam ainda 20 a 30 mil imigrantes brasileiros por regularizar a sua situação. Similarmente, em 2006 a situação

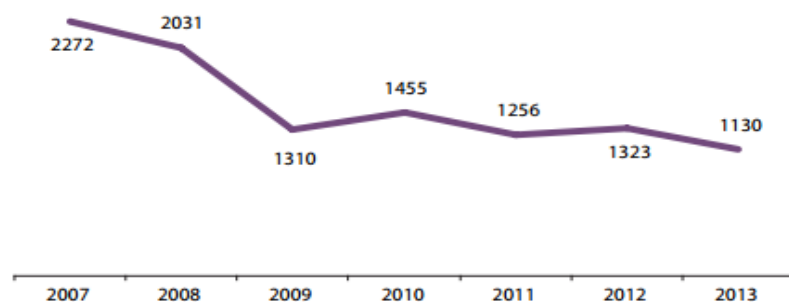
²⁷⁴ *Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, sobre a Contratação Recíproca de Nacionais*. Lisboa: 2003 [Consultado em maio de 2015] Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec40-2003.pdf>

²⁷⁵ PADILLA, Beatriz – “Acordos Bilaterais e Legalização: O Impacte na Integração dos Imigrantes Brasileiros em Portugal”, In MALHEIROS, Jorge Macaísta – *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007, p. 220 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf

continuava a arrastar-se, dominando a agenda da visita do Primeiro-Ministro José Sócrates a território brasileiro.²⁷⁶

Em 2010, os imigrantes brasileiros em Portugal representavam 26,8% do total de imigrantes em Portugal²⁷⁷. Em 2013, segundo dados do SEF os imigrantes brasileiros continuavam a representar a principal comunidade estrangeira residente em Portugal, com um total de 92.120 cidadãos. O SEF destaca, no entanto, que “o decréscimo do número de brasileiros residentes em Portugal, representou cerca de 85,9% do decréscimo do número total de imigrantes residentes no Estado Português”²⁷⁸. Verificou-se, ainda, um decréscimo do número de pedidos de estatutos de igualdade, decorrentes do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres, como se verifica na Figura 4.

Figura 4 - Estatutos de Igualdade de Deveres e Direitos em Portugal, por brasileiros (2007-2013)



Fonte: *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo - 2013*

No que concerne à imigração portuguesa no Brasil, em 2013 os imigrantes portugueses representavam 5% da imigração total no Brasil, constituindo a 5ª nacionalidade com mais imigração para este país. Os fluxos de imigração portuguesa no Brasil registam acima das 400 entradas anuais desde 2004, tendo vindo a aumentar num ritmo constante desde 2011. Em 2011 registou-se mesmo uma taxa de crescimento de

²⁷⁶ FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008

²⁷⁷ VALADAS, Carla; GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos – *Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal*. Lisboa: Observatório das Migrações, 2014, p. 35 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/ESTUDO%2055.pdf

²⁷⁸ *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo - 2013*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014, p. 10

96%. Com exceção dos anos de 2006 e 2009, o crescimento deste fluxo tem acompanhado o crescimento da imigração total no Brasil.²⁷⁹ Até 2013, o Brasil era o 6º país do Mundo para onde mais portugueses emigraram. Segundo dados da UNICEF, em 2013, encontravam-se 139 825 portugueses no Brasil, e 138 664 brasileiros em Portugal²⁸⁰. Em termos de proporção, relativamente à população total e à população emigrante total, o peso da emigração brasileira em Portugal continua a ser muito mais significativa do que a população emigrante portuguesa no Brasil.

4.3.3. Instrumentos em domínios específicos

Em outubro de 2005 foi ainda assinado, entre Portugal e o Brasil, o Acordo Sobre Cooperação no Domínio da Defesa. Este ato ocorreu durante a VIII Cimeira, em virtude da decisão tomada na VII Cimeira de alargar a cooperação ao domínio da defesa. Na mesma data, foi, também, assinado entre os dois países, o Acordo para Proteção de Informação Classificada; o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal; o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Alterações Climáticas e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto; e o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo. O turismo foi tema recorrente nas últimas cimeiras, em virtude do seu estabelecimento como área fulcral para promoção de ambos os países no cenário internacional. O Brasil tem importantes investimentos portugueses nesta área e por seu turno os brasileiros representam uma das principais nacionalidades do turismo em Portugal. Além da cooperação institucional, o Acordo estabeleceu o intercâmbio na área da formação profissional neste setor, assim como o estímulo do desenvolvimento de redes transnacionais de promoção turística e de investimento. Destaca-se, pois, a

²⁷⁹ PIRES, Rui Pena; PEREIRA, Cláudia; AZEVEDO, Joana (et al) – Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra/ Instituto Universitário de Lisboa/CIES-IUL/DGACCP, 2014, p. 100 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=3924&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa2014_RelatorioEst.pdf

²⁸⁰ *Brazil: Migration Profiles*. UNICEF. [Consultado em setembro de 2015] Disponível em <http://esa.un.org/MigGMGProfiles/indicators/files/Brazil.pdf>

concertação de uma ação conjunta no contexto externo, nomeadamente na Organização Mundial do Turismo²⁸¹.

No decorrer da X Cimeira, em 2010, os governantes presidiram à assinatura dos seguintes instrumentos: o Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio das Áreas de Saneamento e Resíduos Urbanos; o Memorando de Entendimento para Lançamento de um Programa de Formação Avançada e Investigação Conjunta no Sector da Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos em Águas Profundas na Bacia do Atlântico; o Protocolo de Cooperação no Domínio da Luta Contra a Dopagem; o Memorando de Entendimento sobre a Promoção de Igualdade do Género; o Memorando de Entendimento no Domínio dos Assuntos Jurídicos Internacionais; e o Acordo de Cooperação para a Promoção do Projeto de Produção de Biocombustível Tecnologicamente Avançado em Portugal²⁸².

Em 2013, foi ainda assinado o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e o Acordo entre a ANDIFES e o CRUP para a Equivalência, Reconhecimento e Revalidação de Diplomas de Graduação nas Áreas de Arquitetura e Engenharias²⁸³.

Todos estes instrumentos, sintetizados na tabela abaixo, resultaram das Cimeiras luso-brasileiras e procuraram um reforço nos domínios identificados como de interesse comum.

Tabela 6 – Documentos assinados entre Portugal e o Brasil (1991-2013)

Ano	Documentos
1991	Acordo Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa
1991	Acordo de Segurança Social
1991	Tratado de Extradicação
1991	Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Fiscal

²⁸¹ *Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil*. [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2006/06/122A00/45364538.pdf>

²⁸² “Declaração Conjunta da X Cimeira Portugal-Brasil – Lisboa, 19 de Maio de 2010”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 106, 1º semestre de 2010, p. 445

²⁸³ Nota 203: Atos assinados por ocasião da visita da Presidenta da República a Portugal – Lisboa, 10 de junho de 2013 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3464:atos-assinados-por-ocasio-da-vista-da-presidenta-da-republica-a-portugal-lisboa-10-de-junho-de-2013&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

1991	Acordo de Cooperação para a Redução e Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas
1991	Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos
1991	Acordo sobre a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular
2000	Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta
2000	Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal
2003	Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a Contratação Recíproca de Nacionais
2003	Acordo Sobre Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes
2003	Acordo Sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas
2005	Acordo Sobre Cooperação no Domínio da Defesa
2005	Acordo para Proteção de Informação Classificada
2005	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da República Portuguesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil
2005	Memorando de Entendimento Sobre Cooperação na Área de Alterações Climáticas e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto
2005	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
2010	Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio das Áreas de Saneamento e Resíduos Urbanos
2010	Memorando de Entendimento para Lançamento de um Programa de Formação Avançada e Investigação Conjunta no Sector da Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos em Águas Profundas na Bacia do Atlântico
2010	Protocolo de Cooperação no Domínio da Luta contra a Dopagem
2010	Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Igualdade do Género
2010	Memorando de Entendimento no Domínio dos Assuntos Jurídicos Internacionais
2010	Acordo de Cooperação para a Promoção do Projeto de Produção de Biocombustível Tecnologicamente Avançado em Portugal
2013	Memorando de Entendimento Entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Ciência da República Portuguesa
2013	Acordo entre a ANDIFES e o CRUP para a Equivalência, Reconhecimento e Revalidação de Diplomas de Graduação das Áreas de Arquitetura e Engenharias

Elaboração Própria

4.4. Indicadores Económicos

4.4.1. Trocas Comerciais

As relações económicas entre Portugal e o Brasil sofreram uma evolução positiva entre 1991 e 2013. Num nível geral vimos um esforço político-diplomático no incremento deste domínio. Verificámos assim os passos dados no esforço para desprender a relação dum registo puramente retórico, para uma transfiguração para a realidade sob resultados concretos na cooperação económica, comercial e financeira.

As bases teóricas foram lançadas em 1991. Na viagem ao Brasil, o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva reiterou o “interesse crescente no aprofundamento das relações económicas com o Brasil, em mudança. Agora importa consolidar e aprofundar esta situação, ultrapassando definitivamente a simpática mas saudosista fase do mero sentimentalismo na relação”²⁸⁴. O aceno de um Portugal integrado na CEE, como porta de acesso ao mercado europeu foi claro. Do executivo de Cavaco emanava alguns vislumbres da ideia de diplomacia económica, prioridade completa do último governo português. Contudo, faltava ainda concertação para uma efetiva implementação desta face ao Brasil. Ainda assim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João de Deus Pinheiro, não deixava de salientar que “os laços que desde sempre nos uniram facilitarão de certo a construção de uma relação política e económica mais sólida e profícua para ambos os países”²⁸⁵.

Em 1992, em Portugal, foi então criado o Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas (Resolução do Conselho de Ministros N°27/92). No que concerne ao caso específico do Brasil foram promovidas diversas iniciativas para promoção da imagem de Portugal, nomeadamente através do ICEP e da Embaixada de Portugal no Brasil.²⁸⁶ Por outro lado, conforme observado anteriormente, a partir de 1994, o Brasil abriu-se ao mercado internacional o que se refletiu na balança comercial.

Entre 1993 e até 1997, começou a registar-se um aumento das importações e exportações portuguesas para o Brasil. Comparando a média dos anos 1990-2000 e

²⁸⁴ Cit. por FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008, p. 42

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 44

²⁸⁶ LEAL, Catarina Mendes – *O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma Experiência de Diplomacia Económica?*. Porto: CEPESE, 2012, p. 168

2001-2011, por exemplo, as exportações para o Brasil aumentaram de 0,57% para 0,79%, enquanto as suas importações passaram de 1,21% para 1,88%.²⁸⁷ Do ponto de vista português, há que sublinhar que sucedeu numa altura em que Portugal havia entrado no Mercado Único e como Joaquim Ramos Silva sustenta “a entrada em vigor do comércio extra-UE/EEE de Portugal representava no período pouco mais de 15% do total. Ora, é nesta parcela “residual”, onde se inclui o comércio com o Brasil que se concentram agora, para além das taxas, os tradicionais obstáculos físicos e burocráticos decorrentes da existência de barreiras aduaneiras” – isto tem significado porque este crescimento não se desenvolveu ao abrigo de nenhum regime preferencial formal.²⁸⁸ Para o Brasil, era um período de alterações no cenário económico, como constámos anteriormente.

Segundo dados do Gabinete de Estratégia e Estudos, do Ministério da Economia de Portugal, em 1991 as exportações para o Brasil representavam cerca de €30 185 milhares. Como é visível na Tabela 1, este número subiu para €74 380 milhares, em 1994; e registou €145 366, em 1995, o que representou um salto de 95,4% em relação ao ano anterior. Em 1996, as exportações portuguesas com destino ao Brasil ultrapassaram 1% do total das exportações portuguesas, facto que não se verificava desde 1981²⁸⁹.

Tabela 7 - Balança Comercial de Mercadorias Portugal-Brasil (1991-2013)

Ano	Importações (1 000€)	Exportações (1 000€)	Saldo (1 000€)
1991	302 132	30 185	-271 947
1992	278 283	28 907	-249 376
1993	269 263	48 233	-221 030
1994	340 662	74 380	-266 282
1995	384 362	145 366	-238 996
1996	384 362	191 090	-171 678
1997	515 321	203 762	-311 558
1998	466 403	200 762	-265 636
1999	368 086	136 401	-231 685

²⁸⁷ SILVA, Joaquim Ramos – “As Relações Económicas Luso-Brasileiras desde a Década de Noventa: Uma Visão Estratégica”, In *Nação e Defesa: Brasil*, nº 138, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2014, p. 95

²⁸⁸ SILVA, Joaquim Ramos – *Portugal/Brasil: Uma Década de Expansão das Relações Económicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002, p. 105

²⁸⁹ *Ibidem*

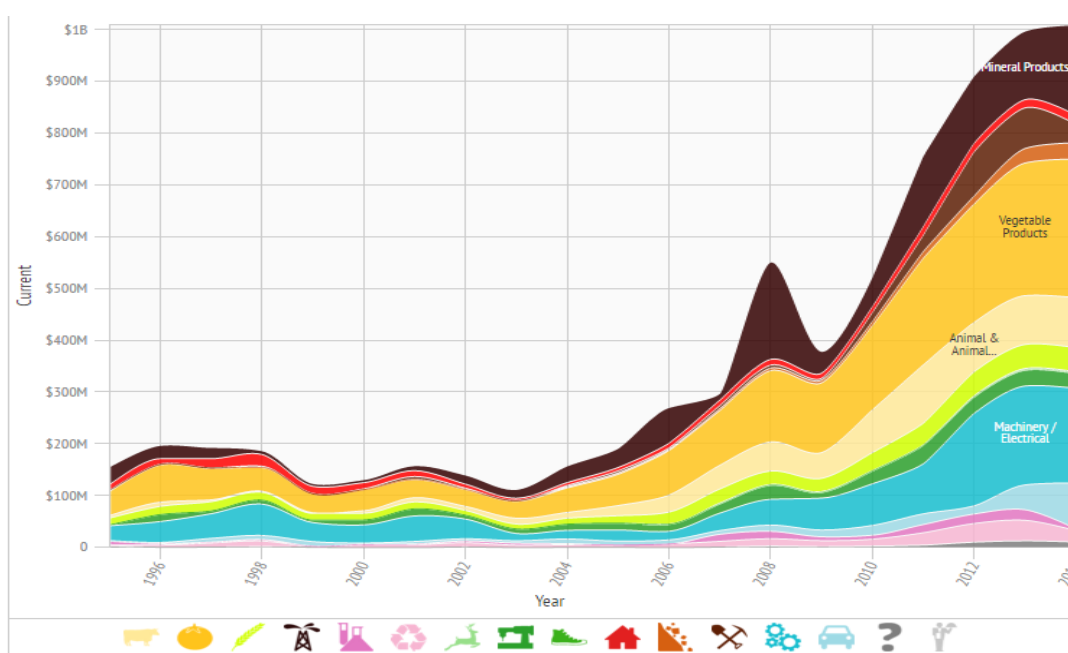
2000	479 444	196 923	-282 521
2001	557 700	224 769	-332 931
2002	657 376	164 099	-493 276
2003	660 607	129 007	-531 600
2004	857 529	154 459	-703 070
2005	984 355	178 131	-806 224
2006	1 232 969	254 642	-978 327
2007	1 381 192	258 186	-1 123 006
2008	1 363 316	319 807	-1 043 509
2009	887 528	294 500	-593 028
2010	1 046 500	439 511	-606 989
2011	1 461 958	583 107	-878 851
2012	1 368 793	680 846	-687 947
2013	831 895	738 946	-92 950

Fonte: *Comércio Internacional de Mercadorias Portugal-Brasil*. Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia. Lisboa: 2015

Os principais grupos de produtos exportados por Portugal para o Brasil, entre 1993 e 2009, foram os Produtos Agrícolas; as Máquinas e Aparelhos; os Produtos Alimentares; os Minerais e Minérios; e os Plásticos e Borrachas, concentrando, em termos médios anuais, 74% da saída de bens para o mercado brasileiro (Figura 5). Segundo dados do INE, pese embora as oscilações, verificou-se uma concentração na exportação de produtos Agrícolas e de Máquinas e Aparelho. Relativamente às importações os principais grupos de produtos foram os produtos Agrícolas; os Combustíveis Minerais; os Metais Comuns; a Madeira e Cortiça e as Peles e Couros. Representou, assim, um peso de 68% nas transações para o Brasil.²⁹⁰

²⁹⁰ *Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2010, p. 37

Figura 5 – Produtos Exportados por Portugal para o Brasil (1995-2014)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity

Não se pode deixar de sublinhar o ano de 2010, ano em que o Brasil representou cerca de 65% das exportações do azeite português, figurando como o principal mercado deste bem. A importância deste produto para o Estado português reafirma-se na discussão para o Memorando de Entendimento no Domínio do Azeite, entre os dois países, que veio resolver o impasse em que a nova lei brasileira obrigaria este produto a ser analisado quando chegasse ao seu território, o que dificultaria a sua comercialização.

Entre 2005 e 2012, o Brasil passou de 16º maior cliente externo de Portugal, para 11º em 2012, onde aumentou em todos os grupos de produtos (com exceção das peles e couros), ainda que este crescimento se deva sobretudo ao aumento das exportações de produtos agrícolas; máquinas e aparelhos e etais comuns.²⁹¹ Ainda assim, em termos de análise, no mesmo período, os Produtos Agrícolas, permaneceram como o principal grupo de produtos exportado. Segundo o INE, o

“azeite de oliveira, os peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados; farinhas, de onde se destaca o bacalhau salgado seco, e as maçãs, peras e marmelos, frescos foram os principais produtos agrícolas exportados para o Brasil. Algumas exportações de bens para o Brasil estão, deste modo,

²⁹¹ *Estatísticas do Comércio Internacional 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2013, p. 64

associadas ao designado “mercado da saudade”, correspondendo sobretudo a bens típicos da gastronomia portuguesa.”²⁹²

Em 2011, o Brasil havia reforçado a sua posição como cliente de Portugal, derivado do crescimento de 32,7% nas exportações – sobretudo nos produtos agrícolas; combustíveis minerais; e minerais e minérios). Nesta data também ocupava o 10º lugar como fornecedor de bens a Portugal – crescimento de combustíveis minerais.²⁹³

Esta evolução das exportações portuguesas para o Brasil levou a uma diminuição do défice da balança bilateral (do lado português). No ano de 2005, o saldo da balança comercial apresentou um défice de 806,2 milhões de euros, diminuindo para 689,4 milhões de euros em 2012.²⁹⁴

Em 2013, o Brasil ascendeu novamente a 10º principal cliente dos bens portugueses, registando-se um acréscimo de 8,5% das exportações portuguesas.²⁹⁵ Por outro lado, as importações de bens do Brasil apresentaram uma redução anual de 39,2% em 2013, que se deveu quase exclusivamente aos Combustíveis minerais. O Brasil desceu assim de 10º maior fornecedor de bens a Portugal em 2012 (peso de 2,4%) para 12º em 2013 (peso de 1,5%).”²⁹⁶

Relativamente, ao lado brasileiro, verifica-se um importante incremento das importações portuguesas face aos restantes mercados. Ainda que com uma queda relativa, entre 1999 e 2000, as importações registaram sempre um crescimento como é visível na Tabela 2.

Tabela 8 - Balança Comercial Brasil - Portugal (1991-2013)

Ano	Exportações (Milhões USD)	Importações (Milhões USD)
1991	223.5	40.0
1992	257.1	36.6
1993	270.1	56.4
1994	302.0	82.6
1995	412.9	171.9

²⁹² *Ibidem*, p. 66

²⁹³ *Estatísticas do Comércio Internacional 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2012, p. 31

²⁹⁴ *Estatísticas do Comércio Internacional 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2013, p. 66

²⁹⁵ *Estatísticas do Comércio Internacional 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 21

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 22

1996	324.3	218.8
1997	410.2	221.0
1998	440.0	222.2
1999	334.2	150.9
2000	379.8	169.7
2001	507.8	198.1
2002	583.9	169.3
2003	631.3	143.4
2004	967.1	190.7
2005	1.021.4	232.3
2006	1.468.5	312.6
2007	1.804.8	341.1
2008	1.706.8	598.7
2009	1.276.8	434.6
2010	1.508.1	580.6
2011	2.054.9	835.7
2012	1.624.7	998.9
2013	854.4	1.087.9

Fonte: Elaboração própria. Secex, In SILVA, Joaquim Ramos – *Portugal/Brasil: Uma Década de Expansão das Relações Económicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002/Ministério do Desenvolvimento do Brasil, Secretaria de Comércio Exterior

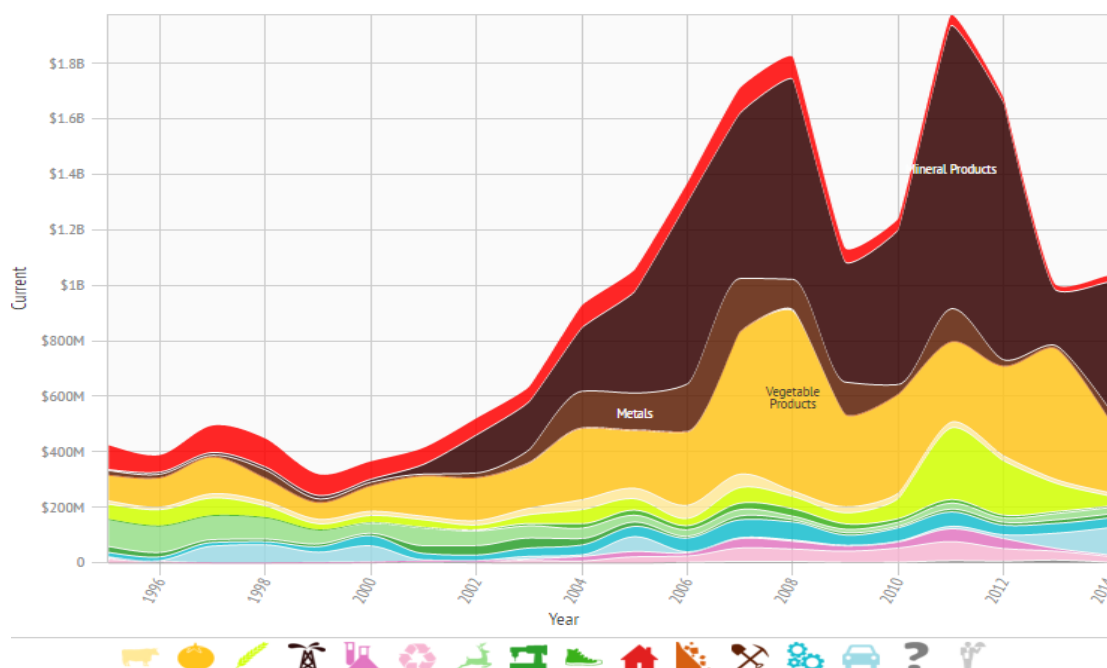
Em 2000, as exportações brasileiras para Portugal representavam para o Brasil, cerca de 380 milhões de USD; crescendo para 967 milhões USD, em 2004 e aumentando para 1 804 milhões USD, em 2007. Desde a crise económica portuguesa em 2008, existiu uma quebra das exportações, registando-se mesmo uma variação negativa de -25,19% das saídas de bens brasileiros com destino a Portugal, em 2009, face a 2008. Em 2011, esta tendência alterou-se e as exportações subiram novamente²⁹⁷. Em termos globais, entre 2000 e 2013, verificou-se que se em 2001, o peso das exportações para Portugal cresceram, deveu-se sobretudo aos produtos básicos – registaram uma variação de 109,50% face a 2000. Contudo, o crescimento em 2004, deveu-se não só a este conjunto de mercadorias, como aos produtos manufaturados, com uma variação de 51,84% face a 2003.

Já em 2007, em termos relativos, os produtos manufaturados foram o conjunto de produtos que mais contribuiu para o crescimento das exportações. Em 2011, o

²⁹⁷ *Intercâmbio Comercial Brasileiro: Portugal. Série Histórica*. Ministério do Desenvolvimento – Secretaria de Comércio Exterior, 2015

aumento deveu-se sobretudo ao aumento dos produtos manufaturados e básicos. Já a diminuição da saída de bens para Portugal, em 2013, ficou a dever-se em termos relativos à queda dos produtos básicos.²⁹⁸

Figura 6 – Produtos Exportados pelo Brasil para Portugal (1995-2014)



Fonte: The Atlas of Economic Complexity

Portugal conseguiu melhorar substancialmente a sua posição enquanto fornecedor de bens do Brasil, entre 2008 e 2013, saltando do 46º lugar para o 35º. Já enquanto cliente do Brasil, no mesmo período, Portugal passou de 27º para 34º lugar.²⁹⁹

²⁹⁸ *Exportação Brasileira: Portugal. Totais por Fator Agregado*. Ministério do Desenvolvimento – Secretaria de Comércio Exterior, 2015

²⁹⁹ SILVA, Joaquim Ramos – “As Relações Económicas Luso-Brasileiras desde a Década de Noventa: Uma Visão Estratégica”, In *Nação e Defesa: Brasil*, nº 138, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2014, p. 95

4.4.2. Investimento Direto Estrangeiro

Os investimentos diretos estrangeiros entre Portugal e o Brasil registaram uma trajetória de crescimento. Joaquim Ramos Silva sustenta que é “evidente que o IDPB deu o primeiro passo sério no sentido da moderna parceria luso-brasileira”³⁰⁰. Verificamos, pois, que em 1991, o Brasil investia em Portugal cerca de 25 milhões de euros; em 1992, este valor caiu para 12,4 milhões, mas logo voltou a crescer, registando-se, em 1994, 71,9 milhões – como se pode verificar na Tabela 9.

Tabela 9 - Investimento Direto Bilateral (1991-2001)

Ano	ID Portugal no Brasil (Milhares de Euros)	ID do Brasil em Portugal (Milhares de Euros)
1991	474	25 224
1992	1 591	12 375
1993	-409	27 065
1994	2 140	71 917
1995	23 553	-214
1996	276 332	13 069
1997	574 961	145 083
1998	4 082 157	68 436
1999	1 501 464	-140 235
2000	2 679 419	137 682
2001	1 042 263	229 714

Fonte: SILVA, Joaquim Ramos – *Portugal/Brasil: Uma Década de Expansão das Relações Económicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002

Entre 1996 e 2001, os investimentos diretos de capital português no Brasil, constituíram um dos resultados mais marcantes na dinâmica desta relação. Como temos vindo a observar, foram anos de apelos claros neste sentido. Todavia, no período entre 2003 e 2013, esta tendência alterou-se. Como Ramos Silva sublinha, “o maior protagonismo das empresas brasileiras bem como a postura mais defensiva das suas congéneres portuguesas- aliados à importância crescente das importações brasileiras de bens e serviços e a realização de investimentos estruturantes brasileiros em Portugal em

³⁰⁰ SILVA, Joaquim Ramos – *Portugal/Brasil: Uma Década de Expansão das Relações Económicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002, p. 135

anos recentes”³⁰¹ levam a que consideremos o Brasil como o maior dinamizador desta relação nesta fase.

José Queiroz de Ataíde defende que as causas do fluxo de investimento português no Brasil não são lineares, destacando, no entanto, vários fatores, entre eles a internacionalização da economia portuguesa, na segunda metade da década de 90. Refere ainda, a globalização das economias, que começava a marcar ritmo e impunha a Portugal a necessidade das empresas portuguesas se expandirem para novos mercados³⁰². A implementação do Plano Real e a vaga de abertura do Brasil ao estrangeiro constituíram claramente um dos outros motivos. Foi, assim, nesta altura que se assistiu à “Opção Brasil”, pelo governo de António Guterres.

Como referido por Carla Guapo da Costa “desde 1995, a magnitude dos investimentos portugueses no Brasil é verdadeiramente impressionante, nunca antes verificada na história da internacionalização da economia portuguesa”³⁰³. Outro dos aspetos a destacar passa pela diversidade de atores envolvidos: além dos grandes grupos económicos, verificou-se também um número elevado de PME’s, que escolheram o Brasil como primeiro destino para a sua internacionalização. No entanto, isto resultou, essencialmente, da “necessidade de adquirir vantagens específicas, não existentes, e não com a preexistência dessas vantagens, e com condições muito específicas oferecidas pela economia brasileira (...) As empresas que concorrem às privatizações dispunham, essencialmente, de recursos financeiros e alguma vantagem tecnológica, insuficiente, porém, para concorrer no contexto europeu”³⁰⁴. Ou seja, a expansão das empresas portuguesas resultou em grande medida da limitação de concorrer no mercado europeu e da dimensão do mercado brasileiro, em junção à política governativa adotada pelo executivo português. Contudo, ainda que os fatores económicos tenham estado na origem desta opção, como refere Queiroz de Ataíde “o discurso, aparentemente esgotado, das afinidades históricas e culturais luso-brasileiras adquiriu assim uma nova

³⁰¹ SILVA, Joaquim Ramos – “As Relações Económicas Luso-Brasileiras desde a Década de Noventa: Uma Visão Estratégica”, In *Nação e Defesa: Brasil*, nº 138, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2014, p. 99

³⁰² ATAÍDE, José Guilherme Queiroz de – “As Relações entre Portugal e o Brasil: Uma Perspectiva Económica”, In *Negócios Estrangeiros*, nº 3, 2002, p. 183

³⁰³ COSTA, Carla Guapo – *A Cultura como factor dinamizador da economia: os investimentos portugueses no Brasil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, p. 19

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 189

e inesperada relevância no princípio do século XX”³⁰⁵. Guapo da Costa concluiu que “muitas das empresas, ou quase todas, não teriam investido (ou o montante teria sido muito mais reduzido) se não tivessem a percepção das semelhanças entre o ambiente de trabalho e as culturas organizacionais entre os dois países”³⁰⁶. O MERCOSUL, ao contrário do sugerido nos discursos entre dirigentes, por esta altura, não se traduziu como um determinante significativo para as empresas portuguesas.

Em 1998, registou-se um momento particularmente importante com a aquisição da Telesp pela PT - Privatizações da Telebrás-, o que significou uma das maiores à escala mundial³⁰⁷. Até 1999, o investimento direto português no Brasil concentrava-se, sobretudo, nos seguintes setores: Indústria Transformadora; Comércio; Telecomunicações e Serviços de Informação; Electricidade, Gás e Água; Bancos e Seguros”³⁰⁸ (dados de até 1999): “Estas empresas implantaram-se no Brasil principalmente nas regiões do Sudeste – sobretudo nos Estados de São Paulo (48%), Rio de Janeiro (22%) e Minas Gerais (4,1%) – e do Sul – Paraná (5,5,%), Santa Catarina (5,5,%) e Rio Grande do Sul (4,15)”³⁰⁹.

Assim, em 1995, Portugal era o 21º investidor estrangeiro no Brasil e em 2003, era já o 3º³¹⁰.

É perante este quadro que, em 2000, o Presidente do Brasil considerou que a relação luso-brasileira se encontrava “num patamar diferenciado”, embora ainda houvesse “um vasto espaço para novas iniciativas, sobretudo no tocante ao comércio bilateral. Por mais que a pauta do nosso comércio tenha se diversificado, com a inclusão, dos dois lados, de produtos de maior valor agregado, os números ainda estão bem abaixo do que podem e devem ser. Portugal responde por menos de meio por cento

³⁰⁵ ATAÍDE, José Guilherme Queiroz de – “As Relações entre Portugal e o Brasil: Uma Perspectiva Económica”, In *Negócios Estrangeiros*, nº 3, 2002, p. 201

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 329

³⁰⁷ SILVA, Joaquim Ramos – *Portugal/Brasil: Uma Década de Expansão das Relações Económicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002, p. 139

³⁰⁸ LEAL, Catarina Mendes – *O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma Experiência de Diplomacia Económica?*. Porto: CEPESE, 2012, p. 77

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 79

³¹⁰ *Diário da Assembleia da República*, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 76, 23 de Abril de 2001, p. 2983 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/076/2001-04-27/2983?q=brasil&pOffset=20&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

do comércio exterior brasileiro, não figurando entre nossos vinte maiores parceiros. É chegada a altura de alterar esse quadro”³¹¹.

Contudo, a partir de 2002, este quadro começa a alterar-se. As modificações trazidas com a estratégia do executivo fizeram-se sentir e os investimentos de Portugal no Brasil registaram também um declínio. A juntar a este facto, Joaquim Ramos Silva considera que “nem sempre houve um clima político sereno no que diz respeito ao seu envolvimento no Brasil independentemente dos resultados obtidos ou das análises baseadas em factos que seria razoável fazer, o que prejudicava a estratégia das empresas em causa com avaliações preconceituosas e altamente subjetivas de um ponto de vista político”³¹².

Assim, o Brasil ocupava a 12ª posição de países no Investimento Direto Estrangeiro em Portugal; passando para a 8ª posição em 2010 e para a 14ª em 2012. Em 2006, o Brasil investia, então, em Portugal cerca de 45 milhões de \$US, aumentando este valor para 155 milhões em 2007 e para 310 milhões, em 2009. 2010 registou o valor mais elevado com 974 milhões de \$US, tendo diminuído nos dois anos seguintes³¹³.

Ainda assim, não podemos deixar de salientar que, em 2008, no início da crise económica em Portugal, num Relatório sobre Oportunidade de Negócios em Serviços com Portugal, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, sublinhava que os

“investimentos no setor de empreendimentos imobiliários (...) podem se afigurar como uma promissora frente de negócios na agenda bilateral Brasil-Portugal no curto e médio prazo. De facto, o nascente boom imobiliário no Brasil, viabilizado pela queda dos juros e pela PAC- Programa de Aceleração do Crescimento, coincide com o arrefecimento do mercado imobiliário no exterior. O Brasil se afigura como um dos mercados mais

³¹¹ “Ano Brasil-Portugal” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Nº 86, 1º Semestre, 2000, p. 46 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N86_1Sem_2000.pdf

³¹² SILVA, Joaquim Ramos – “As Relações Económicas Luso-Brasileiras desde a Década de Noventa: Uma Visão Estratégica”, In *Nação e Defesa: Brasil*, nº 138, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2014, p. 98

³¹³ *Investimentos Estrangeiros Diretos no País*. Banco Central do Brasil, 2015. [consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEFIND>

atraentes em função da grande demanda não satisfeita que tem se acumulado nas últimas décadas”.³¹⁴

Ramos Silva defende, então, que “independentemente das dificuldades conjunturais de Portugal resgatado de 2011-2014, o que se deve ressaltar é que o Brasil é um dos poucos países com os quais tem relações económicas significativas com tendência de fundo nas últimas duas décadas para algum equilíbrio na balança corrente, o que é importante dada a propensão para défices profundos nesta área.”³¹⁵

Concluiu-se então que a relação económica entre Portugal e o Brasil se aprofundou entre 1991 e 2013. Em valores absolutos, o aumento das trocas comerciais entre os dois países é inquestionável, ainda que a trajetória não seja linear. Verificou-se, pois, um crescimento enquanto clientes e fornecedores um do outro. Também, no que concerne ao investimento direto estrangeiro, Portugal constituiu-se como um importante investidor no Brasil, com a abertura da economia brasileira, na década de 90. Em paralelo, nos últimos anos da última década, começou a registar-se esforços no sentido inverso, com o ligeiro aumento dos investimentos brasileiros em Portugal, quando comparados com o início do período em análise. A opção governamental na escolha da promoção das exportações ou na atração do investimento direto estrangeiro vislumbra-se como uma característica que influencia esta dimensão. Ainda assim, os indicadores económicos mostram que neste domínio, a relação se encontra aquém das expectativas.

³¹⁴ «Oportunidades de Negócios em Serviços com Portugal». Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [Consultado em junho 2015] Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1214245342.pdf

³¹⁵ SILVA, Joaquim Ramos – “As Relações Económicas Luso-Brasileiras desde a Década de Noventa: Uma Visão Estratégica”, In *Nação e Defesa: Brasil*, nº 138, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2014, p. 98

CONCLUSÕES

As relações políticas e económicas entre Portugal e o Brasil pautam-se pelo constante esforço em dotar a relação de mecanismos que permitam transpor o plano retórico, sustentado na partilha de laços históricos e comunhão de valores língua comum. Contudo, a concertação de uma estratégica política que se refletia nos indicadores económicos tem ficado aquém da expectativa.

A presente investigação enquadrrou, assim, a trajetória das relação políticas e económicas na análise da política externa delineada por cada um dos países. Deste modo, consideramos a ideia de Rosenau de que a política externa resulta duma relação constitutiva bidireccionalmente entre o contexto externo e interno e não somente do contexto internacional. Se a política externa, conforme defendido por Hill, é uma soma das linhas de ações externas oficiais que se traduzem na política a ser desenvolvida por um Estado e implementada no plano internacional, o que se pretendeu foi compreender a sua evolução. Com base na pergunta de partida: “qual o peso do contexto externo e interno nas relações políticas e económicas entre Portugal e o Brasil, entre 1991 e 2013?”, com o presente trabalho procurou-se averiguar as seguintes hipóteses:

- *Hipótese 1: A pertença de Portugal à União Europeia e do Brasil ao Mercosul fomentou a aproximação política e económica entre os dois países.*

- *Hipótese 2: O grau de aproximação entre Portugal e o Brasil deriva das alterações governamentais em cada um dos países.*

Partindo dos pressupostos teóricos do Realismo Neoclássico para a análise da Política Externa, o peso do contexto internacional na relação bilateral entre Portugal e o Brasil, foi analisado no Capítulo 2, ainda que a análise das visitas oficiais efetuada no Capítulo 4 constitua um elemento fundamental na exploração desta relação. Verificámos que a emergência das dinâmicas de regionalização no sistema internacional, em resultado das alterações ocorridas com o fim da Guerra Fria, contribuíram para enquadrar do ponto de vista simbólico, a relação luso-brasileira numa dimensão privilegiada, enquanto países interlocutores da União Europeia e do Mercosul.

O início da década de 90 traduziu-se por uma alteração do contexto internacional. O fim da Guerra Fria levou a alterações geopolíticas no mapa europeu e acarretou consigo, igualmente, a transição para um mundo onde os Estados Unidos se

assumiram como potência hegemónica. Similarmente, verificou-se a emergência de dinâmicas de regionalização: na América Latina, o Mercosul; na Europa, a CEE transformou-se em União Europeia, o que teve efeitos diretos nas opções externas dos dois Estados. O Brasil assumiu o Mercosul como um eixo constante da sua política externa brasileira, instrumentalizando-o como forma de projeção do seu poder regional. Portugal, por sua vez, procurou utilizar a sua integração na CEE, ao promover-se como porta de entrada para a Europa. Com a pertença de Portugal e do Brasil aos referidos projetos de integração, retoricamente, as relações beneficiaram da característica de “dimensão especial” que lhes foi atribuída, especialmente em 1995, aquando da assinatura de um Acordo-Quadro Comercial Inter-regional UE-Mercosul, com um grande enfoque na necessidade de um aprofundamento do comércio. Ora o que se verificou nos discursos políticos e diplomáticos foi a utilização deste artefacto para forjar um novo ponto de encontro na relação luso-brasileira. A relação entre os dois Estados já não se sustentava simbolicamente apenas em questões históricas e de valores, mas também nesta dimensão onde se procurava engajar Portugal e o Brasil empenhados numa aproximação entre a União Europeia e o Mercosul. Ou seja, do ponto de vista político verificou-se um empenho para que Portugal e o Brasil se assumissem como interlocutores privilegiados da relação inter-regional, ainda que não se tenha traduzido em resultados concretos.

Deste modo, do ponto de vista económico, o relacionamento luso-brasileiro não beneficiou especialmente da relação entre o Mercosul e a União Europeia, ainda que a aproximação à União Europeia *per si* constitua um importante elemento para o Brasil. A análise permitiu-nos assim verificar que, no entanto, o inverso não se verifica. Os períodos de maior tensão ou afastamento entre a União Europeia e o Mercosul não tiveram reflexo no relacionamento bilateral entre Lisboa e Brasília.

Em síntese, a investigação permitiu observar que, ainda, que do ponto de vista simbólico, o arco institucional da relação União Europeia-Mercosul constitua um enquadramento privilegiado para os atores, este não fomenta necessariamente a aproximação política e económica entre Portugal e o Brasil. É valorizado, mas não constitui uma variável dependente.

Por outro lado, e ainda no que concerne à influência da esfera internacional na relação luso-brasileira, foi possível constatar que acontecimentos como a emergência dos BRICS e a crise económica internacional tiveram mais influências nas opções

políticas dos dois países, do que na relação política e económica. Já a institucionalização da CPLP enquanto organismo multilateral contribuiu para reforçar a partilha de ideais comuns e constituindo mais um espaço de diálogo.

Por outro lado, a segunda hipótese afirmava que “o grau de aproximação entre os dois países deriva das alterações governamentais em cada um dos países”. Conforme se aferiu, esta hipótese ficou validada, através do Capítulo 3 e 4. O que se verificou foi que embora a relação entre os dois países seja contínua, a variação no seu grau de aproximação está diretamente dependente do contexto interno e do empenho dos respetivos atores.

A política externa portuguesa revela-se estável na sua linha de ação, verificando-se três prioridades estratégicas: o projeto de integração europeu, as relações transatlânticas e a ligação aos países de expressão portuguesa. Num quadro transversal aos vários governos constitucionais, a relação com o Brasil enquadra-se na ligação aos países de expressão portuguesa, constituindo uma variável constante das diretrizes estratégicas portuguesas. Verificou-se que o empenho dos atores é que diferiu.

Paralelamente, a política externa brasileira tem sido marcada pela continuidade no período democrático. O Brasil tem apostado na sua projeção como *global player*, não descurando contudo a relação com os países da sua área regional. A sua aposta no multilateralismo e na cooperação sul-sul, não significou pois um corte nas relações com a União Europeia. Em síntese, a política externa brasileira centrou-se no período em análise numa “autonomia através da participação”, existindo uma correlação direta entre a projeção internacional do Brasil e o seu desenvolvimento económico. Este quadro não traz, pois, constrangimentos ao lugar de Portugal na política externa brasileira.

Adicionalmente, a investigação permitiu definir quatro fases para o período entre 1991 e 2013.

A primeira fase, corresponde ao período entre 1991 e 1995. Durante estes quatro anos verifica-se uma fase de aproximação baseada na retórica. Esta fase é marcada pela institucionalização das Cimeiras Luso-Brasileiras e pela assinatura do Acordo Geral de Cooperação, aquando da visita de Cavaco Silva ao Brasil. No entanto, devido à instabilidade económica no Brasil e a destituição de Collor de Mello, não se realiza nenhuma outra Cimeira até à fase seguinte. Os discursos políticos sustentam ainda uma relação baseada na ligação histórica entre os dois países.

A segunda fase contempla o período entre 1995 e 2002. A relação luso-brasileira registou durante estes sete anos a sua fase mais ativa. É neste período que as relações económicas ganham terreno entre os dois países e se verifica uma alteração na tónica do relacionamento. Os dois governos procuram transferir do plano retórico para o plano económico, o bom momento que o relacionamento atravessa. Tanto o governo de António Guterres, como o de Fernando Henrique Cardoso apelam aos investimentos de Portugal no Brasil, na senda da implementação do Plano Real que permitiu a privatização de empresas brasileiras. Já os investimentos brasileiros em Portugal, são encarados como uma porta de entrada para a CEE. Desta fase destaca-se igualmente o Tratado de Amizade e Cooperação, que veio permitir reunir uma série de legislação dispersa e constitui-se como o documento mais importante do relacionamento.

A terceira fase corresponde aos anos de 2003 a 2005. Foi uma fase marcada pelo desaceleramento da relação. O centro gravitacional de ação dos dois países é alterado, sendo um período da relação predominantemente marcado pela questão da emigração do Brasil para Portugal. Também a abordagem à questão económica regista alterações: o foco já não é somente atrair os investimentos portugueses para o Brasil, mas devido ao crescimento económico do Brasil, atrair investimento brasileiro para Portugal.

Por fim, a quarta fase contempla os anos entre 2006 e 2013. A relação luso-brasileira entra aqui num momento de estagnação. Ainda que o ritmo das relações económicas registe uma evolução positiva, os resultados continuam aquém do esperado. Os dois países continuam a sustentar a relação numa matriz de valores, e depois do salto da relação na segunda fase, assiste-se a uma dificuldade em materializar o potencial do relacionamento. Ainda assim, verificam-se esforços no que concerne à aproximação do Brasil à União Europeia, nomeadamente com a assinatura da parceria estratégica Brasil-UE, em 2007, durante a Presidência portuguesa. O final do período em análise é marcado por um menor grau de aproximação entre os atores, reflexo das opções governativas e da crise económica portuguesa e europeia. Ainda assim, verificou-se uma aposta no Brasil como um dos vetores da captação do investimento estrangeiro para Portugal, bem como da promoção das exportações.

A relação política e económica entre Portugal e o Brasil, entre 1991 e 2013, é pois marcada pela continuidade, no entanto, o seu grau de aproximação está diretamente relacionado com o contexto interno dos dois países. Foi possível verificar que o contexto internacional constitui uma dimensão com pouca influência no relacionamento

entre os dois Estados. Contudo, verifica-se que a pertença de Portugal à União Europeia e do Brasil ao Mercosul constitui um elemento simbólico, que veio permitir construir mais um vetor na relação dos dois países, conferindo-lhes o estatuto de interlocutores privilegiados de fomentação ao arco institucional dos projetos de integração. Por outro lado, o grau de empenho dos atores envolvidos e as opções internas quer de Portugal e do Brasil, verificam-se como a variável com maior peso nesta relação.

A institucionalização das Cimeiras Luso-Brasileiras assumiu mais que um carácter simbólico, e são presentemente um barómetro que permite medir não apenas o empenho dos atores, mas também quais as áreas de maior cooperação. Ainda que não se realizem com a periodicidade pré-estabelecida, verificou-se uma diversificação na agenda, permitindo avançar em documentos de entendimento em setores específicos.

A análise das visitas e discursos oficiais permitiu concluir que existiu um compromisso com o objetivo de potenciar as relações económicas. No entanto, desde o período 1995-2002, não se conseguiu construir uma estratégia sustentada que permita canalizar todo o potencial. Ainda assim, o Tratado de Amizade e Cooperação, o “Acordo Lula” e a assinatura de memorandos em domínios específicos foram instrumentos que permitiram o aprofundamento da relação.

O trabalho realizado possibilitou igualmente concluir que todas estas variáveis tiveram dificuldade em expressar-se no relacionamento económico. Ainda que tenha registado uma evolução positiva entre 1991 e 2013, em valores absolutos, parece essencial ressaltar que após o salto quantitativo registado na segunda fase do relacionamento, e do aumento dos investimentos brasileiros em Portugal, entre 2008 e 2013, continua por encontrar uma estratégia concertada de ação neste domínio.

O presente trabalho de investigação não esgota, no entanto, o tema em si mesmo. Cremos que algumas linhas poderão ser consideradas para investigações futuras, nomeadamente, qual o impacto da diplomacia cultural nas relações económicas entre Portugal e o Brasil. Existe ainda espaço para um estudo comparativo entre a relação das *policy networks* e a definição dos eixos de política externa de um Estado.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

___ - *Diplomacia e Política Externa – Conferências 2012-2013*. Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2014

“Alocução de SEXA PR por ocasião da Imposição das Insígnias da Grã Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada a SEXA o Presidente da República Federativa do Brasil, Prof. Doutor Fernando Henrique Cardoso” [Consultado em outubro] Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-875.html>

“Ano Brasil-Portugal” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Nº 86, 1º Semestre, 2000 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N86_1Sem_2000.pdf

“Banquete oferecido pelo Presidente da República Federativa do Brasil”, Palácio de Itamaraty-Brasília [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-400.html>

“Cerimónia com o Presidente da República Federativa do Brasil, na Torre de Belém” [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-8.html>

“Declaração à Imprensa Proferida pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, Brasília, Palácio do Planalto, 05/09/2001” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Nº 29, 2º Semestre de 2001

“Declaração Conjunta da X Cimeira Portugal-Brasil – Lisboa, 19 de Maio de 2010”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 106, 1º semestre de 2010

“Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Primeiro-Ministro da República Portuguesa por ocasião da VII Cimeira Brasil-Portugal (08/03/2004)”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 94, 1º semestre, 2004, p. 281-286

“Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira (13/10/2005)”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 97, 2º semestre, 2005

“Declaração Conjunta por ocasião da XI Cimeira Brasil-Portugal – Lisboa, 10 de Junho de 2013” [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3500:declaração-conjunta-por-ocasião-da-xi-cimeira-brasil-portugal-lisboa-10-de-junho-de-2013&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280

“Discurso de Tomada de Posse do Primeiro-Ministro, 21 de junho de 2011” [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/443405/20110621_pm_int_posse.pdf

“Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta à Imprensa sobre a Reunião de Cúpula da 7ª Cimeira Brasil-Portugal”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 94, 1º semestre, 2004

“Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal, em Portugal, em 13 de outubro de 2015” In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 97, 2º semestre, 2005

“Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 99, 2º semestre, 2006

“Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão Plenária da Cimeira Empresarial Brasil-União Europeia, em 4 de julho de 2007”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 101, 2º semestre, 2007

“Discurso na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira”. In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995, p. 120 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2014%20-%20Discurso%20na%20abertura%20da%20II%20Cimeira%20Bilateral%20Luso-Brasileira%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%2020-07-1995.pdf/at_download/file

“Discurso na Sessão Solene da Assembleia da República Portuguesa” In *Palavra do Presidente*, 1º Semestre, 2000 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/1o-semester/21.pdf/at_download/file

“Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e Senhora Maria José Ritta” In *Palavra do Presidente*, 1º Semestre, 2000 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/1o-semester/45.pdf/at_download/file

“Discurso no jantar em homenagem ao primeiro-ministro de Portugal, António Guterres” In *Palavra do Presidente*, 1º Semestre, 1996, p. 410 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1996/58%20/at_download/file

“Discurso perante a Assembleia da República Portuguesa”. In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995, p. 113 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2013%20->

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2013%20-%20Discurso%20perante%20a%20Assembleia%20da%20Republica%20Portuguesa%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202020-07-1995.pdf/at_download/file

“Discurso perante a Assembleia da República Portuguesa”. In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995, p. 112 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2013%20-%20Discurso%20perante%20a%20Assembleia%20da%20Republica%20Portuguesa%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202020-07-1995.pdf/at_download/file

“Discurso por Ocasão do almoço oferecido pelo Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva” In Biblioteca da Presidência da República [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2015%20-%20Discurso%20por%20ocasio%20do%20almoco%20oferecido%20pelo%20Senhor%20Primeiro-Ministro%20da%20Republica%20Portuguesa%20-%20Anibal%20Antonio%20Cavaco%20Silva%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202020-07-1995.pdf/at_download/file

“Discurso por ocasião do jantar oferecido em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa” In *Palavra do Presidente*, 2º Semestre, 1995 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1995-2-semester%2017%20-%20Discurso%20por%20ocasio%20do%20jantar%20oferecido%20em%20homenagem%20ao%20Senhor%20Presidente%20da%20Republica%20Portuguesa%20-%20Lisboa%20-%20Portugal%20-%202021-07-1995.pdf/at_download/file

“IX Cimeira Brasil-Portugal – Salvador, 28 de outubro de 2008 – Declaração Conjunta 28/10/2008”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 103, 2º semestre, 2008

“Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/itamar-franco/discurso-de-posse-1/pronunciamento>

“Pronunciamento do Presidente da República – Posse no Congresso Nacional, Brasília, DF, 1 de janeiro de 1999” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse/discurso-de-posse-2o-mandato>

“Relações Diplomáticas: Brasil” [Consultado em outubro de 2014] Disponível em <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/141-brasil.html>

“Sessão Solene no Congresso Federal Brasileiro”, Brasília, 8 de Setembro de 1997, Discurso do Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio [Consultado em outubro de 2000] Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-403.html>

“Tratado de Assunção” in *Instrumentos Fundacionais do MERCOSUL*, Secretaria do MERCOSUL. Setor de Normativa, Documentação e Divulgação. Montevideo

“Tratado de Ouro Preto” in *Instrumentos Fundacionais do MERCOSUL*, Secretaria do MERCOSUL. Setor de Normativa, Documentação e Divulgação. Montevideo

«*A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*». Bruxelas, 2003. [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsupload/78367.pdf>

«Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa». [Consultado em junho de 2015] Disponível em <http://www.cplp.org/id-3869.aspx>

«*European Security Strategy – A Secure Europe in a Better World*». Bruxelas: European Communities, 2009

«*Instrumentos Fundacionais do MERCOSUL*», Secretaria do MERCOSUL. Setor de Normativa, Documentação e Divulgação. [Consultado em dezembro de 2014] Disponível em http://www.mercosur.int/innovaportal/file/683/1/0_libro_mercosur_-_port.pdf

«*Interregional Framework Cooperation Agreement between the European Community and its Member States, of the one part, and the Southern Common Market and its Party States, of the other part - Joint Declaration on political dialogue between the European Union and Mercosur*». [Consultado em dezembro de 2014] Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:21996A0319\(02\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:21996A0319(02))

«*Política Externa e de Segurança Comum*». [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:ai0025&from=PT>

Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil. [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdfs/2006/06/122A00/45364538.pdf>

Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, sobre a Contratação Recíproca de Nacionais. Lisboa: 2003 [Consultado em maio de 2015] Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec40-2003.pdf>

Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa. Brasília: 1991 [Consultado em agosto de 2015]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1559.htm

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – «*Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina, Bruxelas, 8/12/2005, COM (2005) 636*». [Consultado em dezembro de 2014] Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000035082/documento/0001/>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – «*Comunicação da Comissão ao Parlamento e ao Conselho: A União Europeia e a América Latina: uma parceria entre protagonistas globais*. Bruxelas, 30/9/2009, COM (2009) 495». [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <https://infoeuropa.euocid.pt/registo/000042592/documento/0001/>

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – «IV EU Mercosur Summit Joint Communiqué», 9870/10 (Presse 129). [Consultado em junho de 2015] Disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114486.pdf

Decreto Legislativo N° 165, DE 2001. [Consultado em setembro de 2015] Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2001/decretolegislativo-165-30-maio-2001-329260-exposicaodemotivos-142840-pl.html>

Decreto-Lei n° 401/99 de 14 de Outubro de 1999. [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=935>

Diário da Assembleia da República, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), I Série – Número 142, 11 de Julho de 2003, p. 5946 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/09/01/142/2003-07-10/5943?q=brasil&pOffset=30&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=09>

Diário da Assembleia da República, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 3, 22 de Setembro de 2000, p. 91 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/003/2000-09-22/91?q=brasil&pOffset=30&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

Diário da Assembleia da República, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 54, 1 de Março de 2001, p. 2222 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/054/2001-03-01/2222?q=brasil&pOffset=20&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

Diário da Assembleia da República, VIII Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2000-2001), I Série – Número 76, 23 de Abril de 2001, p. 2983 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/076/2001-04-27/2983?q=brasil&pOffset=20&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=01&pLegis=08>

Diário da Assembleia da República, X Legislatura, 2ª Sessão Legislativa (2006-2007), I Série – Número 99, 27 de Junho de 2007, p. 7 [Consultado em abril de 2015]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/02/099/2007-06-27>

EUROPEAN COMMISSION – «*Mercosur-European Community: Regional Strategy Paper 2002-2006*». [Consultado em dezembro 2014] Disponível em http://eeas.europa.eu/mercosur/rsp/02_06_en.pdf

Exportação Brasileira: Portugal. Totais por Fator Agregado. Ministério do Desenvolvimento – Secretaria de Comércio Exterior, 2015

GAMA, Jaime – “Modernização do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, In *Seminário Diplomático: A Diplomacia Portuguesa face ao século XXI*. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1999

GAMA, Jaime – *A Política Externa Portuguesa 1995-1999*. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2001

GAMA, Jaime – *A Política Externa Portuguesa 1999-2002*. Lisboa: Instituto Diplomático- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2002

Intercâmbio Comercial Brasileiro: Portugal. Série Histórica. Ministério do Desenvolvimento – Secretaria de Comércio Exterior, 2015

Investimentos Estrangeiros Diretos no País. Banco Central do Brasil, 2015. [consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEFIND>

Lei Nº 4131, de 3 de Setembro de 1962 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4131-Compilada.htm

Lei Nº 8 031, de 12 de abril de 1990 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8031.htm

Lei Nº 8 880, de 27 de Maio de 1994 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=117235&norma=139441>

MDIC – *Série Histórica do Balanço de Pagamentos – 5ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional, BPM5* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>

Medida Provisória Nº 542 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/542.htm

Programa do XI Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>

Programa do XII Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf>

Programa do XIII Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464045/GC13.pdf>

Programa do XIV Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464048/GC14.pdf>

Programa do XV Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464051/GC15.pdf>

Programa do XVI Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf>

Programa do XVII Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf>

Programa do XVIII Governo Constitucional. [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf>

Programa do XIX Governo Constitucional [Consultado em novembro de 2014] Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf

Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil. Porto Seguro, 2000 [Consultado em novembro de 2014]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3927.htm

FONTES SECUNDÁRIAS

___ - *Política Externa e de Segurança Comum.* [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:ai0025&from=PT>

“Capital Estrangeiro” In *APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento.* [Consultado em setembro de 2015] Disponível em <http://www.apexbrasil.com.br/uploads/Ficha%20Legal%20-%20Capital%20Estrangeiro%20-%20PORTUGU%C3%8AS%20%281%29.pdf>

“Nota: Visita ao Brasil do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas – Brasília, 26 a 28/07/2011” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2692&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

“The WTO in Brief: Part 1”. [Consultado em junho de 2015] Disponível em https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/inbrief_e/inbr01_e.htm

“Viagens” In *Biblioteca da Presidência da República* [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/viagens>

«European Financial Stability Facility» [Consultado em julho de 2015] Disponível em <http://www.efsf.europa.eu/about/key-figures/index.htm>

«Oportunidades de Negócios em Serviços com Portugal». Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [Consultado em junho 2015] Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1214245342.pdf

AICEP PORTUGAL GLOBAL - *Brasil: Estabelecimento de Empresas*, 2015 [Consultad em setembro de 2015] Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=863697bb-1e0f-4b66-8cb1-13893d1f008a>

ALMEIDA, João Marques – “Portugal na União Europeia”. In *Relações Internacionais*, Nº 28, Lisboa: IPRI-UNL, 2010, pp. 81-90

ATAÍDE, José Guilherme Queiroz de – “As Relações entre Portugal e o Brasil: Uma Perspectiva Económica”, In *Negócios Estrangeiros*, nº 3, 2002

BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge – *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002

BARRETO, Vicente Costa – “Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos. Princípios, alterações e continuidade”. In *Revista de Informação Legislativa*, Nº 187, 2010 [Consultado em junho de 2015] Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198653/000847487.pdf?sequence=1>

BARROS, Sebastião – “A Nova Política de Assistência aos brasileiros no Exterior”. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 80, 1º semestre, 1997, pp. 93-98

BAUMANN, Renato – *Brasil: Uma década em Transição*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000

BERNAL-MEZA, Raúl – “A política exterior do Brasil: 1990-2002”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 45, 2002, pp. 36-71

BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph (et al.) – “The ‘developmental states’: Japan, South Korea and Taiwan, 1945- 2007”. In BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph (et al.) – *International History of the twentieth century and Beyond*. Second Edition. Oxon: Routledge, 2008

Brazil: Migration Profiles. UNICEF. [Consultado em setembro de 2015] Disponível em <http://esa.un.org/MigGMGProfiles/indicators/files/Brazil.pdf>

BREUNING, Marijke – *Foreign Policy Analysis: a comparative introduction*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007

BRIGAGÃO, Clóvis; SEABRA, Rafael – “Panorama Estratégico da Política Externa Brasileira: Os caminhos da inserção internacional”, In *Relações Internacionais*, nº 24, Lisboa: IPRI-UNL, 2009, pp. 75-81

CARVALHO, Thiago – “Portugal e as Relações Brasil-União Europeia (1986-2007)”. In *Relações Internacionais*, Nº 29, Lisboa: IPRI-UNL, 2011, p. 91-100

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo – *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008

CERVO, Amado Luiz; LESSA, António Carlos – “O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 57, 2014, pp. 133-151

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet – *Depois das Caravelas: As Relações Entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000

CONSELHO EUROPEU – *A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*. Bruxelas, 2003. [Consultado em dezembro 2014] Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsupload/78367.pdf>

CONSELHO EUROPEU DE LISBOA – “Conclusões da Presidência, 23 e 24 de Março de 2000” [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em www.euroid.pt

COSTA, Carla Guapo – *A Cultura como factor dinamizador da economia: os investimentos portugueses no Brasil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005

COSTA, Francisco Seixas da – *Apontamentos*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série A, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *European Security Strategy – A Secure Europe in a Better World*. Bruxelas: European Communities, 2009

CRAVINHO, João Gomes – *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 3ª Edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L – *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003

Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2010

Estatísticas do Comércio Internacional 2010. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2011

Estatísticas do Comércio Internacional 2011. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2012

Estatísticas do Comércio Internacional 2012. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2013

Estatísticas do Comércio Internacional 2013. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014

FONSECA, Carlos da – “O Governo George W. Bush e o Relacionamento EUA-América Latina”, In *Relações Internacionais*, nº 19, Lisboa: IPRI-UNL, 2008, pp. 147-157

FONSECA, Carmen – “A Política Externa Brasileira da Democracia – O paradoxo da Mudança na continuidade?”, In *Relações Internacionais*, nº 29, Lisboa: IPRI-UNL, 2011, pp. 33-43

FONSECA, Carmen – *As estratégias de política externa na construção do Brasil emergente: uma análise do período de Lula da Silva, 2003-2010*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2014

FONSECA, Carmen – *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007: Entre a retórica e a concretização*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2008

FREIRE, Maria Raquel - *Manual de Política Externa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011

FREIRE, Maria Raquel; BRITO, Rafaela Rodrigues de – “ Ensaio Bibliográfico: Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000”. In *Relações Internacionais*, Nº 28, Lisboa: IPRI-UNL, 2010

GASPAR, Carlos – “A China e a transformação da Ásia”, In *Relações Internacionais*, nº 38, Lisboa: IPRI-UNL, 2013, pp. 9-22

GASPAR, Carlos – “Os Estados Unidos e a Transformação da Ásia”, In *Relações Internacionais*, nº 19, Lisboa: IPRI-UNL, 2008, pp. 119-134

HILL, Christopher - “Foreign Policy Analysis”. In BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo (eds.) - *International Encyclopedia of Political Sciences*, vol.3, Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011

HILL, Christopher – *The Changing Politics of Foreign Policy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003

HUMPHREYS, David – “Latin America as na FDI hotspot: Opportunities and risks”. In *Prepare for opportunity – Economist Intelligence Unit*, 2012. [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.eiu.com>

JUDT, Tony - *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2009

KNOPFLI, Francisco – “Portugal/Brasil, cinco séculos e alguns anos de convívio”, In *Negócios Estrangeiros*, Nº 14, 2009, p. 232-241

KNOPFLI, Francisco (coord.) – *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal. Visões comparadas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004

KRIEGER, Joel – “Argentina”, In KRIEGER, Joel – *The Oxford Companion to Comparative Politics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013

LAFER, Celso – “Política Externa Brasileira: Origens e linhas de Continuidade no século XX – Implicações para as Prioridades Externas no século XX”, In *Negócios Estrangeiros*, Nº 2, 2001

LAMPREIA, Luiz Felipe – “A Política Externa do Governo FHC: continuidade e renovação”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 42, 1998, pp. 5-17

LEAL, Catarina Mendes – *O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma Experiência de Diplomacia Económica?*. Porto: CEPESE, 2012

LOBELL, Steve; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. – *Neoclassical Realism, the state and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

MAGALHÃES, José Calvet – *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2005

MALAMUD, Andrés – “Fragmentação e Divergência na América Latina”, In *Relações Internacionais*, nº 24, Lisboa: IPRI-UNL, 2009, pp. 61-73

MALHEIROS, Jorge Macaísta – *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007, p. 17 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf

MARCHUETA, Maria Regina – *A CPLP e seu enquadramento*. Lisboa: IDI-Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 2003

MARSHALL, Peter – *Positive Diplomacy*. Nova Iorque: Palgrave, 1997

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; LEITÃO, Natália – “Bridge over trouble waters: Brasi, Marcosul e União Europeia (1980-2008)”. In MARTINS, Estevão de Rezende; SARAIVA, Miriam Gomes (Org.) – *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp. 12-39

MENDES, Luís Castro – “Portugal e o Brasil: atribulações de duas identidades”, In *Negócios Estrangeiros*, nº 4/5, 2003, pp. 65-70

MENEZES, Pedro Ribeiro – “As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal”, In *Negócios Estrangeiros*, nº 2, 2001, pp. 99-109

MIYAMOTO, SHIGUENOLI – “O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 52, Nº 2, 2009, pp. 22-42

MOREIRA, Adriano – “O Papel da Política Externa Portuguesa no Mundo Contemporâneo”. In *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático, 2005

MORGENTHAU, Hans – *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*. 7ª Edição. Nova Iorque: Mc Graw Hill, 2005

MUJAL-LÉON Eusebio; GONZÁLEZ, Alejandro - “A Relação Estados Unidos-Brasil: Perspectivas para uma Parceria”, In *Relações Internacionais*, nº 29, Lisboa: IPRI-UNL, 2011, pp. 59- 81

NEACK, Laura, *The New Foreign Policy. Power Seeking in a Globalized Era*. Lanham, MD: Rowman&Littlefield Publishers, 2008

NETO, Octavio Amorim – *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

Nota 199: Visita da Presidenta da Republica a Portugal – Lisboa, 10 de junho de 2013 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3460:visita-da-presidenta-da-republica-a-portugal-lisboa-10-de-junho-de-2013&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

Nota 203: Atos assinados por ocasião da visita da Presidenta da República a Portugal – Lisboa, 10 de junho de 2013 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3464:atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-da-republica-a-portugal-lisboa-10-de-junho-de-2013&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

Nota 212: “Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas – São Paulo e Brasília, 3 a 8 de setembro de 2012” [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3135:visita-ao-brasil-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-de-portugal-paulo-portas-sao-paulo-e-brasilia-3-a-8-de-setembro-de-2012&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

Nota 62: Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado – 18 de fevereiro de 2011. [Consultado em agosto de 2015] Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2473:visita-ao-brasil-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-de-portugal-luis-amado-18-de-fevereiro-de-2011&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

NYE, Joseph S. Jr. – *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002

O’NEILL, Jim – “Building Better Global Economic BRICs”, In *Global Economics Paper* No: 66, 2001. [Consultado em setembro 2014] Disponível em <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>

PADILLA, Beatriz – “Acordos Bilaterais e Legalização: O Impacte na Integração dos Imigrantes Brasileiros em Portugal”, In MALHEIROS, Jorge Macaísta – *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007, p. 219 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf

PATRÍCIO, Carla – “As relações entre a União Europeia e a América Latina: O Mercosul neste enquadramento”. In MARTINS, Estevão de Rezende; SARAIVA,

Miriam Gomes (Org.) – *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp. 62-77

PATRÍCIO, Raquel de Caria – *Estudos de Área: Uma visão da América Latina*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012

PEREIRA, Manuel Fernandes – “Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia”. In *Negócios Estrangeiros*, Nº 9.1, 2006

PINHEIRO, Letícia de Abreu – *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

PIRES, Rui Pena; PEREIRA, Cláudia; AZEVEDO, Joana (et al) – *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra/ Instituto Universitário de Lisboa/CIES-IUL/DGACCP, 2014, p. 100 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em http://www.observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=3924&fileName=OEm_Emigracao_Portuguesa2014_RelatorioEst.pdf

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – *Real: quatro anos que mudaram o Brasil*. Brasília, 1998. [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes-1/real-4-anos-de-mudaram-o-brasil/view?searchterm=plano%20real>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - “Política Externa”. In Presidência da República. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - *Brasil: 1994-2002. A era do Real*. Brasília: SECOM, 2002

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - “Desenvolvimento e Comércio Exterior”. In PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo - *Brasil: 1994-2002. A era do Real*. Brasília: SECOM, 2002

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo - 2013. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014

Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 80, 1º semestre, 1997, pp. 93-98

Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 95, 2º semestre, 2004

SÁ, Tiago Moreira – *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, p. 15

SANTOS, Vanda – *O Discurso Oficial do Estado sobre Emigração: Dos Anos 60 a 80 E Emigração dos anos 90 À Actualidade*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2004

SENADO FEDERAL – *Rumos da Política Externa Brasileira: Temas da Agenda Internacional/Política Externa Brasileira*. Brasília: Senado Federal – Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2012 [Consultado em setembro de 2015]

Disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496520/Rumos da politica externa .pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496520/Rumos_da_politica_externa.pdf?sequence=1)

SILVA, Joaquim Ramos – “As Relações Económicas Luso-Brasileiras desde a Década de Noventa: Uma Visão Estratégica”, In *Nação e Defesa: Brasil*, nº 138, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2014

SILVA, Joaquim Ramos – *Portugal/Brasil: Uma Década de Expansão das Relações Económicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim – *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008

SNYDER, Richard; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton - *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave MacMillan, 2002

STUART, Douglas T. – “*Foreign – Policy Decision-Making*”. In REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan – *The Oxford Handbook of International Relations*; Nova Iorque: Oxford University Press, 2008

TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa”, In *Relações Internacionais*, nº 28, Lisboa: IPRI-UNL, 2010, pp. 51-59

TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000”. In PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://atlas.cid.harvard.edu/>

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT – “*Brazil’s political and economic Outlook under Dilma 2.0*”, 2014 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.eiu.com>

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – *World Investment Report 2013* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf

VALADAS, Carla; GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos – *Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal*. Lisboa: Observatório das Imigrações, 2014, p. 35 [Consultado em setembro de 2015]. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/ESTUDO%2055.pdf

VIANA, Vitor – “Consequências estratégicas do 11 de Setembro de 2001”, In *Relações Internacionais*, nº 31, Lisboa: IPRI-UNL, 2011, pp. 25-31

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel – *Brazilian Foreign Policy In Changing Times: The quest for autonomy from Sarney to Lula*. Nova Iorque: Lexington Books, 2009

Visitas Internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e Chefes de Governo: 2003 a 2010. Brasília: Ministério das Relações Exteriores – Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011

WEBBER, Mark; SMITH, Michael – *Foreign Policy in a transformed world*. Essex: Pearson, 2002

WENDT, Alexander – “Anarchy is what states make of it. The social construction of power politics”. In *International Organization*, Vol. 46. No 2, 1992, pp. 391-425. [Consultado em janeiro de 2015] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2706858>

WENDT, Alexander – “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”. In *International Organization*, Vol 41, No 3, 1987, pp. 335-370. [Consultado em janeiro de 2015] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2706749>

WILLIAMSON, Edwin – *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012

WILLIAMSON, John – “Did the Washington Consensus Fail?”. Washington DC: Institute for International Economics, 2002. [Consultado em dezembro 2015] Disponível em <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=488>

WILSON, Dominic; PUSUSHOHAMAN, Roopa – “Dreaming with BRICs: The Path to 2050”, In *Global Economics Paper* No: 99, 2003. Disponível em [Consultado em setembro 2014] <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>

World Investment Report 2015 [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em http://unctad.org/sections/dite_dir/docs/wir2015/wir15_fs_br_en.pdf

WORLD TRADE ORGANIZATION – Trade Policy Review: Brazil, 2013 [Consultado em setembro de 2015] Disponível em https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s283_e.pdf

YAHUDA, Michael – *The International Politics of Asia-Pacific*. Third Edition. Oxon: Routledge, 2011

IMPrensa

“As principais datas da Troika em Portugal”. In *Diário de Notícias* 9/5/2012 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.dn.pt/economia/dinheiro-vivo/interior/as-principais-datas-da-troika-em-portugal-2460705.html>

“Brazil’s Lula: The most popular politician on earth”. In *Newsweek*, 22/09/2009 [Consultado em Janeiro de 2015] Disponível em <http://europe.newsweek.com/brazils-lula-most-popular-politician-earth-79355?rm=eu>

“Cimeira Luso-Brasileira começa hoje”. In *Público*, 04/09/2001 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <https://www.publico.pt/politica/noticia/cimeira-lusobrasileira-comeca-hoje-38265>

“Dilma adia Cimeira Luso-Brasileira”. In *Expresso*, 27/08/2012 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <http://expresso.sapo.pt/actualidade/dilma-adia-cimeira-luso-brasileira=f749271>

“Dilma Rousseff diz que o Brasil pode ajudar Portugal”. In *TSF* 29/03/2011 [Consultado em outubro de 2015] Disponível em <http://www.tsf.pt/economia/interior/dilma-rousseff-diz-que-o-brasil-pode-ajudar-portugal-1817819.html>

“Durão Barroso anuncia amanhã se abandona Governo”. In *Público*, 28/6/2004 [Consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/durao-barroso-anuncia-amanha-se-abandona-governo-1197823>

“Durão Barroso apresenta demissão”. In *TSF*, 5/7/2004 [consultado em agosto de 2015] Disponível em <http://www.tsf.pt/arquivo/2004/portugal/interior/durao-barroso-apresenta-demissao-769111.html>

“Entrevista do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer,: «O Brasil Quer um Mundo Mais Multipolar»” In *Público*, 07/07/2001

“How Brazil’s Lula Sees the Emerging World Order”. In *BloombergBusiness*, 01/10/2010 [Consultado em maio de 2015] Disponível em http://www.bloomberg.com/bw/magazine/content/09_41/b4150013697600.htm

“Imprensa brasileira passa ao lado de Cimeira Luso-Brasileira”. In *TVI24* [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/tvi24/imprensa-brasileira-passa-ao-lado-de-cimeira-luso-brasileira>

“Lula destaca laços «cada vez mais fortes» no final da visita a Portugal” In *Público*, 12/07/2003 [Consultado em maio de 2015] Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/lula-destaca-lacos-cada-vez-mais-fortes-no-final-da-visita-a-portugal-1156908>

“Memorando da Troika Anotado”. In *Público* [Consultado em fevereiro de 2016] Disponível em <http://www.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>

“Portas garante boas relações Portugal-Brasil”. In *Diário de Notícias*, 06/09/2012 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em <http://www.dn.pt/politica/interior/portas-garante-boas-relacoes-portugalbrasil-2756634.html>

“Portugal e Brasil querem fazer frente comum entre os ibero-americanos”. In *RTP Notícias*, 13/10/2005 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-brasil-querem-fazer-frente-comum-entre-os-ibero-americanos_n18718

“Prioridade para Portugal é fortalecer relações económicas no Brasil”. In *Jornal de Notícias*, 01/01/2011 [Consultado em janeiro de 2016] Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1746783&page=-1

“Reforma de cotas do FMI é «necessidade absoluta», diz Lagarde.”. In *Valor Económico*, 09/10/2014 [Consultado em julho de 2015] Disponível em <http://www.valor.com.br/financas/3728994/reforma-de-cotas-do-fmi-e-necessidade-absoluta-diz-lagarde>

“Visita de Dilma e Lula tem peso simbólico mas Brasil não deverá anunciar ajuda” In *Público*, 29/3/2011 [Consultado em maio de 2015] Disponível em <http://www.publico.pt/portugal/jornal/visita-de-dilma-e-lula-tem-peso-simbolico-mas-brasil-nao-devera-anunciar-ajuda-21666650>

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 – Crescimento do PIB (%) por áreas geográficas (2010-2016)	25
Figura 2 - Crescimento do PIB de Brasil e Portugal, em % (1991-2013)	36
Figura 3 – PIB <i>per capita</i> , Brasil (1991-2013)	48
Figura 4 - Estatutos de Igualdade de Deveres e Direitos em Portugal, por brasileiros (2007-2013)	81
Figura 5– Produtos Exportados por Portugal para o Brasil (1995-2014)	88
Figura 6 – Produtos Exportados pelo Brasil para Portugal (1995-2014)	91

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 – Governos Constitucionais de Portugal (1991-2013)	29
Tabela 2 – Governos Constitucionais no Brasil (1991-2013)	42
Tabela 3 – Exportações e Importações Brasileiras (1991-2013)	51
Tabela 4 – Cimeiras Luso-Brasileiras (1991-2013)	54
Tabela 5 – Visitas Oficiais, entre Portugal e o Brasil, por país de origem (1991-2013)	71
Tabela 6 – Documentos assinados entre Portugal e o Brasil (1991-2013)	83
Tabela 7 - Balança Comercial de Mercadorias Portugal-Brasil (1991-2013)	86
Tabela 8 - Balança Comercial Brasil - Portugal (1991-2013)	89
Tabela 9- Investimento Direto Bilateral (1991-2001)	92